

**SOBRE LAÇOS E NÓS:
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS E SENTIMENTOS ENTRE PESSOAS
PRIVADAS DE LIBERDADE NAS PENITENCIÁRIAS DE FOZ DO IGUAÇU**

LAYRA FABIAN BORBA RODRIGUES

Foz do Iguaçu

2022

SOBRE LAÇOS E NÓS:

**UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE
NAS PENITENCIÁRIAS DE FOZ DO IGUAÇU**

LAYRA FABIAN BORBA RODRIGUES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade E Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elen Cristiane Schneider

Foz do Iguaçu

2022

LAYRA FABIAN BORBA RODRIGUES

SOBRE LAÇOS E NÓS:

**UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE
NAS PENITENCIÁRIAS DE FOZ DO IGUAÇU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade E Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elen Cristiane Schneider
(UNILA)

Prof.^a Dr.^a Cristiane Checchia
(UNILA)

Prof.^a Dr.^a Marina Machado de Magalhães Gouvêa
(UFRJ)

Foz do Iguaçu
28 de julho de 2022

Dedico este trabalho:

aos meus amigos e familiares: se um dia vocês lerem este escrito, mantenham a mente e o coração abertos para as belezas e possibilidades expressas;

a todas as pessoas que sonham com um futuro melhor, que sonham em viver e não apenas sobreviver.

AGRADECIMENTOS

Desde o começo de 2020 a ideia de colcha de retalhos me persegue. Isso porque li um trecho da tese da Thayane Silva Campos, onde a autora usava a colcha de retalhos tanto como metáfora para elucidar a construção metodológica da pesquisa, quanto como atividade prática central do seu trabalho com pessoas privadas de liberdade. Por muito tempo imaginei como poderia construir a minha própria colcha. Nas férias de 2020, comecei a reunir jeans velhos com a minha família. Em maio, comecei a recortar os retalhos do material reunido. Usava um pequeno livrinho de poesia como base de tamanho para os cortes. Depois de um tempo, consegui a quantidade necessária, cerca de 196 retângulos. Mas ainda havia um problema, como costurar isso?

Sabia costurar a mão, porém tinha medo que as costuras ficassem frágeis. Já sonhava em comprar uma máquina de costura há alguns anos, então decidi que havia chegado o momento de fazer isso. Comprei a máquina, e, para a minha surpresa, não consegui usá-la. Uma atividade que aparentemente deveria ser fácil, na verdade não era. Quando o semestre acabou, peguei algumas dicas com uma senhora conhecedora da prática e consegui aprender o básico. Passei meses costurando esses retalhos, já que as atividades da universidade, junto com os altos e baixos emocionais impediam a finalização desse projeto pessoal.

Essa longa descrição tem um motivo: desde que li o trabalho da Thayane, passei a acreditar que a elaboração de uma colcha de retalhos é a metáfora perfeita para a construção da pesquisa, e fazer uma só veio confirmar essa crença. Às vezes você tem uma ideia, um assunto que te interessa e quer pesquisar, e as pessoas deslegitimam essa ideia, como se ela não fosse importante o suficiente. O mesmo se dá com a colcha, já que muitas pessoas me disseram que era um projeto bobo, que colchas de retalhos eram feias e ultrapassadas. O que elas não perguntavam era porque fazer aquilo era importante para mim.

Durante a pesquisa, outras pessoas duvidam de você, do que você faz. Contudo, é principalmente você que se desacredita, pensando que seu trabalho é uma perda de tempo. Isso acontece muitas vezes e em todas elas você é obrigada a parar e refletir profundamente porque tal temática importa para você. No final, quando termina a pesquisa, fica orgulhosa do seu trabalho, mas pensa que poderia ter feito algumas coisas diferentes, que poderia fazer melhor, porém deixa isso para o futuro, já que está exausta. O mesmo se dá com a colcha, pois a cada etapa concluída você pensa que poderia ter feito de outras maneiras. Mas como Marx já dizia, o homem só pode fazer e pensar de acordo com as suas condições materiais e históricas, ou seja, dentro do limite, aquilo que você fez era o que você poderia ter feito. Esse TCC é tudo que eu pude fazer e mais um pouco. Sua construção me desfez e refez, cortou e costurou inúmeras vezes.

Saindo da metáfora da colcha, gostaria ainda de destacar outras coisas. Estar na graduação não é algo fácil. A todo momento nos vemos cercados por desafios. São as aulas e textos difíceis, o mau humor dos colegas, professores e de nós mesmos e as dificuldades levantadas pela própria estrutura universitária. Estudar na Unila é maravilhoso, mas não deixa de ser difícil. É uma universidade que não tem campus próprio nem restaurante universitário, é cheia de burocracias e a cada ano conta com menos verba para manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como para os auxílios de permanência estudantil, em decorrência dos cortes na educação.

Por outro lado, a parte boa é que resistimos, apesar de tudo. Resistimos nos espaços repletos de segurança e que, por sua lógica de funcionamento, são hostis a comunidade estudantil; resistimos fazendo pesquisa e inovação mesmo com a falta de verba; resistimos nas aulas, quando mesmo querendo desistir em razão de todas as dificuldades que o ead impõe; seguimos adiante, de aula em aula, semestre em semestre, com conexões de internet ruins, aparelhos que travam e superaquecem, telas que desgastam o estado mental e físico de professores e estudantes.

Mas a resistência não se dá apenas na universidade. Os últimos anos tem se mostrado especialmente difíceis devido às crises política, econômica, sanitária e ambiental que estamos vivenciando. Não bastasse um governo que odeia pobres, mulheres, negros, indígenas e grupos LGBTQIA++, temos ainda de sobreviver ao preço elevado de tudo, à destruição da natureza e à pandemia da covid-19, fenômenos que desafiam nossa integridade física e mental.

O adoecimento tem sido uma constante em nossas vidas. Milhões de pessoas se contaminaram pela covid, sendo que muitas delas morreram e outras ficaram com graves sequelas. O rastro de destruição que isso tem deixado é algo que agora pouco discutimos: se tornou muito doloroso pensar em todas as vidas perdidas, principalmente quando sabemos que muitas dessas perdas poderiam ter sido evitadas, pelo menos em nosso país. Será uma marca que para sempre nos assombrará.

Não obstante, o adoecimento vai muito além disso. As fraturas sociais que a pandemia criou ou acentuou não podem deixar de ser consideradas. O sofrimento emocional e a ausência das famílias e comunidades que as milhares de perdas geraram. Ademais, há uma crise aguda da fome, da pobreza, do desemprego, da quantidade de pessoas vivendo em situação de rua e da violência social, em especial a de gênero, a racial e a contra grupos LGBTQIA++. A cada ano, os dados referentes a esses marcadores só crescem, gerando um nível de desigualdade e adoecimento social como nunca visto antes.

Mediante estes pontos, posso dizer, com toda franqueza, que foi um enorme desafio concluir esse trabalho. Isso porque não se trata apenas de um tema ou discussão

bibliográfica, mas sim da minha vida e das pessoas que me cercam, de todas as problemáticas que nos atravessam e como seguimos resistindo a elas. Como dizem os professores sobre os textos que estudamos, este trabalho é um retrato do seu tempo, do nosso tempo.

Além dos desafios de ser uma mulher, jovem e sozinha em um cidade que me era desconhecida, passei por vários ciclos de adoecimento mental. Houve momentos em que me via no fundo do poço e queria desistir de tudo. Mas saber que eu estava envolvida em um trabalho que podia fazer a diferença na vida de outras pessoas, bem como na minha, me dava forças para seguir adiante. A pesquisa e a extensão foram as atividades que me fizeram continuar na universidade, pois elas me permitiram descobrir o que eu realmente gostava de fazer, o que me encantava. Gostaria que todas as pessoas tivessem essa oportunidade, que soubessem que o aprendizado vai além das teorias e do academicismo, que é possível enveredar por caminhos próprios dentro da trilha espinhosa que compõe a academia.

Assim, esse trabalho é tanto ponto de chegada quanto de partida. Chegada ao final de um ciclo acadêmico, no qual todos os aprendizados que tive ao longo desses anos se entrelaçam e se consolidam nas palavras aqui escritas; e partida, pois este é o pontapé inicial de pesquisas futuras, de outros ciclos que virão. É o momento onde se coadunam passado, presente e futuro. Justamente por isso, constrói-se a partir de retalhos de ideias, escritas e esperanças, de todas as coisas que cruzaram meu caminho nos últimos anos. Cada trecho carrega uma pessoa, um lugar, um acontecimento, que de alguma forma ficaram marcados na memória. Portanto, este escrito é a costura desses vários retalhos, desses pedacinhos de gente e vida.

Por fim, gostaria de dizer que sou imensamente grata a todas estas pessoas: professoras, orientadoras, bibliotecárias, privadas de liberdade, militantes entrevistadas, amigas e familiares. Todas contribuíram para esse processo à sua maneira, seja com suporte acadêmico, emocional e/ou financeiro. Numa apropriação intencional do marxismo, digo que lhes agradeço por proporcionarem as condições objetivas e subjetivas para a minha manutenção na universidade ao longo desses anos. Em especial, agradeço aos integrantes dos grupos dos quais participo, GEMP e Direito à Poesia, e à minha orientadora, Elen Schneider, pessoas que foram fundamentais para o desenvolvimento das reflexões contidas nesta pesquisa.

*Sou feita de retalhos
Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que
vou costurando na alma.
Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e
me fazem ser quem eu sou.
Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior...
Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma
saúde...
Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa.
E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de
outras gentes que vão se tornando parte da gente também.
E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados...
Haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma.
Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da
minha vida e que me permitem engrandecer minha história com
os retalhos deixados em mim.
Que eu também possa deixar pedacinhos de mim pelos
caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias.
E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um
dia, um imenso bordado de “nós”.*

(Cris Pizzimont)

*[...] eu lhe proponho um jogo simples e muito fácil. Um jogo
chamado empatia. Essa palavra, tão aludida e resgatada nas
lutas por Direitos Humanos, significa, simplificadamente, a
capacidade de imaginar-se no lugar de outra pessoa, ou seja, a
habilidade de projetarmos em nós dificuldades, valores,
sentimentos, ideias do outro. Projete-se. Imagine-se. Construa
situações diante dos conceitos e fatos históricos. Seja o outro
ou a outra por breves segundos. Prometo a você que fará muita
diferença. Mas algo que pode lhe fazer perder pontos seria
entender que esta empatia colocará você em uma situação de
defesa do outro, algo salvacionista. Não é bem essa a ideia. A
ideia é que essa projeção para dentro de si estimule a
capacidade de projeção do outro e de compreender que
liberdade é coisa que se conquista conjuntamente.*

(Juliana Borges, 2018, p.14)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é entender como a punição, expressa através da privação de liberdade, está ligada à organização das relações sociais entre os indivíduos. Para embasar esse estudo, utilizarei a experiência de mediação cultural nas penitenciárias de Foz do Iguaçu, ocorridas dentro do contexto pandêmico, entre os anos de 2020 e 2021. Nesse sentido, minha pergunta de partida para essa análise é: que relação existe entre o grande contingente de pessoas pobres e negras encarceradas, o crescimento expressivo do encarceramento feminino e as estruturas de classe, raça e gênero? A fim de mediar esse debate, partirei, em primeiro lugar, do marco teórico da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e dos feminismos que buscaram dialogar com o marxismo. Dentro dessa discussão, buscarei demonstrar como as estruturas de classe, raça e gênero são fundamentais para manter e reproduzir a dependência e, assim, a própria acumulação de capital. Em segundo lugar, para embasar esse debate político-teórico, apoiarei-me na experiência de participar do Direito à poesia, grupo de extensão da UNILA que trabalha literatura com pessoas encarceradas em Foz do Iguaçu. Mediante os diálogos e escritos que desenvolvemos com esses grupos, foi possível acessar parte de suas histórias e as vivências do cárcere. Dessa forma, ao final deste trabalho, espero poder traçar um diálogo entre o debate político-teórico acerca das relações sociais entre os indivíduos no capitalismo dependente brasileiro e as reflexões advindas da troca de experiências com pessoas em privação de liberdade.

Palavras-chave: Relações sociais; Sentimentos; Privação de liberdade; Teoria Marxista da Dependência; Brasil.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es comprender cómo la pena, expresada a través de la privación de libertad, está vinculada a la organización de las relaciones sociales entre los individuos. Para sustentar este estudio, usaré la experiencia de mediación cultural en las cárceles de Foz do Iguaçu, que ocurrió en el contexto de la pandemia, entre 2020 y 2021. En ese sentido, mi pregunta de partida para este análisis es: ¿qué relación existe entre los grandes contingente de pobres y negros encarcelados, el crecimiento expresivo del encarcelamiento femenino y las estructuras de clase, raza y género? Para mediar en este debate partiré, en primer lugar, del marco teórico de la Teoría marxista de la Dependencia (TMD) y de los feminismos que buscaron dialogar con el marxismo. Dentro de esta discusión, buscaré demostrar cómo las estructuras de clase, raza y género son fundamentales para mantener y reproducir la dependencia y, por lo tanto, la acumulación de capital en sí misma. En segundo lugar, para sustentar este debate político-teórico, me apoyaré en la experiencia de participación en el Derecho a la Poesía, un grupo de extensión de la UNILA que trabaja literatura con personas encarceladas en Foz do Iguaçu. A través de los diálogos y escritos que desarrollamos con estos grupos, fue posible acceder a parte de sus historias y experiencias carcelarias. De esta manera, al final de este trabajo, espero poder establecer un diálogo entre el debate político-teórico sobre las relaciones sociales entre los individuos en el capitalismo dependiente brasileño y las reflexiones surgidas del intercambio de experiencias con personas en situación de privación. libertad.

Palabras clave: Relaciones sociales; Sentimientos; Privación de libertad; Teoría marxista de la dependencia; Brasil.

ABSTRACT

The objective of this research is to understand how punishment, expressed through deprivation of freedom, is linked to the organization of social relations between individuals. To support this study, I will use the experience of cultural mediation in Foz do Iguaçu prisons, which took place within the pandemic context, between 2020 and 2021. In this sense, my starting question for this analysis is: what relationship exists between the great contingent of incarcerated poor and black people, the expressive growth of female incarceration and the structures of class, race and gender? In order to mediate this debate, at first, I will start from the theoretical framework of the Marxist Theory of Dependence (TMD) and the feminisms that sought to dialogue with Marxism. Within this discussion, I will seek to demonstrate how the structures of class, race and gender are fundamental to maintaining and reproducing dependency and, thus, capital accumulation itself. Second, to support this political-theoretical debate, I will rely on the experience of participating in the Right to Poetry, a UNILA extension group that works on literature with people incarcerated in Foz do Iguaçu. Through the dialogues and writings that we developed with these groups, it was possible to access part of their histories and prison experiences. In this way, at the end of this work, I hope to be able to draw a dialogue between the political-theoretical debate about the social relations between individuals in Brazilian dependent capitalism and the reflections resulting from the exchange of experiences with people in deprivation of liberty.

Key words: Social relationships; Feelings; Deprivation of liberty; Marxist Dependency Theory; Brazil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA	Estados Unidos da América
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LEP	Lei de Execução Penal
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Primeiro Comando da Capital
PEF - II	Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II
PEF - UP	Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu - Unidade de Progressão
PKK	Partido dos Trabalhadores do Curdistão
PYD	Partido de União Democrática
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
YPG	Unidades de Proteção Popular
YPJ	Unidade de Defesa das Mulheres

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 RELAÇÕES SOCIAIS NOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS: GÊNERO, RAÇA E CLASSE E CAPITALISMO DEPENDENTE	18
2.1 O MÉTODO MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICO NA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS	19
2.2 DEPENDÊNCIA, RACISMO, PATRIARCADO E EUGENIA	26
2.3 RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NO ENTRECRUZAMENTO DE GÊNERO, CLASSE E RAÇA	35
3 NÓS E LAÇOS: RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NO CÁRCERE	47
3.1 RELAÇÕES SOCIAIS NO CÁRCERE	48
3.2 NÓS E LAÇOS	60
3.2.1 Nós	64
3.2.1.1 <i>MEDO</i>	64
3.2.1.2 <i>ESTIGMA</i>	69
3.2.2 LAÇOS	73
3.2.2.1 <i>AMOR</i>	73
3.2.2.1 <i>ESPERANÇA</i>	77
3.3 TORTURA OBJETIVA E SUBJETIVA	82
4 HORIZONTES DE LUTA	89
4.1 REDUÇÃO DE DANOS	92
4.2 ABOLICIONISMO PENAL E POLICIAL	95
4.2.1 <i>MULHERES FRENTE A REPRESSÃO POLICIAL: CRIMES DE MAIO</i>	96
4.2.2 <i>COMUNIDADE FRENTE A REPRESSÃO POLICIAL: TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E DOM PEDRO CASALDÁLIGA</i>	99
4.2.3 <i>DEFESA DO POVO E TERRITÓRIO: MULHERES DE CHERÁN, MÉXICO</i>	102
4.2.4 <i>DEFESA DO POVO E TERRITÓRIO: MULHERES CURDAS</i>	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	114
ANEXO 1	118
ANEXO 2	121

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é discutir o elo entre relações sociais e o cárcere, mais especificamente, como a punição por meio da privação de liberdade está ligada à organização das relações sociais entre os indivíduos. Buscando concretizar esse objetivo, embasei-me numa discussão que reúne elementos de diferentes teorias sociais, como materialismo histórico-dialético e feminismos que com ele dialogam, bem como pesquisa qualitativa e etnográfica.

Em nossa sociedade, o tema do cárcere não é suficientemente discutido. A maioria das pessoas se conforma com a sua existência e acredita que é a única maneira possível de responsabilizar a quem violou alguma das normas que regem o contrato social. Contudo, o aprisionamento é um modelo de punição marcado por violações dos direitos humanos. Nas últimas décadas, o Brasil foi marcado pelo crescimento massivo da população carcerária. Não obstante, as estatísticas de violência e o sentimento de insegurança não diminuíram.

Além disso, a partir de dados e relatórios oficiais, sabemos que essa população tem um perfil específico: pessoas empobrecidas e racializadas como negras. São principalmente homens, jovens, empobrecidos e racializados como negros que lotam as prisões pelo país. Apesar disso, o caso do encarceramento feminino experimentou um crescimento exponencial depois da criação da Lei de Drogas de 2006. Também nesse caso as mulheres pobres e negras são as mais atingidas. Assim, para guiar a discussão presente neste texto, utilizarei a seguinte pergunta-problema: que relação existe entre o grande contingente de pessoas empobrecidas e racializadas como negras que estão encarceradas, o crescimento expressivo do encarceramento feminino e as estruturas das relações sociais de classe, raça e gênero?

Para tentar responder a essa pergunta, partirei do marco teórico da Teoria Marxista da Dependência e dos feminismos marxistas e materialistas. Ademais, para embasar essa discussão político-teórica, apoiarei-me na experiência de participar nos anos de 2020 e 2021 de um grupo de extensão, o Direito à poesia, que trabalha literatura com pessoas encarceradas em Foz do Iguaçu. A proposta do grupo é discutir literatura e propor exercícios de escrita. Assim, mediante os escritos e diálogos que travamos com esses grupos, foi possível acessar diversas visões de mundo, sobre suas realidades e as vivências do cárcere. Dessa forma, farei um diálogo entre o debate político-teórico acerca das relações sociais entre os indivíduos no capitalismo dependente brasileiro e as reflexões advindas da troca de experiências com pessoas em privação de liberdade.

Dessa maneira, o objetivo geral deste trabalho é entender como a punição institucional, expressa através da privação de liberdade, está ligada à organização das relações sociais e econômicas entre os indivíduos na sociedade. Já os objetivos específicos são: 1. analisar as

relações de gênero, raça e classe com a economia prisional no marco da sociedade de capitalismo dependente; 2. descrever limitações do cárcere e identificar os impactos que geram nas relações sociais entre os privados de liberdade, por meio das categorias de nós e laços; 3. discutir práticas e alternativas que visam reduzir os impactos sociais gerados pelo encarceramento.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro deles, discuto a especificidade das relações sociais na dependência, que são mantidas e reproduzidas pelas estruturas de gênero, classe e raça. Desse modo, percebemos que na passagem do escravismo colonial para o capitalismo dependente, ao invés de serem extintas, essas estruturas foram reorganizadas a fim de permitir a dominação e superexploração das/os trabalhadoras/es. Para tanto, o Estado dependente desempenhou um papel fundamental, por meio de políticas de controle sobre a população.

Em vista disso, no segundo capítulo apresento a questão do cárcere, buscando entender como ela se insere e se aproveita das relações sociais na dependência. Por conseguinte, temos que a população encarcerada no país tem um perfil muito específico: é composta majoritariamente por homens jovens pobres e negros. Não obstante, o encarceramento feminino também tem passado por um crescimento expressivo.

Feita essa aproximação da questão carcerária, nos itens seguintes me aprofundo nas relações sociais utilizando as categoria de nós e laços, que reúnem alguns dos sentimentos que apareceram com mais frequência nos textos e relatos das pessoas privadas de liberdade que participaram do projeto Direito à poesia em 2020 e 2021, bem como das pessoas que entrevistei e dos militantes do abolicionismo penal.

Por último, no terceiro capítulo, a fim de pensar horizontes de mudança, reuni propostas de redução de danos, que visam a minimização do sofrimento das pessoas encarceradas e seus familiares. Além disso, também abordei casos de lutas dotadas de uma maior rebeldia popular, que tinham as mulheres como atores sociais centrais e, em algumas das vezes, provocaram uma transformação radical da ordem social. Todos os itens trazidos neste capítulo resultam da reunião de trechos ou exemplos usados pelas pessoas que compunham o campo deste trabalho. As pessoas que são diretamente afetadas pelo sistema têm várias soluções para os problemas que caracterizam o sistema penal, basta que a gente se disponha a ouvi-las.

Assim, a realização deste trabalho passa não só pela tentativa de trazer para debate um tema ainda pouco discutido na sociedade, o cárcere, como também de mostrar a dimensão subjetiva, das relações sociais e sentimentos, que o envolve. As pessoas que estão privadas de liberdade não deixam de ser pessoas, com sentimentos, anseios e desejos. Recuperar essa dimensão

subjettiva e humanizada é importante se queromos discutir a sério a questão da sua reinserção social no pós-cárcere.

A metodologia do trabalho é qualitativa e se deu a partir de triangulação metodológica de várias técnicas, formando um corpus de investigação: pesquisa bibliográfica, entrevistas, etnografia e análise de conteúdo. Como já apontado, nesse trabalho partirei do marco teórico da Teoria Marxista da Dependência e dos feminismos que estabelecem diálogos com o marxismo. Para tanto, realizei uma pesquisa bibliográfica acerca desses temas, elegendo para leitura aqueles que mais se aproximaram do debate de classe, raça e gênero na sociedade contemporânea. Para dar suporte a esse debate, utilizei dados quantitativos sobre o cárcere, provenientes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Como busquei destacar a dimensão subjetiva do cárcere, ou seja, o elemento humano que existe nele, essa pesquisa é do tipo qualitativo (UWE, 2009), sendo que me baseei na análise dos materiais produzidos nas oficinas de leitura e escrita realizadas pelo Direito à poesia nos anos de 2020 e 2021. Ademais, tem também um cunho etnográfico, visto que me apoiei na minha experiência de observadora-participante dessas oficinas (UWE, 2009; GUBER, 2005).

Há dois anos participo do projeto de extensão Direito à poesia - círculos de leitura e oficinas de escrita com pessoas em privação de liberdade em Foz do Iguaçu¹, sendo que atualmente conto com a experiência de ser bolsista. O projeto é coordenado pelos professores do curso de Letras da Unila, Cristiane Checchia e Mario Torres. Dessa forma, escolhi apoiar parte dessa pesquisa na análise do acervo de material escrito resultante de trocas de cartas com participantes da penitenciária masculina, no ano de 2020, e das oficinas virtuais realizadas com participantes da penitenciária feminina, no ano de 2021. Para tanto, utilizarei a análise de conteúdo (BARDIN, 2011) como instrumento de tratamento das informações.

Também utilizarei a ferramenta caderno de campo como suporte para a discussão. No ano de 2021, enquanto grupo, construímos um caderno de campo coletivo a respeito da experiência de encontros virtuais com as mulheres. Não obstante, mantive ainda um caderno individual, de modo que utilizarei ambos para construir a narrativa deste processo. Outrossim, no caderno de campo também registrei outras experiências por meio de relato etnográfico, como o encontro virtual com um egresso da penitenciária de Foz do Iguaçu e ex-participante do projeto

¹ O Direito à poesia é um projeto de extensão que existe desde 2015. Coordenado pelos professores Cristiane Checchia e Mario Torres, ele articula-se em dois eixos: 1. grupo de estudos para discussão teórica e crítica sobre a questão carcerária e a mediação de literatura em contextos adversos; 2. prática da mediação de leitura e escrita nas prisões de Foz do Iguaçu, isto é, a Penitenciária Estadual II (PEF-II) e a Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu (PFF-UP). Para mais informações sobre o trabalho do grupo, consultar o blog vinculado ao projeto e coordenado pelo professor Mario, A escritura e o afora, em: <<https://aescritaeofora.blogspot.com/>>; e o artigo resultante das atividades desenvolvidas em 2020: CHECCHIA, C. TORRES, M. R. R. et.al. Direito à poesia - uma oficina literária epistolar durante a pandemia de covid-19. *Revista Extensão & Cidadania*, 9(16), 212-231, 2021. <https://doi.org/10.22481/recuesb.v9i16.9572>.

(Eliseu); a participação como ouvinte no ciclo VI da *Oficina Desencarcera Brasil! Por um programa popular de desencarceramento e desmilitarização*, cujo título da palestra era “Abolição e alternativas de justiça”; e no *I Encontro Estadual da Frente pelo Desencarceramento do Paraná*.

Realizado em em 26 de março de 2022, na cidade de Curitiba, esse encontro fazia parte de uma agenda nacional, de forma que aconteceu em vários estados do país. O objetivo da frente é articular os coletivos de familiares e amigos de pessoas privadas de liberdade, iniciativa envolvidos na defesa dos direitos humanos, como igreja e universidade, e militantes do abolicionismo penal. Em razão da oportunidade propiciada pelo evento, como atividade para o projeto Direito à Poesia, eu e a outra bolsista, Jennifer Rodrigues, realizamos algumas entrevistas com as pessoas presentes, sendo os entrevistados: Lucas Duarte, coordenador da *Pastoral Carcerária* de Curitiba, militante da *Frente pelo Desencarceramento do Paraná* e um dos organizadores do encontro; Márcia Tillmann, merendeira, membro do *Coletivo de Familiares e Amigos de Pessoas Presas de Foz do Iguaçu e Região*, egressa do sistema prisional e familiar de pessoa privada de liberdade; e, por último, Raissa Melo, jornalista, militante da *Frente pelo Desencarceramento do Paraná* e uma das organizadoras do encontro, bem como egressa do sistema prisional.

A fim de identificar todos os materiais utilizados, criei uma tabela contendo as fontes, nomes, datas e códigos dos arquivos que serão citados:

Tabela número 01: Identificação do Corpus de Pesquisa

Fonte	Nome	Código de Citação	Data
Troca de cartas com os participantes da PEF II	Retorno 1	TCP - R1	2020
	Retorno 2	TCP - R2	2020
	Retorno 3	TCP - R3	2020
	Retorno 4	TCP - R4	2020
	Retorno 5	TCP - R5	2020
	Retorno 6	TCP - R6	2020
Cadernos individuais	Textos das participantes da PEF-UP	CI - TP	2021
Diário de campo coletivo	Oficinas virtuais com as participantes da PEF-UP	DCC - OVP	2021
Diário de campo individual	Encontro com o egresso Eliseu	DCI - EEE	16.11.21
	Oficina "Abolição e alternativas de justiça"	DCI - OAAJ	25.11.21
	I Encontro Estadual da Frente pelo Desencarceramento do Paraná	DCI - EEFD	26.03.22
Entrevistas	Lucas Duarte	E - LD	26.03.22
	Márcia Tillmann	E - MT	26.03.22
	Raissa Melo	E - RM	26.03.22

Fonte: Elaboração própria.

Enquanto a tabela 01 identifica as fontes, datas e códigos dos arquivos, a tabela 02 organiza os atores sociais envolvidos nas atividades. Isso ajudará a nortear a leitura dos próximos capítulos, principalmente dos itens em que cito amplamente o campo. No caso das pessoas privadas de liberdade, optei por deixar somente o primeiro nome, a fim de proteger a identidade dos envolvidos.

Tabela número 02: Identificação dos Atores Sociais do Corpus de Pesquisa

Fonte	Atores sociais citados
PEF II	Abimael, Eliseu, João, Oldenon, Clésio, José J., José V., Rômulo
PEF - UP	Lúcia, Bruna, Lenice, Katlyn, Jesana
Oficina "Abolição e alternativas de justiça"	Marcella Silva, Giselle Florença, Fábio Magalhães
I Encontro Estadual da Frente pelo Desencarceramento do Paraná	Fábio Pereira, Karollyne Nascimento, Dona Miriam, Dona Marlene, Marcia Tillmann, Renato Freitas
Entrevistas	Lucas Duarte, Marcia Tillmann, Raissa Melo
Direito à Poesia	Cristiane Checchia, Mario Torres

Fonte: Elaboração própria.

Em vista disso, a escrita desse trabalho será mediada pelo diálogo entre teoria e prática, a fim de construir uma perspectiva crítica do sistema prisional existente no Brasil atual, bem como uma reflexão sobre possíveis alternativas a ele. Com isso, espero contribuir para as discussões sobre o campo e suas transformações.

2 RELAÇÕES SOCIAIS NOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS: GÊNERO, RAÇA E CLASSE E CAPITALISMO DEPENDENTE²

No plano das ideias, existem diversos debates sobre gênero, raça e classe. No entanto, em grande parte das vezes, são feitas discussões que os consideram como elementos que existem separadamente e se entrecruzam na conformação da realidade dos sujeitos. Assim, neste trabalho, buscamos partir de uma perspectiva distinta, desde a qual consideramos que as opressões de gênero, raça e classe existem conjuntamente, são intrínsecas ao capitalismo e que, nos países latino-americanos, são determinantes na manutenção e reprodução das estruturas dependentes.

Dito de outra maneira, gênero, raça e classe são determinantes na realidade dos sujeitos, na vida das/os trabalhadoras/as, na forma como a sua força de trabalho é superexplorada e no modo como vivenciam o mundo. O caminho pelo qual buscamos entender esse fenômeno é por meio das relações sociais, ou, como dito por Marx, as relações de produção que os sujeitos entram independente da sua vontade, devido ao grau de desenvolvimento das forças produtivas³. Essa discussão importa na medida que tentaremos entender como a superexploração do trabalho e as opressões de classe, raça e gênero produzem e reproduzem um sistema desigual, injusto e punitivista, elementos que podem ser vistos em sua expressão máxima na forma do cárcere.

Para lançar mão desse debate, organizamos a discussão em três tópicos principais. No primeiro deles, trazemos aportes do método materialista histórico-dialético, fundamental para a compreensão da realidade concreta e, dessa forma, para a compreensão do papel que as categorias de gênero, raça e classe desempenham dentro dessa realidade. Nessa discussão, nos baseamos principalmente em Marx, Marini e Gouvêa e Mastropaolo.

No segundo tópico, nos detemos em uma análise que busca compreender a articulação entre raça, classe e dependência à luz das teorias raciais e eugênicas, que tiveram ampla repercussão no Brasil no período pós-abolição. Já no terceiro item, buscamos compreender como o gênero se articula às demais categorias. Devido à maior complexidade desses dois tópicos, utilizamos desde Clóvis Moura e Teresa Martins, para falar do escravismo, colonialismo, imperialismo e pós-abolição; Nancy Stepan para entender os movimentos eugênicos

² Este capítulo consiste na adaptação de parte do relatório que escrevi ao final da IC intitulado “Construindo uma abordagem interseccional dos estados dependentes latino-americanos”, que foi orientada pela professora Maíra Machado Bichir, a quem serei sempre grata.

³ Conforme sugestão da Marina Gouvêa, seria preciso diferenciar relações sociais de produção, num conjunto social mais amplo, e relações sociais intersubjetivas, num conjunto menos amplo, para se referir às relações que os sujeitos individuais e pequenos grupos traçam entre si. Decidi adicionar essa nota de rodapé como uma espécie de lembrete, já que acho a sugestão interessante, mas não sei, ou ao menos não tenho fôlego, para pensar em como fazer isso agora. Quem sabe alguém que esteja lendo isso tenha.

latino-americanos; e Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Heleieth Saffioti para pensar o debate de classe, raça e gênero. Ademais, fazemos aproximações com a temática do cárcere, passo necessário para introduzir o capítulo seguinte.

Desde já deixamos assinalados que as divisões que perpassam esse trabalho se deram numa tentativa de melhor organizar as ideias diante do esforço de apreensão da realidade. Contudo, na realidade concreta essas categorias não se separam, assim como também não o faz o tempo passado e do tempo presente. Para nós, a realidade é necessariamente múltipla e complexa, formada de diversos conjuntos e entrelaçamentos.

Assim, o passado se entrelaça ao presente, o gênero à raça e à classe, e estes, à dependência. Esta, por sua vez, está entrelaçada e inserida no contexto das relações capitalistas com outros países, os quais também têm suas realidades determinadas por aqueles entrelaçamentos. A realidade é um todo muito complexo, difícil de ser apreendida e que, por isso mesmo, exige um grande esforço de abstração. Somente por meio desse esforço podemos alcançar um concreto pensado que nos conduza a uma práxis transformadora. Nesse sentido, este trabalho, com suas incompletudes e falhas, é fruto desse esforço, um esforço que não pode perder de vista a sua finalidade última, qual seja, a transformação da práxis.

2.1 O MÉTODO MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICO NA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

A fim de compreender a realidade em sua totalidade, faz-se necessário entender primeiramente como se constitui o método materialista histórico-dialético. Desenvolvido ao longo de uma vida de estudos e escritos, o método marxiano é uma ferramenta que une teoria e práxis. Dessa maneira, abaixo segue alguns dos seus pressupostos principais, nos quais nos baseamos para a realização da presente investigação.

Nos baseando em Karl Marx (2010), podemos dizer que o método é materialista, pois parte das condições materiais de desenvolvimento das forças produtivas. São estas forças, por sua vez, que co-determinam as relações sociais de produção. Ambas, que em conjunto coadunam no modo de produção, condicionam o processo de vida social, político e intelectual humanos. Ademais, o método também é histórico porque leva em conta a historiografia das relações e transformações em sua análise, e é dialético porque considera as contradições intrínsecas à realidade. No prefácio do livro *Contribuição à crítica da economia política*, Marx (1818-1883) sintetiza o resultado geral de suas conclusões sobre a sociedade burguesa, resultado este que afirma

ter lhe servido de guia em seus estudos:

[...] na produção social da própria existência, **os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais.** A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser que determina sua consciência. **Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes**, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. **De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social** (Marx, 2010, p.47, grifos nossos).

Consideramos essa síntese importante não somente por trazer as principais conclusões dos estudos levados a cabo por Marx, como também por demonstrar o pontuado por Netto (2011), isto é, de que há uma indissociável relação entre a elaboração teórica e a formulação metodológica na obra marxiana. A construção do método se deu enquanto da análise da realidade que se apresentava na época, constituindo-se em conjunto com o esforço de elaboração teórica desta realidade. Segundo Netto (2011, p.20-22), para Marx a teoria é a maneira pela qual se interpreta e reproduz o movimento real de maneira ideal no plano do pensamento. Expliquemos. Marx entende que o objeto de pesquisa - em seu caso a sociedade burguesa - tem uma existência objetiva que independe do sujeito que o pesquisa. Em razão disso, esse sujeito deve ter como finalidade ir além da aparência imediata (empírica) desse objeto, isto é, deve chegar até a apreensão das suas determinações mais essenciais (estrutura, dinâmica).

Esse processo de transpassar a aparência e chegar a determinações mais essenciais do objeto, as quais se referem aos traços dos elementos que constituem a realidade, só é possível por meio do esforço de abstração. Conforme Netto (2011, p.44), “a abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável [...]”.

De acordo com Marina Gouvêa e Maria Mastropaolo, um erro comum ao se pensar o método materialista histórico-dialético é considerar que Marx parte do abstrato para o concreto. Para explicar este engano, na terceira nota de rodapé do texto as autoras argumentam que (2019, p.4), “não existem ‘categorias abstratas’, o abstrato *não existe*. A abstração é necessária para refletir o real, para apreender, compreender o real”, sendo que

A exposição de Marx vai das determinações *concretas* que *requerem maior esforço de abstração* para serem apreendidas (precisamente por seu caráter essencial e sobredeterminante) às determinações *também concretas* que requerem menor esforço de abstração para serem imediatamente apreendidas (por seu caráter mais aparente e menos sobredeterminante), mas que só podem ser compreendidas de fato à luz da compreensão daquelas determinações mais essenciais à reprodução do real (GOUVÊA E MASTROPAOLO, 2019, p.4).

Usemos o próprio Marx (2010) para explicar seu método. Para ele, na Economia Política os teóricos empregavam um método de análise equivocado. Isso porque partia-se da população, base e sujeito do processo de produção, e o dado aparentemente mais real da economia. No entanto, para ele, a população é uma abstração se não considerada em conjunto com o trabalho assalariado, o capital, os preços, e por aí vai. Desse modo, começar pela população leva a uma elaboração caótica do todo e, utilizando uma determinação estrita, na análise se chega a conceitos cada vez mais simples, ou seja, inicia-se por uma representação do concreto até que se chega às suas determinações mais simples. (MARX, 2010, p.258). Todavia, caso se pare nesse ponto, a representação do concreto será perdida na determinação abstrata.

Eis aqui então onde se encontra o diferencial do método marxiano: segundo Marx, ao se chegar às determinações mais simples, mais essenciais, é preciso fazer o inverso do caminho percorrido, amarrando os elementos abstraídos e isolados para dar conta da elaboração de um concreto pensado. Podemos compreender melhor isso por meio de um exemplo: temos uma maçã, e dela retiramos a casca, depois o miolo da fruta e por fim as sementes. Mas não é possível explicar a maçã, no que consiste essa fruta, se considerarmos apenas as sementes. Daí que é somente quando remontamos as suas partes, isto é, os elementos que a compõem, os quais são as sementes, o miolo e a casca, que podemos de fato entender no que constitui uma maçã. Não é só a casca, só as sementes ou só o miolo, mas o conjunto e a síntese desses três que a faz ser uma maçã de fato. De acordo com Marx,

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a **unidade do diverso**. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (MARX, 2010, p.258-259, grifo nosso).

Com esse recorrido sobre o método materialista histórico-dialético, temos por objetivo lançar luz sobre a maneira pela qual nos aproximamos do debate sobre as relações sociais de classe, raça e gênero no Brasil e na realidade do cárcere. No caminho dessa pesquisa, nos deparamos com a problemática de como abordar essas tais relações dentro do pensamento marxista.

Ainda não nos era tão evidente como o próprio método já nos permitia tal abordagem. Isso só foi possível a partir da leitura do texto que citamos anteriormente, Gouvêa e Mastropaolo (2019) e, mais recentemente, de um outro, Gouvêa e Rocha (2020, no prelo). A questão é que antes nós pensávamos as opressões de raça, gênero e classe como distintas, as quais se entrecruzavam na constituição da realidade vivenciada por determinados grupos sociais. Contudo, mediante as leituras que citamos acima, agora percebemos que não há possibilidade de dissociar tais opressões, visto que desde a periferia latino-americana, o racismo e o patriarcado fundamentam as estruturas do modo de produção capitalista, atuando para o rebaixamento do valor da força de trabalho das mulheres brancas e dos homens e mulheres negros e indígenas em relação ao dos homens brancos.

Cabe aqui ressaltar que tanto a negritude quanto a branquitude são construções sociais, sendo que o “branco universal” se constitui enquanto o oposto do “negro” e do “índio”. Se o primeiro é tido como o universal e superior, os outros dois são vistos como pertencentes ao particular, à minoria, sendo apontados como inferiores. Debateremos isso melhor mais à frente. Conforme Gouvêa e Mastropaolo apontam (2019, p.13-14), a inferiorização racial das populações não-brancas, que já vigora desde a escravização colonial, propicia uma justificativa ideológica para o rebaixamento desse valor e permite ainda a circunscrição dessa força à determinadas atividades dentro da divisão social do trabalho. A essa circunscrição denominamos divisão racial do trabalho.

No que tange ao patriarcado, contribui especialmente para o rebaixamento desse valor a realização de trabalho doméstico feminino não mercantilizado e não pago. Tal trabalho é imprescindível para a reprodução social da mercadoria força de trabalho. Na realidade, a força de trabalho não poderia existir sem a estrutura reprodutiva conformada pelo trabalho doméstico feminino (GOUVÊA e MASTROPAOLO, 2019, p.8). Desde aí temos a base da divisão sexual do trabalho, que relega ao feminino (em sua maioria mulheres, mas não apenas) um trabalho que nem sequer é visto como tal, não sendo, portanto, mercantilizado ou pago. Por sua vez, é essa divisão sexual do trabalho que sobredeterminará a generificação dos seres, opondo masculino ao feminino, trabalho e funções sociais de homens de um lado e de mulheres do outro, numa oposição que tem o papel de manter e reproduzir a divisão social do trabalho.

Mais que conhecer a existência dessas divisões sociais do trabalho e as opressões decorrentes, é preciso ainda compreender o papel que desempenham dentro dos países capitalistas dependentes. Ao se inserir no comércio internacional no período pós-independência, a América Latina foi responsável fundamentalmente por fornecer os alimentos e as matérias-primas que possibilitaram o desenvolvimento e a expansão da industrialização nos países capitalistas centrais, contribuindo para o deslocamento do eixo de acumulação de mais-absoluta para o de mais-valia relativa nestes (MARINI, 2015). Todavia, se nos países centrais esse deslocamento para a

mais-valia relativa trouxe a necessidade de basear a acumulação não apenas na exploração da força de trabalho, mas também, e em maior parte, no aumento da capacidade produtiva do trabalho, nos países latino-americanos o que se deu foi justamente o contrário. A maior exploração da força de trabalho foi, e é, fundamental para que estes países se mantenham desempenhando um papel subordinado dentro da divisão internacional do trabalho. Esse papel subalterno das nações latino-americanas, por sua vez, faz com que o desenvolvimento econômico e político destes seja diretamente dependente do desenvolvimento e expansão econômico-político das nações centrais, dominantes.

A maior exploração da força de trabalho nos países dependentes, a qual Marini (2015) denomina como superexploração do trabalho, é estruturante na produção e reprodução das relações dependentes. Segundo o autor, a superexploração do trabalho é alcançada por meio de 1. intensificação do trabalho; 2. prolongamento da jornada de trabalho; e 3. expropriação de parte do fundo de salário do trabalhador. Esses mecanismos incidem diretamente na força de trabalho, ou seja, na vida das/dos trabalhadoras/es.

Nesse sentido, o patriarcado e o racismo são centrais para a superexploração, pois a desvalorização da força de trabalho das mulheres brancas e dos homens e mulheres não-brancos permite a maior exploração dessa força, bem como o pagamento de salários muito menores que o preço equivalente dela, o que o desemprego que recai sobre esses sujeitos reforça ainda mais (GOUVÊA e MASTROPAOLO, 2019, p.14). Na verdade, é um duplo movimento: por uma parte, o confinamento dessas populações a postos de trabalhos menos qualificados, para os quais há um grande contingente de força de trabalho disponível, torna-as descartáveis por serem facilmente substituíveis, o que incide no grande desemprego e subemprego desses sujeitos; por outra parte, essa mesma ampla oferta da mercadoria força de trabalho, permite aos capitalistas intensificarem e prolongarem a exploração dessa força de trabalho, pois o temor do desemprego e da miséria decorrente força os/as trabalhadores/as a aceitarem as condições cada vez mais precarizadas a que são submetidos.

Jaime Osorio chama esse processo de inclusão por exclusão, visto que ao serem excluídos do processo produtivo, essas/es trabalhadoras/es são utilizados pelo capital para fazer pressão naqueles que estão empregados. Daí que a existência de uma ampla camada de pessoas subempregadas ou desempregadas nos países dependentes seja um projeto do capital, ou seja, é proposital que essas pessoas estejam excluídas do processo produtivo, pois, com isso, elas estão incluídas na própria acumulação de capital. É essa camada da população que Clóvis Moura denomina de franja marginal, tal como veremos mais à frente (OSORIO, 2010).

Com isso, retomamos o argumento de que não é possível pensar o capitalismo em

separado das relações raciais, patriarcais e dependentes. Apesar de a mercantilização da reprodução da vida ser sobredeterminante nessas relações, elas estão entranhadas num todo, conformando a realidade que se apresenta na América Latina, ou seja, uma realidade na qual não existe mercantilização antes e divisão sexual e racial do trabalho depois. “As opressões não se somam, separadamente. *Constituem uma mesma realidade, que se reproduz apenas enquanto totalidade, em suas determinações e sobredeterminações, na universalidade, particularidades e singularidades*” (GOUVÊA e MASTROPAOLO, 2019, p.11, grifo original). Novamente, a realidade concreta só pode existir em sua totalidade concreta (mais complexa), totalidade esta que é composta, isto é, que só existe enquanto síntese e inclusão de múltiplas totalidades, estas que variam em grau de complexidade entre si, sendo que cada uma possui tendências e particularidades que não podem ser transladadas às outras (NETTO, 2011, p.57).

Marx (2010), na síntese de suas conclusões sobre a sociedade burguesa, já apontava que num determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas materiais, estas entram em contradição com as relações sociais de produção existentes, abrindo, assim, uma época de revolução social. Para ele, a sociedade só se propõe problemas que pode resolver, pois quando da mudança social, esta só chega a ocorrer quando as novas relações sociais de produção possuem condições materiais de existência, as quais foram incubadas ainda na sociedade antiga.

Dessa maneira, observamos que o método materialista histórico-dialético é mais que uma metodologia de compreensão do modo de produção capitalista; sua real finalidade é a *práxis*, isto é, apreender as determinações mais essenciais do capitalismo, e este em sua totalidade, com vistas a superá-lo, a transformá-lo. Como afirmam Gouvêa e Mastropaolo (2019, p.1), o marxismo é uma ferramenta teórica que se apresenta enquanto arma na luta por esta superação. Conhecer e compreender para transformar. Os seguintes trechos demonstram o caráter que a luta contra o capitalismo e todas as opressões que o integram devem ter na América Latina.

É possível dissociar a reprodução das opressões de classe da reprodução de todas as demais opressões? Respondemos: *não é possível superar de fato a opressão de classe capitalista sem a superação da forma capitalista de todas as opressões concretas*. E não é possível superar a forma capitalista destas opressões sem superar a opressão de classe (GOUVÊA e MASTROPAOLO, 2019, p.16, grifo original).

A superação do capitalismo nos países latino-americanos não pode se dar fora da luta pela integração solidária, latino-americanista e rechaçando a forma-mercadoria (e, portanto, a lei do valor). **Não existe processo de transição para o socialismo possível na região do mundo na qual vivemos fora da luta contra as opressões que particularizam a reprodução capitalista em Nuestra América.** E não existe processo de transição para o socialismo possível na região **fora do compartilhamento não mercantil das potencialidades regionais de**

satisfação das necessidades sociais (GOUVÊA e MASTROPAOLO, 2019, p.14-15, grifos nossos).

Se é preciso conhecer para transformar, nos tópicos seguintes nos esforçamos numa tentativa de compreender alguns dos elementos gerais que compõem a realidade brasileira e, mais especificamente, a realidade das relações sociais forjadas no cárcere. Essa compreensão vai se construindo conforme o processo de escrita mesmo, na organização e materialização das ideias e pensamentos em palavras, em parágrafos. Então, de modo algum procuramos investigar de maneira a esgotar as temáticas da dependência, do patriarcado⁴ e do racismo. No entanto, como explicitamos desde Gouvêa e Mastropaolo, desde agora já se torna evidente a imprescindibilidade de uma luta que seja anti-capitalista, anti-racista e anti-patriarcal.

Não acreditamos ser possível alcançar mudanças na formas de sociabilidade entre os seres e entre os seres e o mundo sem que estas lutas sejam travadas. Isso pois, dada a indissociabilidade das opressões de gênero, de raça e do capital, é impossível pensarmos em uma verdadeira liberdade dos sujeitos, numa libertação dessas opressões, como não sendo em um mundo radicalmente diferente. Como afirma Frantz Fanon (1963), a descolonização é o processo por meio do qual o colonizado recupera sua humanidade, quando inverte completamente a ordem colonial, dependente, capitalista; é quando o colonizado se apropria da linguagem de violência do colono e a usa contra este. Dessa maneira, a luta pela libertação, em outras palavras, a revolução, é imprescindível pois somente ela é capaz de propiciar uma mudança total, isto é, uma inversão radical da ordem do mundo capitalista.

⁴ Quem estiver lendo o texto e for mais exigente no que se refere a conceitos, perceberá que durante todo o trabalho falo de classe, raça e gênero, mas que em momento algum defini esses conceitos. Na academia, existem textos tão diversos a respeito, que no final as definições se diluem. Assim, quando escrevi, minha preocupação maior era entender a relação que existe entre os conceitos, não seu significado propriamente dito. Dito de maneira simples e direta, os compreendo como resultantes de um processo de diferenciação e hierarquização, que acontecem conjuntamente no plano simbólico-cultural e econômico-político. Desse modo, por exemplo, a diferença existente entre o aparelho reprodutivo do macho e da fêmea (sentido biológico) foi apropriada no contexto simbólico-cultural, de modo a se construir uma diferença entre os gêneros, isto é, masculino e feminino, homem e mulher, a fim de hierarquizá-los. Essa hierarquização é o que permite a dominação e exploração e, portanto, a produção e reprodução de um sistema econômico e politicamente desigual e opressor para as mulheres. A esse sistema, poderia chamar exclusivamente de patriarcado, mas se fizesse isso, estaria desconsiderando a dimensão da desigualdade entre raça (diferença entre cor de pele e/ou lugar de origem; biológica e geográfica) e classe (diferença econômica, de apropriação da terra e dos meios de produção; única sem raiz biológica, criação exclusivamente humana). Em geral, uso capitalismo, mas sempre atentando que as três desigualdades fundantes andam juntas, pois não podem existir em separado. Mas, se formos mais a fundo na questão, falta ainda pensar em um termo que designe a todas conjuntamente, sem privilegiar uma ou outra. Isso seria útil por dois motivos principais: 1. resolveria parte das disputas terminológicas, onde há tanta briga em torno das diferentes definições, que, em muitos casos, os efeitos reais das desigualdades fundantes acabam sendo deixados de lado; 2. traria grandes avanços em termos teóricos e práticos, pois se fosse um consenso que as desigualdades existem conjunta e dialeticamente, as disputas seriam travadas principalmente em torno do entendimento dos efeitos que elas produzem e reproduzem na realidade concreta e, desse modo, nos caminhos possíveis para superá-las. Ainda há muita desconstrução e pouca construção; muita divisão e pouca união. Talvez por isso tenhamos vivido anos tão terríveis ultimamente, sem que houvesse uma luta coletiva pela transformação radical. Talvez por isso haja esse conformismo amargo e desesperançoso, que tem feito a todos nós adoecer massivamente. Uma outra realidade é necessária.

2.2 DEPENDÊNCIA, RACISMO, PATRIARCADO E EUGENIA

No Brasil, o final do século XIX foi marcado por transformações. Dentre ela, podemos destacar a abolição da escravidão, que implicou na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre assalariado, e o fim de um governo monárquico. É sempre importante ter em vista, no entanto, que esses processos estiveram permeados por determinados interesses, internos ou não. No primeiro caso, isso se revela a partir da consideração de que a adoção do trabalho livre assalariado levaria à expansão do mercado consumidor de bens manufaturados que, por serem produzidos e exportados pela Inglaterra, beneficiaria este país.

Já no movimento de transição do Império para a República, efetivado pelas oligarquias cafeeiras, industriais e militares, que objetivavam manter a “ordem”, estava contida a finalidade de manter uma estreita ligação aos países centrais, mesmo que significasse uma subordinação a estes. Isso se deu porque, como Marini (2015) aponta, os interesses das burguesias nacionais e estrangeiras estavam (e estão) profundamente alinhados. Todavia, como já não mais cabível a relação colônia-metrópole, devido às mudanças próprias do capitalismo (que adentrava a fase Imperialista), o que se teve foi a configuração de relações capitalistas de dependência, onde o desenvolvimento socioeconômico das relações de produção no Brasil se articulava como dependente do desenvolvimento dos países centrais.

Dentre as características da dependência, temos que, para compensar a transferência de mais-valia provocada pela troca desigual entre esses países, as nações dependentes empregam a superexploração da força de trabalho. E aqui reside a questão da qual queremos nos aproximar, isto é, como seria possível intensificar a exploração da força de trabalho e rebaixar o valor desta para assim viabilizar o aumento da massa de mais-valia? Para nós, a generificação e a racialização foram os dois elementos que permitiram a superexploração da força de trabalho latino-americana, sendo que, nesse movimento, as mulheres negras e indígenas são aquelas cuja força de trabalho é mais precarizada. Como Gouvêa e Rocha explicitam,

El patriarcado, la racialización y la dependencia (y también la misoginia, la homo y transfobia, el racismo y la xenofobia a ellos vinculados) están basados en la división sexual/binariogenerificada del trabajo, en la división racial/etnizada del trabajo, en la división territorial/internacional del trabajo.

Dichos aspectos tienen importancia fundamental en la determinación del valor de la fuerza de trabajo de cada conjunto de trabajadorxs en particular y de la clase trabajadora en general. Tienen importancia fundamental, pues, en la determinación de las tasas de ganancia, del valor de todas las mercancías, y en la reproducción capitalista de manera general.

O que buscamos evidenciar é que no passado, na formação colonial-exportadora, a categorização dos seres entre inferiores e superiores e a hierarquização destes, com os povos “negros” e “índios” e as mulheres brancas, postos como inferiores ao sujeito universal (o homem branco, europeu, hétero, cristão e proprietário), foi o que permitiu a escravização dos primeiros e o desempenho de um papel subordinado das mulheres. Desse modo, com a transição da formação colonial-exportadora para a capitalista-exportadora, argumentamos que essa mesma hierarquização dos seres, a qual Gouvêa e Rocha tratam por patriarcado e racialização, foi justamente o que possibilitou a divisão sexual, racial e internacional do trabalho. Essa divisão social do trabalho, por sua vez, é o que viabiliza tanto a superexploração quanto a desvalorização da força de trabalho desses sujeitos ainda tido como inferiores, sendo que um e outro andam irrevogavelmente juntos.

Sobre essa discussão, no seu texto *Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo*, Clóvis Moura busca evidenciar como o passado histórico brasileiro, baseado no modo de produção escravista, implica diretamente no presente (o texto foi escrito em 1983, mas ainda nos parece bastante atual), visto que as estruturas escravocratas, racistas e de classes permaneceram. No pós-abolição, Moura aponta como a transformação das classes dominantes do Império, convertidas então nas classes latifundiárias, estabeleceram diversos mecanismos ideológicos, culturais e econômicos para reprimir e controlar as populações da franja marginal, quais sejam, os negros recém libertados da escravidão. Junto a isso, o autor argumenta que, se no período escravocrata a economia teve orientação colonial, ou seja, fundamentalmente orientada pela exportação para a metrópole, na fase do capitalismo dependente, essa economia foi regida pelo imperialismo.

As classes dominantes necessitavam para manter esses ex-escravos nessa franja marginal de um aparelho de Estado altamente centralizado e autoritário. Essa franja marginal foi praticamente seccionada do sistema produtivo naquilo que ele tinha de mais significativo e dinâmico. Tal fato, segundo pensamos, reformula a alocação das classes no espaço social e o seu significado, estabelecendo uma categoria nova que não é o exército industrial de reserva, não é o *lunpenproletariat*, mas transcende a essas duas categorias. É uma grande massa dependente de um mercado de trabalho limitado e cujo centro de produção foi ocupado por outro tipo de trabalhador, um trabalhador injetado. Nesse processo **o negro é descartado pelas classes dominantes como modelo de operário. Não é aproveitado. Nenhuma tentativa se fez neste sentido, enquanto se vai buscar, em outros países aquele tipo de trabalhador considerado ideal e que irá, também, corresponder ao tipo ideal de brasileiro que as classes dominantes brasileiras escolheram como símbolo: O branco** (MOURA, 1983, p.132-133)

Desta maneira, segundo Moura (1983), se nos países europeus já se fazia necessário um grande exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, nos países dependentes houve a necessidade de uma massa muito maior de pessoas nessa reserva. Essas foram

separadas dos setores mais produtivos e dinâmicos da economia, tendo em conta que estes foram ocupados por outro tipo de trabalhador, o trabalhador importado, branco, europeu.

Assim, na medida em que as pessoas que estiveram na composição dessa franja marginal eram as mesmas que haviam sido escravizadas no passado, Moura afirma que se torna impossível dissociar o passado escravista do pós-abolição, isto é, de um capitalismo dependente. Nesse sentido, coube ao Estado dependente agir de acordo com os interesses dos fazendeiros de café e da classe industrial que se formava nas cidades, atuando coercitivamente sobre a classe dominada, formada então pelos ex-escravizados e trabalhadores imigrantes.

Sobre os primeiros, a coerção empregada se deu com a finalidade de impedir a participação desses indivíduos nos setores mais produtivos e dinâmicos da economia; impedir sua permanência nos centros das cidades, os deslocando para as periferias urbanas e regionais; e de retirar qualquer possibilidade de ascensão social desses sujeitos. Dessa forma, se em relação ao período colonial Moura (1981, p.14) afirmava que “o escravo era o esqueleto que sustentava os músculos e a carne da sociedade escravista, porque era o produtor da riqueza geral, através do seu trabalho”, argumentamos que na sociedade capitalista dependente, o ex-escravizado manterá seu papel de sustentação dessa sociedade, pois é a superexploração da sua força de trabalho que permitirá a acumulação de capital na dependência.

A circunscrição desses indivíduos aos postos de trabalho menos dinâmicos e produtivos, que, por não exigir força de trabalho qualificada, retira oportunidades de qualificação educacional e profissional e assim de ascensão social. Além disso, o seu confinamento em áreas periféricas, marginalizadas e intencionalmente atravessadas por maior grau das forças coercitivas, as quais podem tomar a forma de polícia militar/civil/federal, exército, unidades de polícia pacificadora (UPPs), rondas ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), guarda nacional e assim por diante, têm por finalidade controlar essa classe de trabalhadores. Isso é feito para que eles exerçam a sua função primordial dentro da sociedade dependente, qual seja, a de possibilitar a acumulação de capital, alcançada por meio da superexploração da sua força de trabalho.

Outrossim, cabe notar ainda que, além do empobrecimento, da periferização e do controle policial, as prisões também desempenham um papel central na gestão dessa população racializada. Por um lado, possibilitam a separação do convívio social os sujeitos considerados indesejáveis, isto é, pessoas pobres e negras. Assim como as favelas, o cárcere se assemelha às senzalas do passado escravista-colonial. Por outro, sendo um espaço de privação e controle total, num sentido objetivo e subjetivo, as pessoas privadas de liberdade são transformadas em uma massa humana desprovida de individualidades e liberdades, condição ideal para permitir a superexploração da sua força de trabalho.

Essa exploração pode ser extrapolada em relação aos trabalhadores livres, pois os privados de liberdade não têm direitos nem voz política, de modo que não podem se organizar para fazerem exigências quanto às suas condições de trabalho e assalariamento⁵. Dentro do cárcere, em meio a série de desposseções impostas, conseguir participar de uma oficina de produção é privilégio, de maneira que são poucas as exigências que serão feitas. Em vista disso, o cárcere será mais um instrumento de controle e gestão dos trabalhadores, visando a acumulação de capital na dependência.

Conforme Moura (1983), o imperialismo, nos países dependentes, aproveitou-se das estruturas escravistas e racistas existentes, as reconfigurou e as utilizou para a acumulação de capital nessa nova fase capitalista. Segundo o autor, “Desta forma, os vestígios escravistas são remanejados e dinamizados na sociedade de capitalismo dependente em função do imperialismo dominante (MOURA, 1983, p.135). A partir das colocações de Clóvis Moura, poderíamos argumentar que entre o colonialismo e o capitalismo dependente parece ter havido antes uma relação de continuidade, no que tange às estruturas racistas, estratificadas e classistas, do que de uma ruptura.

Postas essas considerações, podemos dizer então que não foi à toa que na segunda metade do século XIX as teorias raciais, eugenistas e higienistas tiveram solo fecundo no Brasil, afinal era preciso definir os rumos do país, ou seja, elaborar um projeto político-social que levasse em consideração as relações sociais de produção e dependência na divisão internacional do trabalho que se assentavam. Sobre isso, Martins (2012, p.58, grifo nosso) aponta:

A bibliografia que trata do debate da transição do trabalho escravo ao trabalho livre no Brasil e do das relações raciais é repleta de exemplos, colocando em evidência o fato de que mesmo sendo a exigência do trabalho livre que põe em movimento o processo de abolição do trabalho escravo, a raça torna-se o centro do debate. Não bastava redefinir as relações de produção em moldes essencialmente capitalistas, o fundamental era definir sobre que bases raciais o trabalho livre ia ser operado no Brasil. Isso coloca desde cedo a raça no centro das relações sociais de produção capitalista no país.

Essa sinalização inicial pretende reforçar a hipótese desse trabalho: **na transição e no desenvolvimento capitalista brasileiro, a raça foi tomada como um dos componentes fundamentais ao desenvolvimento econômico do país.**

No Brasil, a ideia de mestiçagem foi adotada em razão da crença de que a mistura

⁵ Ao menos, não podem se organizar legalmente, pois quando a situação se torna insustentável, fazem suas vozes serem ouvidas. Exemplo disso é o caso do Primeiro Comando da Capital (PCC), que se expandiu e consolidou no estado de São Paulo (e, atualmente, pelo Brasil e outros países) após o episódio que ficou conhecido como Massacre do Carandiru, em 2 de outubro de 1992. A facção tinha como intuito inicial organizar os privados de liberdade a fim de fazer frente contra o sistema penal, constituindo, de certa forma, um contrato social dentro da economia ilegal, que garante a segurança e a proteção da vida dos contratantes.

entre as raças eliminaria as características indesejáveis das raças consideradas inferiores por aqueles autores, isto é, dos negros e índios, substituindo-as pelos aspectos positivos e benéficos da superior raça branca. Conforme Stepan (2005), na América Latina como um todo, os movimentos raciais e eugênistas foram estudados a fim de produzir projetos nacionais próprios, que definisse as realidades da região e encontrasse soluções para os problemas daqui em termos latino-americanos e não europeus. Ademais, outro fator que a autora destaca é o que denomina por “crise do subdesenvolvimento”. Esta teria sido provocada pelas mudanças políticas, sociais e econômicas de que falamos nos itens anteriores, quais sejam, a abolição da escravidão, imigração europeia, passagem da monarquia para a república, inserção do país na economia mundial numa relação de dependência para com as economias centrais.

Frequentemente, as consequências de tal crescimento [do envolvimento brasileiro no sistema capitalista mundial] foram devastadoras - um desenvolvimento distorcido e ‘dependente’ cujas manifestações sociais foram pobreza, distúrbios sociais e, no mais das vezes, crescimento, em vez de decréscimo das desigualdades, especialmente para os segmentos negro e mulato da população. O Brasil entrou no século XX como uma sociedade altamente estratificada, tanto social quanto racialmente - uma sociedade que, apesar de apresentar-se como república liberal, era informalmente governada por uma pequena elite, em sua maioria branca, e na qual menos de 2% da população votava nas eleições nacionais; uma sociedade em que a maioria das pessoas era negra ou mulata e analfabeta; em que, apesar da separação técnica entre Igreja e Estado, a Igreja Católica mantinha considerável influência; e na qual o liberalismo democrático era visto por muitos intelectuais como irrelevante ou prejudicial para o futuro do país (STEPAN, 2005, p.46-47).

Assim, a estratificação social e racial, os altos níveis de pobreza, a miséria e o desemprego, a morbidade por epidemias e endemias, o contingente migrante e imigrante expressivo de um lado e ausência de legislações de bem-estar social para esses trabalhadores, de outro, tudo isso levou a um período de radicalização política, protestos e greves. Esses fatores alimentavam os medos da elite branca do país, que temia a violência e a desordem por parte dos negros, mulatos e também dos operários fabris imigrantes (STEPAN, 2005, p.48). Dessa forma, como aponta Stepan (2005, p.48) ficou patente a necessidade de uma maior participação do Estado na regulação da relação entre trabalhadores e proprietários, passando até mesmo pela intervenção direta na vida social.

Além do fortalecimento do Estado, outra medida encontrada pelas elites foi o estabelecimento de programas de educação e saneamento amplos. A saúde pública se tornou objetivo político, passando a ser aplicada uma medicina social. Segundo Stepan (2005, p.48), a ciência associada com o conhecimento progressista foi uma nova forma, alternativa à religião, encontrada pelas elites de estabelecer seu poder. Como mostra Stepan (2005, p.96), a higiene

pública era vista como uma forma de resgatar a população e a nação da degeneração racial e climática, de modo que a saúde racial e o ambiente sanitário estavam diretamente ligados nesse projeto eugenista. Essas “degenerações” se tratavam antes dos problemas sociais daquele período, tal como pobreza, doenças, alcoolismo, entre outras.

Segundo Souza (2008, p.160), o médico e eugenista Rubião Meira argumentava que a degeneração das raças estava muito mais relacionada à forma como a abolição tinha se dado, sendo que os negros libertos, antes fortes e saudáveis, encontravam-se então entregues a doenças como sífilis e tuberculose, além dos vícios, como alcoolismo. Nessa medida, o cruzamento com os imigrantes seria oportuno pois fortaleceria novamente o povo brasileiro, restituindo-lhe vigor e saúde. Isso dava ao médico esperança quanto ao futuro da nacionalidade no país.

Em vista desses pontos, não é coincidência então que em estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007, p.226) vejamos que entre 1884 e 1937 tenham vindo para o Brasil cerca de 1.412.263 imigrantes italianos e 1.204.394 portugueses; em contrapartida, vieram 185.799 japoneses e 98.962 sírios e turcos, números bem menos expressivos, ainda que estejam entre as nacionalidades mais expressivas na imigração. No geral, entre italianos, portugueses, alemães e espanhóis, nesse período, o contingente da imigração europeia para o país foi de 3.369.020 de pessoas, representando 81,01% do número total de 4.158.717 imigrantes que adentraram o país em busca de melhores condições de vida e trabalho (IBGE, 2007, p.226). Tereza Martins bem define o papel que a raça assumiu frente ao tema da composição da força de trabalho assalariada no Brasil, afirmando que,

A transição capitalista no Brasil foi marcada pelo movimento de afirmação da inferioridade do negro e da sua incompatibilidade com o trabalho livre e, consequentemente, com o desenvolvimento do país. Nesse contexto, **tão importante quanto redefinir as relações de produção baseadas no trabalho assalariado era definir a força de trabalho racialmente “adequada” ao processo produtivo em vigor.** Por ser considerada um componente imprescindível dos processos capitalistas no país, a raça passa a ser um requisito ao desenvolvimento. Tal requisição fica patente quando a intervenção do Estado passa a adotar medidas no sentido de garantir a consecução do “projeto burguês” de desenvolvimento: o **branqueamento da população via política de imigração** (MARTINS, 2012, p.80, grifos nossos).

O incentivo, por parte do Estado e das elites cafeeira e industrial, à imigração europeia e a restrição a determinados grupos étnicos, como os chineses e judeus (TORRES, 2008, p.6), cumpriu uma função eugênica dentro do projeto burguês de nação que se desenrolava na época. De acordo com Martins (2012, p.85), uma das principais resultantes da política de imigração adotada no Brasil é a de que “[...] *a partir de então, o racismo consolida-se como parte da estrutura*

político-econômica do país, determinando, por sua vez, o 'lugar' das raças na estrutura produtiva do capitalismo brasileiro e na participação do produto do trabalho social."

Em consonância com o pensamento de Nancy Stepan, acreditamos que os movimentos eugênicos, higiênicos e sanitaristas no Brasil se tratavam, em realidade, de interpretações "biologizadas" de problemas sociais, políticos e econômicos. Seguiam uma tendência estrangeira, a de responder aos anseios e incertezas trazidos pela modernidade, pela industrialização e pelas profundas mudanças que as acompanharam em termos biológicos de hereditariedade.

A eugenia preventiva tratou os resultados sociais altamente complexos da miséria e da pobreza com metáforas biológicas de hereditariedade e aprimoramento da raça. O foco nas degenerações supostamente permanentes causadas nas populações humanas por venenos raciais levou a uma ênfase na necessidade de programas estatais para registro e controle sanitário dos pobres - doentes, subnutridos e extremamente mal alojados; para uso das técnicas de 'higiene mental' para eugeniação dos operários 'indisciplinados' como forma de obter sua 'purificação'; para exortação à virtude moral como peça central da educação sanitária. Ao estruturarem as percepções da má saúde em termos de 'degeneração' hereditária e racial, os eugenistas passaram suas preocupações das esferas política e econômica para a da hereditariedade" (STEPAN, 2005, p.106).

No entanto, ao responder às mudanças ocorridas entre o final do século XIX e século XX em termos biológicos, o movimento eugenista promoveu a *naturalização* das supostas diferenças entre as *raças*, solidificando assim a superioridade física, moral e civilizacional da raça branca por oposição às demais. Desse modo, evitar a degeneração, purificar e aprimorar a raça para elevar a nação se tornaram palavras de ordem. O importante era buscar atingir a brancura, aos poucos ir eliminando os traços indesejáveis, as raças indesejáveis. Sobre isso, Fanon já deixava muito evidente o papel do negro no imaginário europeu: "[...] na Europa, o preto tem uma função: representar os sentimentos inferiores, as más tendências, o lado obscuro da alma. No inconsciente coletivo do *homo occidentalis*, o preto, ou melhor, a cor negra, simboliza o mal, o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome" (FANON, 2008, p.161). Segundo Martins, essa naturalização das diferenças entre as raças cumpriu um papel dentro do sistema capitalista.

Assim, a naturalização dos atributos de raça e da inferioridade da raça negra, a partir de objetos e métodos de interpretação das ciências naturais são evidências que não deixam dúvidas de que, por um lado, as conclusões das ciências acabaram se vinculando aos projetos da ordem burguesa imperialista. No entanto, por outro, reflete a perspectiva de classe assumida pela ciência da segunda metade do século XIX. Desse modo, a naturalização da superioridade europeia expressa na sua capacidade de construir a complexa sociedade ocidental pela via do avanço tecnológico, do poderio militar e da riqueza acumulada, a tornava, evidentemente,

capaz de estender o seu ‘progresso’ ao restante do mundo. Entretanto, tal capacidade em nada significaria se não fosse a necessidade urgente e, obviamente, os interesses em jogo de expandir o capital para os países pouco desenvolvidos industrialmente, conquistando e preservando o acesso privilegiado aos mercados, às fontes de produtos primários e à força de trabalho (MARTINS, 2012, p. 50-51).

Em vista de tais aspectos, temos que dentro do projeto político e social de construção da nação, a raça recebeu um papel central, principalmente no que tangia à conformação da classe trabalhadora. Segundo Martins (2012, p.100), no início do século XX o que se verificava era a incorporação da força de trabalho imigrante, branca, nos setores fabris que se expandiram na época, sendo que, em contrapartida, a força de trabalho negra foi relegada aos postos de trabalho mais precarizados e superexplorados, em especial nos setores de serviço doméstico e ao que hoje denomina-se como setor informal. A autora afirma ainda que nas indústrias, quando não eram trabalhadores imigrantes, eram os filhos destes, o que deixa visível a preferência por trabalhadores específicos, ou melhor, por trabalhadores de uma “raça” específica. Para Martins, homens e mulheres negros, “no geral, ocupam a posição daquele contingente de **trabalhadores excedentes para o capital**”, de forma que “diante da grande quantidade de imigrantes e, evidentemente, da preferência pelo branco no mercado de trabalho, os trabalhadores provenientes do trabalho compulsório (o ex-escravo) dificilmente se inserirão no trabalho assalariado urbano” (MARTINS, 2012, p.87, grifo nosso).

Como argumenta a antropóloga e política Lélia Gonzalez (1982) no texto *Lugar de Negro*, Gonzalez apresenta essa distinção dentro do espaço urbano de um país que, apesar de não ser mais uma colônia, detém tanta segregação quanto uma. Ademais, se nas colônias Fanon deixa assinalado a linguagem de violência dos *gendarmes*, das forças militares coloniais de ocupação, Gonzalez aqui aponta a função das forças policiais, das prisões e manicômios. Para tal tarefa, a autora realiza uma releitura da teoria de “lugar natural” de Aristóteles.

Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidos por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães de mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos ‘habitacionais’ (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a **divisão racial do espaço**. No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos, cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso,

aquí também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende que o outro lugar natural do negro sejam as prisões e os hospícios. **A sistemática repressão policial, dado o seu carácter racista (segundo a polícia, todo crioulo é marginal até que se prove o contrário), tem por objetivo próximo a imposição de uma submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se pretende é o impedimento de qualquer forma de unidade e de organização do grupo dominado, mediante a utilização de todos os meios que perpetuem sua divisão interna. Enquanto isso o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando em ordem e segurança sociais.**

A partir daí, o sistema se beneficia com a manutenção de tais condições, na medida em que, desse modo, conserva à sua disposição a força de trabalho mais barata possível. Isto porque a comunidade negra nada mais é que força de trabalho de reserva, utilizável segundo as necessidades do sistema. Ou seja, além dos aspectos acima assinalados, a estratégia também se exerce de maneira a favorecer os patrões, mediante a repressão policial (que exige dos negros, como documento, a apresentação de carteira profissional). **Pressionado pela polícia, de um lado, e pelas péssimas condições de vida, do outro, o negro oferece a sua força de trabalho por qualquer preço no mercado de trabalho** (GONZALEZ, 1982, p.15-16, grifos nossos).

Assim, além de haver uma divisão racial do espaço, fica exposto que a polícia atua de maneira disforme nesses lugares. No lugar natural do branco, o policiamento serve para a proteção, enquanto no lugar natural do negro, serve para a repressão. Gonzalez, ao final, aponta o motivo por trás dessa divisão racial e da repressão dos sujeitos negros: o que se busca é a desvalorização da sua força de trabalho, precarizar as suas condições de vida e reprimir para impedir qualquer organização política, luta de classes, de forma que os patrões possam comprar essa força de trabalho pagando os menores salários possíveis. Disso resulta a consolidação da articulação entre a classe e a raça, e o que afirma Hasenbalg (1982, p.89), isto é, que a) o racismo não é uma herança, um resquício de uma sociedade retrógrada, pelo contrário, no capitalismo o racismo se reconfigura e adquire novas funções e b) que esse racismo por parte do grupo racial dominante se faz na medida em que tal grupo se beneficia tanto material quanto simbolicamente da desqualificação do grupo negro. Desse modo, as novas funções que o racismo adquire na estrutura social capitalista consistem, fundamentalmente, em desvalorizar a força de trabalho negra e excluí-la do processo de produção para com isso obter uma maior acumulação de capital.

Deste ponto de vista, não parece existir nenhuma lógica inerente ao desenvolvimento capitalista que leve a uma incompatibilidade entre racismo e industrialização. A raça, como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social. Em outras palavras, a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a de distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social (HASENBALG, 1982, p.89-90).

Assim, a realidade é que no Brasil republicano pós-abolição, a inferiorização e preconceito racial somado à falta de política de integração socioeconômica por parte do Estado fez com que as populações negras fossem excluídas da formação dessa sociedade, da nação que emergia. Como afirma Jaime Osorio (2010), no capitalismo a inclusão se dá pela exclusão, pois ao excluir os trabalhadores do processo produtivo, o contingente de força de trabalho excedente ou superpopulação relativa pressionará os trabalhadores ativos, tanto no que se refere à superexploração da força de trabalho quanto ao rebaixamento do valor desta. Desta feita, a população negra, ao ser excluída do processo produtivo, por meio do desemprego e subemprego, acaba integrando essa superpopulação relativa, de maneira que desempenha um papel fundamental no capitalismo, qual seja, o de elevar as taxas de mais-valia e lucro dos capitalistas e propiciar a acumulação de capital.

O desemprego e o subemprego, por levarem ao empobrecimento, guardam uma relação direta com a periferização das pessoas racializadas. Assim, são as periferias e favelas que vão constituir o espaço de vivência dessas populações. Como é fundamental o controle sobre esses grupos, a fim de manter a ordem e o controle dessa franja marginal ou superpopulação relativa, às polícias, braço armado do Estado, serão uma presença constante nesses espaços. Uma fonte repressiva de controle e ameaça à vida daqueles que são força de trabalho excedente, incluídos na acumulação de capital justamente por sua exclusão do processo produtivo, mas que nem por isso devem deixar de serem observados pelo Estado. Nesse sentido, as execuções sumárias executadas pela polícia e o encarceramento em massa são mais agudas dessa gestão repressiva. Afinal, mais fácil prender e assassinar do que integrar socialmente, garantindo participação no processo produtivo, qualidade de vida e igualdade de direitos políticos.

Por meio disso, fica evidente que a articulação entre racismo e capitalismo é e sempre foi fundamental para a acumulação de capital. Reprimir e manter a população negra em péssimas condições de vida, em outras palavras, pobre e desqualificada, obrigadas a se submeter a péssimas condições de trabalho, não são ações que resultam de meros resquícios históricos. Na realidade, são estratégias que integram o processo de produção e reprodução da superexploração da força de trabalho, da reprodução da dependência e, em última instância, da reprodução do próprio capitalismo. No entanto, a racialização não é o único elemento que integra esse processo, de forma que no próximo item tentaremos situar a importância da generificação dentro da realidade dependente brasileira.

2.3 RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NO ENTRECRUZAMENTO DE GÊNERO, CLASSE E

RAÇA

Falamos sobre o entrecruzamento entre classe e raça, agora vejamos como o gênero se integra nessa articulação. No texto *O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça*, a antropóloga Rita Segato analisa a situação da “mãe-preta”, na qual as construções racial e de gênero se entrecruzam. De acordo com a autora, as mães-pretas eram amas-de-leite que alimentavam e cuidavam das crianças das senhoras brancas no Brasil. Devido ao cuidado prestado às crianças, às vezes durante anos, essas mulheres poderiam ser consideradas as mães de criação, numa diferenciação com as mães legítimas ou biológicas (SEGATO, 2006, p.4). Para retratar essa distinção, Segato analisa as orixás Iemanjá e Oxum, presentes nas religiões africanas. Conforme Segato, Iemanjá se trataria, no contexto colonial, da mãe legítima (biológica e jurídica), enquanto Oxum seria a mãe de criação. Iemanjá representa o mar, água salgada, sendo descrita pelos ocultistas como fria e indiferente, de boas maneiras, mas traiçoeira como o mar, pois se vê a superfície, mas não o fundo (SEGATO, 2006, p.7-8). No período colonial as amas-de-leite eram escravas e mais frequentes nas famílias abastadas, mas pelo século XIX os serviços de amas de aluguel foi usado também por famílias da classe média, como um símbolo de status.

Segato assinala que a política higienista do século XIX aconselhava as famílias a não utilizarem este “serviço”, ou que ao menos investigassem a procedência da ama de leite, pois esta era uma terrível transmissora de doenças. Apesar disso, a crescente demanda urbana impediu tal feito, de modo que era grande a quantidade de anúncios oferecendo ou procurando essas mães-pretas. Entretanto, a recorrência da condenação dessa atividade leva a sua transformação, de maneira que as amas-de-leite se tornam “amas secas”, ou seja, babás. As pressões dos grupos higienistas para que se abandonassem as amas-de-leite pretas não surtiu o efeito desejado, no máximo impôs algumas limitações.

A partir da década de 1850, com a alta da imigração portuguesa, mulheres brancas também passaram a ofertar o serviço de amamentação, ao qual as classes mais abastadas logo recorreram. As recomendações contrárias ao uso de amas-de-leites negras se devia à tese da época de que, ao ser amamentada e criada por uma mãe-preta, a criança adquiria os seus costumes, hábitos e “linguagem viciada”, se tornando ela própria negra. Tal crença praticava um ataque frontal ao leite “contaminador” dessa amas, além de que rompia qualquer laço de afeto ou identificação que as crianças pudessem ter com as mães-pretas. Para Segato (2006, p.16), esse impedimento causava uma castração simbólica das crianças, numa negação simultânea dessa mãe e da sua raça.

A objectificação do corpo materno - escravo ou livre, negro ou branco - fica aqui delineada: escravidão e maternidade revelam-se próximas, confundem-se, neste gesto próprio do mercado do leite, onde o seio livre oferece-se como objeto de aluguel. Maternidade mercenária se equivale aqui à sexualidade no mercado da prostituição, com um impacto definitivo na psique do infante no que respeita à percepção do corpo feminino e do corpo não branco (SEGATO, 2006, p.15).

Fica acima delineado uma objetificação do corpo da mulher, onde esse corpo se torna ele próprio uma mercadoria. A mercantilização desse seio livre, da amamentação, apresenta-se como uma mercantilização do trabalho de reprodução da vida, um trabalho no entanto que é abertamente negado, sendo que as mãe-pretas são percebidas pelos médicos e sociedade como um risco. Isso pois podem ou contaminar os bebês com doenças, ou com sua proximidade, transmitir comportamentos, modos e linguagem não requeridos. Essa negação se fez ainda em fotografias da época, pois Segato demonstra, a partir da análise de Rafaela Deiab de fotografias antigas, que por volta de 1880 as babás negras vão ser apagadas das imagens (SEGATO, 2006, p.16-17). Também foram apagadas da história; quando não, representadas desde uma perspectiva romantizada, a partir da imagem da “mãe-preta terna”, numa evidente tentativa de minimização da violência da escravidão (SEGATO, 2006, p.12). Ao encerrar o texto, Segato faz a seguinte afirmação:

Cada sociedade tem sua forma própria de racismo. Como afirmei em outras ocasiões, acredito que no Brasil esta operação cognitiva e afetiva de exclusão e violência não se exerce sobre outro povo, mas emana de uma estrutura alojada no interior do sujeito, plantada aí na origem mesma de sua trajetória de emergência (SEGATO, 2006, p.18).

O que se demarca a partir desse trecho é um racismo estrutural, um racismo que está internalizado nos indivíduos, pois estes estão inseridos e socializados numa sociedade estruturalmente racista. Mas continuando no tema da mãe-preta, Gonzalez (1984), ao analisar a “neurose cultural brasileira”, da qual identifica o racismo como sintomática, se propõe a demonstrar as consequências violentas que a articulação do racismo com o sexismo produz na mulher negra. Segundo a autora, dentro dessa neurose, a mulher negra é confinada às noções de mulata, doméstica e mãe-preta. E sendo a mãe, ela passa à criança (e assim a própria cultura brasileira) os seus valores, a sua língua, o “prêtuques”, conformando a linguagem da qual nos apropriamos, a cultura que nos constitui.

O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como quem alguns negros muito apressados em seu julgamento.

Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira (GONZALEZ, 1984, p.235).

Para falar das noções de mulata e doméstica, Gonzalez recupera os significados da “mucama” da sociedade escravocrata. Segundo a autora, aquelas duas noções na verdade são encarnações e atualizações do duplo papel desempenhado pela mucama no passado, a saber: de um lado, a prestadora de bens e serviços, sendo a empregada que precisava servir a família branca e cuidar da sua própria; de outro, a prestadora de serviços sexuais, o *objeto* de desejo e satisfação sexual do senhor. De acordo com Gonzalez, se no presente (o texto é de 1984, mais ainda nos parece bastante atual), a primeira noção é permitida, a de trabalhadora doméstica, a de prestadora de bens e serviços, a segunda não o é.

A partir desse duplo papel atribuído à mulher negra, Gonzalez trabalhará com a ideia de uma culpabilidade branca. Essa culpabilidade deriva do fato de a mulher negra ser objeto de desejo sexual do homem branco, e frisamos a questão de ser *objeto*, sendo que esse desejo não é permitido e, por isso, deve ser negado, ocultado. Esse desejo recai no antigo papel de prestadora de serviços sexuais da mucama. A exceção disso é o tempo do carnaval, quando a mulata sensual é endeusada e desejada, “e é nesse instante que **a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha**, na ‘mulata deusa do meu samba’, ‘que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente’”, de forma que “ali, **ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros**, vindos de terras distantes só para vê-la” (GONZALEZ, 1984, p.228, grifos nossos).

A mulher negra permitida (quanto ao seu papel social) é aquela enquanto a trabalhadora doméstica, a que trabalha para a família branca, a que cumpre um papel subordinado frente a esta branquitude. Conforme Gonzalez (1984, p. 228), a violência simbólica se dá de maneira especial sobre a mulher negra, pois o outro lado do endeusamento da mulata sensual é quando ela retorna ao papel de doméstica. E é no cotidiano da empregada doméstica que se exerce a agressividade resultante daquela culpabilidade branca engendrada pelo endeusamento da mulata. “É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas” (GONZALEZ, 1984, p. 228).

É essa negação e ocultação da mulher negra e de sua família que permitirá a negação da sua humanidade, que transforma as mulheres e homens negros em objeto (GONZALEZ, 1984, p.232). Para Gonzalez é essa objetificação, inclusive, que leva a uma resistência na

incorporação das categorias de raça e sexo em determinadas análises marxistas, que priorizam exclusivamente a luta de classes. A questão é que essa culpabilidade branca, que tem a mulher negra como objeto de desejo e ao mesmo tempo nega isso, que lhe destitui a humanidade, é o que concretamente está na base da construção da ideia do “lugar natural de negro” e, conseqüentemente, na violência repressiva que atravessará essa mulher negra e sua família. Sobre isso, Gonzalez (1984, p.231) afirma:

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, ‘mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país).

Observa-se desse trecho a indissociável relação entre classe, raça e gênero. Um “lugar” da mulher negra e pobre é na periferia, é no serviço doméstico, é ela que precisa sustentar a família quando o marido, os irmãos e os filhos são presos ou assassinados; essas são categorias que não se separam, pois estão cruelmente imbricadas na realidade. Assim, além de sofrer violências diárias, de perder seus familiares para perseguição policial sistemática, a mulher negra ainda precisa ser capaz de sustentar sua família, seus filhos, mesmo quando está sozinha. Desse modo, essa mulher tem que sobreviver num sistema onde sua força de trabalho é duplamente superexplorada e desvalorizada.

Em vista disso, em muitos casos precisa trabalhar em vários empregos para alcançar as mínimas condições de sobrevivência e, quando mesmo isso não é suficiente, se vê obrigada a ingressar na economia “ilegal” a fim de garantir o sustento dos filhos. Mas também aí a desigualdade estrutural que marca essas mulheres se faz presente, de modo que estão na base do sistema de tráfico de drogas, constituindo força de trabalho descartável e, por conseguinte, realizando funções que são muito mais vulneráveis às apreensões policiais. Para Dina Alves (2017, p.108), se a cozinha constitui a representação por excelência do espaço destinado às mulheres negras no período colonial, na atualidade, é na prisão onde se materializam as hierarquias raciais [e acréscimo, classistas e sexistas] que desumanizam o corpo negro.

Embora a população carcerária feminina seja historicamente menor do que a masculina, pode-se dizer que há uma feminização da punição, principalmente no que diz respeito a crime de tráfico de drogas. A maioria delas ocupa uma posição coadjuvante no crime, realizando serviços de transporte de drogas e pequeno comércio; muitas são usuárias, sendo poucas as que exercem atividades de gerência

do tráfico. Elas são moradoras da periferia, responsáveis pela provisão do sustento familiar, com baixa escolaridade, oriundas de extratos sociais desfavorecidos economicamente e exerciam atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento (ALVES, 2017, p.104).

No começo deste trabalho já deixamos assinalada a perspectiva de análise que adotamos, isto é, de que é preciso compreender a realidade em sua totalidade, a partir de todas as determinações e sobredeterminações que a compõem, sendo que nesse sentido precisamos compreender a classe (dentro de um capitalismo dependente), a raça e o gênero em seu conjunto (GOUVÊA e MASTROPAOLO, 2019; GOUVÊA e ROCHA, no prelo). Para agregar no entendimento dessa perspectiva, buscamos agora aporte na socióloga Heleieth Saffioti.

Para Saffioti, o racismo, o patriarcado e o capitalismo só podem ser separados no nível de análise, para melhor serem compreendidos, visto que na “Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo” (SAFFIOTI, 1987, p.60). A autora assinala ainda que apesar de o patriarcado e o racismo serem anteriores ao capitalismo, a partir da combinação das três categorias se configura uma relação de dominação-exploração entre os indivíduos jamais vista antes. Isso se sucede, pois, com o surgimento do capitalismo, a partir do qual o patriarcado e racismo foram subsumidos à lógica de produção e acumulação de capital, fornecendo às classes dominantes instrumentos de exploração e subordinação da classe dominada extremamente eficazes.

Segundo Saffioti, a ideologia burguesa, que legitima a dominação do homem sobre a mulher e, por conseguinte, dificulta a união entre trabalhadores e trabalhadoras, serve para manter o baixo assalariamento das mulheres. Por um mesmo trabalho, as mulheres chegam a receber menos da metade do salário do homem. Essa desigualdade prejudica inclusive os pares e famílias, pois estas têm sua capacidade de consumo bastante reduzida.

Com a intenção de entender o raciocínio da autora, pensemos que, se um trabalhador homem já recebe um salário muito abaixo do valor da sua força de trabalho e que produz muito além do necessário para a reprodução da sua força de trabalho, de modo que esse excedente é o que garante o lucro do patrão, qual seria então a margem de ganho deste sobre a exploração do trabalho da mulher? Muito alta, isto é certo, daí a continuidade da ideologia machista, formulada no seio da classe dominante para o subjugo da classe trabalhadora, visto que “quanto mais discriminada uma categoria social, tanto mais facilmente ela se sujeitará a trabalhar em más condições e por baixos salários” (SAFFIOTI, 1987, p.23). Dessa forma, a supremacia masculina, ou o poder do macho, beneficia os patrões em geral, isto é, a classe dominante.

No caso dos homens da classe trabalhadora, Saffioti aponta que estes pagam um preço muito alto para mandar nas mulheres, pois devido ao papel de “chefe” da família, se sentem obrigados a prover todas as necessidades da família; além disso, como já dito, mesmo quando as mulheres também trabalham, por receberem muito menos, a capacidade de consumo da família continua reduzida (SAFFIOTI, 1987, p.23).

A manutenção dos referidos preconceitos interessa àqueles que pagam salários irrisórios a negros e mulheres (o salário é ainda menor quando se trata de mulher negra), que os submetem a condições subumanas de trabalho, que se negam a assinar a carteira de trabalho de seus empregados negros e empregadas, a fim de não pagarem encargos trabalhistas. Não é por acaso que tais preconceitos são nutridos, alimentados, cotidianamente, pelos meios de comunicação de massa, cujo controle é detido pelos poderosos (SAFFIOTI, 1987, p.30).

A construção social dos sujeitos, enquanto homens e mulheres, são dois lados da mesma moeda, de modo que para Saffioti (1987) não se pode falar da mulher deixando de lado o homem e vice-versa, pois ambos se situam nos pólos opostos, porém complementares da relação de dominação-exploração. Essa relação se faz no sentido de que as mulheres estão submetidas à dominação, resultado da ideologia do poder do macho e que se situa nos campos ideológico e político, e à exploração, patente no campo econômico, com dupla exploração das mulheres nos trabalhos domésticos e pelos empregadores capitalistas. Como Saffioti (1987, p.52) aponta, na “ordem das bicadas”, a mulher negra é quem sai mais prejudicada, visto que além de ser duplamente explorada, é perpassada ainda pela dominação no que diz respeito tanto ao fato de ser mulher quanto de ser negra.

Um outro ponto que levanta Saffioti, que talvez seja oportuno trazer agora, trata-se da interiorização da opressão. Para Fanon (2008), que descreveu tão bem esta temática, o colonizado interioriza e reproduz a dominação do colono sem, contudo, dar-se conta de que o faz. Isso só ocorre quando sua subjetividade se defronta com o colono, quando este lhe define e o inferioriza; é somente aí que o colonizado percebe que o que acreditava ser não o é, pois as coisas que lhe constituíam são aquelas que pertencem ao colono, mas este, todavia, não lhe reconhece como um semelhante, como um igual e sim como um inferior. Pois bem, observemos agora um trecho em que Saffioti pretende mostrar algo nesse sentido:

Evidentemente, a relação de dominação-exploração aqui pode deixar de ser um fenômeno de mão única para se transformar em fenômeno de mão dupla. Muitas mulatas, em virtude de suas características físicas, podem ganhar melhores salários e desfrutar de mais alta posição social, trabalhando em shows do que se empregando como secretárias, vendedoras de balcão, babás. **Ora, já que o homem branco ‘precisa’ do mito da mulata sensual, por que não faturar mais,**

dançando com pouca roupa, mostrando as curvas, obrigando o dominador a olhar de baixo para cima?

Aliás, cabe refletir um pouco sobre a atuação do dominado consciente de sua condição de subordinado. Da mesma forma como a criança não é inocente, **o dominado consciente realiza todas as trapaças que pode realizar.** Em linguagem simples, o dominado consciente dá o troco ao dominador sempre que pode fazê-lo. **Não há donas-de-casa com caras de santa que botam cascas de banana no caminho do marido mulherengo? Não há negros que trapaceiam brancos? Não há lindas mulatas que faturam bem exibindo seu corpo aos olhos gulosos do homem branco?** (SAFFIOTI, 1987, p.53-54, grifos nossos).

Nesse excerto, Saffioti coloca a “mulata” como alguém que conhece a sua condição de mito sexual criada pelo homem branco e que, por consequência, aproveita-se desse fato para benefício próprio. Isso supõe que ela teria consciência sobre sua condição subordinada. No entanto, queremos frisar que mesmo que tenha essa consciência, não se pode desconsiderar que ela vivencia uma dupla exploração pelos preconceitos que a cerceiam, enquanto mulher e enquanto negra. Desse modo, sendo as suas condições de vida extremamente precarizadas, “dançar com pouca roupa” não nos parece uma opção escolhida para dar o troco nos homens brancos, mas sim uma necessidade de sobrevivência. E se como fala Fanon (1963, p.169), não se passa um dia sem que o colonizado queira ocupar o lugar do colono, sentar-se à sua mesa e deitar com a sua mulher, então talvez a questão não seja simplesmente sobre “dar um troco” ou trapacear o branco. Não, o colonizado quer destruir o colono.

Esse trecho ainda é interessante para pensar o julgamento e criminalização que existe em torno da sexualidade da mulher negra. Como já visto por meio de Gonzalez, essa sexualidade só é permitida durante o carnaval, quando a “mulata sensual” pode emergir. No resto do tempo, tal papel não é permitido, gerando várias repercussões para as mulheres negras. Em vista disso, como aponta Medeiros,

É no bojo das sexualidades divergentes que surgem as primeiras casas de reclusão feminina. A sexualidade taxada como imprópria e degenerada foi apropriada como discurso definitivo para interceptar a população feminina racializada e empobrecida. Segundo os dados apresentados pela pesquisa da antropóloga Bruna Andrade, já quase em meados do século XX, nos primeiros anos de 1940, foi emitido um relatório compondo o perfil das mulheres detidas por alguma infração, mais de 70% das mulheres detidas eram categorizadas enquanto “criadas para servir”, trabalho o qual desde o Brasil colônia é destinado às mulheres negras. O fator racial e de empobrecimento sempre estiveram aquém das estruturas fundadoras de um sistema extremamente desigual e opressor. O perfil da mulher delinquente é estipulado, então, a partir de uma leitura das teorias racistas e sexistas lombrosianas, a biologização e a medicalização dos comportamentos desviantes femininos são traçados e categorizados para antecipar uma potencial criminosa a cometer um crime, bem como para condenar aquelas com “perfil criminoso” (MEDEIROS, 2021, p.46-47).

A partir dessa consideração, temos que desde o século XX, a sexualidade de mulheres negras é duramente reprimida. A caracterização dos ditos “comportamentos desviantes”, na realidade, é uma tentativa mal disfarçada de conferir aspecto científico e jurídico aos preconceitos de classe, raça e gênero. A criminalização da sexualidade é apenas mais um dos instrumentos de controle e coerção exercidos sobre as mulheres pobres e negras, para garantir que ocupem o “lugar de negro”, lugar subalterno e superexplorado.

Prosseguindo nesse debate cheio de complexidade, vejamos a filósofa Sueli Carneiro. No texto *Gênero, raça e ascensão social*, a autora tece várias críticas ao historiador Joel Rufino dos Santos (1941-2015). Este, ao tentar explicar a questão “por que os negros que sobem na vida arranjam logo uma branca e de preferência loira?”, acaba recorrendo à afirmação de que a mulher branca é mais bonita que a negra, logo, quando ascende socialmente, o homem negro troca a segunda pela primeira. Assim, a mulher branca se transforma em um símbolo de status (CARNEIRO, 1995, p.545). Carneiro critica Rufino por este afirmar que o homem negro em ascensão social utiliza a mulher branca como instrumento de mediação da aliança com um mundo restrito ao homem branco, ou seja, por colocar a mulher branca como condição de libertação social do negro.

Para Carneiro, Rufino dos Santos é ingênuo ao reivindicar o mesmo status do homem branco para o homem negro, isto é, por tentar igualá-los. Ao forjar o mito da mulher branca como mais desejável, busca comparar o homem negro com o senhor branco, aquele que se via “cativo” da sexualidade da mulher negra. Segundo a autora (1995, p. 546), esta forma de pensar se demonstra machista e racista, pois promove a objetificação e coisificação da mulher, tratando esta como mero objeto de consumo e ostentação.

O estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira. A apropriação sexual da mulher branca pelo homem negro na contemporaneidade nos termos colocados por Joel Rufino forma o mito da ascensão social do homem negro, escondendo através do subterfúgio da primazia estética e social da mulher branca o desejo de pertencimento e de aliança com um mundo restrito aos homens brancos, no qual, para adentrar homens negros em suposto processo de ascensão social, utilizariam-se de mulheres brancas como avalistas (CARNEIRO, 1995, p.546).

De acordo com Carneiro (1995, p.547), a afirmação desses estereótipos, em realidade, deve-se a uma fenda narcisista que existe no homem negro, a qual se pode reconhecer e enfrentar, ou ocultar, como Rufino o fez. Esse ocultamento, por sua vez, se dá por meio do mito da

ascensão social. Um mito, pois, como a autora pontua, o homem negro que tenha experimentado a ascensão social não tem poder real, visto que não tem representação política, não controla as grandes empresas, nem é reconhecido intelectualmente.

Dessa maneira, aqueles que tiveram uma mobilidade e exercem algum tipo de poder, o fazem por consentimento do branco, consentimento este que permite apenas a ascensão individual, deixando o negro sob controle do branco, e reprime a mobilidade coletiva. “Portanto, o homem branco permite que alguns negros participem do poder preferencialmente naqueles lugares que não têm importância para os brancos” (CARNEIRO, 1995, p.548). À vista desses pontos, Sueli Carneiro sinaliza a importância do engajamento pela emancipação coletiva, pela ascensão social conjunta, não individual:

Em outro sentido, para homens e mulheres negros engajados e comprometidos com a mudança das relações raciais e sociais no Brasil e no mundo, seus parceiros quando brancos não são objetos de consumo - símbolos de *status* - nem garantia de mobilidade social, são companheiros e companheiras, portanto, **seres humanos** que não simbolizam êxito, mas sim a possibilidade do encontro da solidariedade e do amor entre grupos étnicos e raciais diferentes. São parceiros que colocam sua representação social ou seu prestígio pessoal a serviço da luta pela igualdade de direitos e oportunidades para todos (CARNEIRO, 1995, p.549, grifos originais).

O que nos chama atenção a partir da leitura de Rita Segato, Lélia González, Heleieth Saffioti e Sueli Carneiro é justamente a forma como a mulher, na sociedade brasileira, cumpre papéis muito específicos e determinados. É a mulher dona de casa, responsável pelo cuidado da casa e da família; é a mulher trabalhadora doméstica, que realiza essas funções para outrem; é a mulher sexualizada, que tem seu corpo transformado em objeto de satisfação do desejo sexual masculino e que, como objeto, pode ser possuído e até mesmo transformado em instrumento de ascensão social. Segundo Saffioti (1987), as mulheres não recebem a chance de desenvolver suas potencialidades, sua inteligência, pois é socialmente convencionado que o lugar destas é cuidando da casa, dos filhos e do marido.

Importa notar, como já apontamos anteriormente desde Gouvêa e Mastropaolo (2019), que esse trabalho de cuidado realizado pelas mulheres não é nem reconhecido, por ser visto como algo “natural”, muito menos pago. “Não existe socialmente a reprodução da mercadoria força de trabalho sem a reprodução do trabalho doméstico feminino não mercantilizado e não pago, que está na base da forma especificamente capitalista da reprodução da opressão patriarcal [...]” (GOUVÊA; MASTROPAOLO, 2019, p.8).

Afora esse trabalho de reprodução, dentro da classe trabalhadora, as mulheres precisam ainda fazer o trabalho extra-lar remunerado, para manter a família ou ajudar a

complementar a renda do marido. Assim, às mulheres cabem duplas, triplas jornadas de trabalho, que ou não são reconhecidas ou são mal remuneradas. Os papéis de gênero, o trabalho de cuidado e reprodutivo, a circunscrição a determinados postos de trabalho e o rebaixamento do valor da força de trabalho feminina são propiciados pela dominação e exploração no capital e, por sua vez, servem a ele. São estreitamente vinculados, se reproduzindo mutuamente. A manutenção do sistema capitalista depende da existência desses fatores.

Por conseguinte, em vista das discussões feitas até aqui, podemos concluir que a diferenciação e hierarquização dos indivíduos em raças, por um lado, e a naturalização dos papéis de gênero, por outro, isto é, a racialização e a generificação, dentro do capitalismo dependente, atuam 1) para o controle dos corpos das mulheres e da população negra; 2) por meio do controle desses corpos, para a superexploração e o rebaixamento do valor da força de trabalho negra e feminina; e 3) a partir desse rebaixamento, para a compensação da transferência de mais-valia que se realiza desde os países dependentes, nesse caso o Brasil, em direção ao centro, permitindo assim o acúmulo de capital no país.

Como já evidenciamos por meio de Saffioti, as estruturas de exploração e dominação andam juntas, assim, é de interesse dos capitalistas que as mulheres sejam inferiorizadas em relação aos homens, e por eles dominadas, bem como as pessoas negras sejam inferiorizadas em relação às brancas, pois a dominação é indispensável para que haja a exploração. Essas reflexões nos permitem ver o capitalismo como um sistema de binaridades, haja vista que elabora o homem em contraposição à mulher, o branco ao negro, o civilizado ao selvagem, o imperialismo à dependência. São construções que estão inseridas numa relação dialética, necessárias para a manutenção e a continuidade do capitalismo.

Outra questão que tentamos apontar é a de que o Estado dependente adquire um papel fundamental no que se refere à produção e à reprodução das estruturas de gênero, raça e classe. Antes e depois da abolição, o Estado foi quem deu subsídios e incentivos para a imigração europeia, objetivando que estes passassem tanto a compor a força de trabalho nas fazendas e indústrias que começavam a se desenvolver, como também “branqueassem” a população brasileira. Esse branqueamento, conforme o pensamento da época, era o que impediria a degeneração da raça, promovendo a formação de uma identidade nacional, bem como o progresso da nação. Na década de 1930, os médicos eugenistas conseguiram que as propostas de uma educação eugênica levada a cabo pelo Estado Nacional e que a cláusula nubente fosse aprovada e incluída na Constituição de 1934.

Esses médicos eugenistas também celebraram as medidas de seguridade social estabelecidas com o então recém-criado Ministério do Trabalho como importantes para o

aprimoramento da raça. Todavia, o papel do Estado não se restringiu ao fomento das políticas de branqueamento, visto que também foi responsável por controlar e reprimir a classe trabalhadora, restringindo aos setores menos produtivos na economia, quando não os excluindo totalmente, ao expulsá-los para as periferias das cidades e do país e lhes retirar qualquer possibilidade de ascensão social.

Tomando como ponto de partida essas considerações, chegamos a hipótese em razão da superexploração da força de trabalho, da maior precarização dessa força e do nível mais acentuado da contradição de classes, ou seja, da maior desigualdade socioeconômica, a classe trabalhadora tem maior potencialidade revolucionária. Essa potencialidade é ainda mais latente entre aqueles diretamente afetados pelas estruturas generificadas e racializadas, quais sejam, as mulheres e a população negra. Assim, acreditamos que é justamente por isso que esses sujeitos são perpassados por maiores graus de controle e coerção, de políticas repressivas que os delimitam, os violentam e os assassinam.

Não é à toa que o Brasil tenha alguns dos maiores números do mundo no que tange à violência contra as mulheres e população LGBTQ+, de encarceramento em massa de pessoas negras, de feminicídios, de violência policial, de homicídios de jovens negros, de um agressivo controle dos corpos femininos e muito mais. Como falava Fanon em *Os condenados na terra*, na colônia, a linguagem de violência é a única linguagem utilizada pelos colonos, pela polícia. Nesse sentido, acreditamos que a violência é um instrumento necessário para que haja a reprodução da dependência e, com ela, as estruturas de classe, de gênero e de raça.

Em vista desses pontos, no próximo capítulo trataremos a discussão sobre o cárcere, a fim de entender como as relações sociais estão mediadas por práticas e espaços de repressão e violação dos corpos. Nossa intenção é mostrar como o encarceramento em massa de mulheres e de homens jovens, negros e pobres não é fruto do acaso. Pelo contrário: a prisão se constitui como um dos instrumentos de controle e repressão utilizados para suprimir a potencialidade revolucionária dos grupos mais perpassados pela dominação e exploração do capital.

3 NÓS E LAÇOS: RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NO CÁRCERE

Se no capítulo anterior fizemos uma discussão sobre classe, raça e gênero na dependência, buscando fazer aproximações iniciais com a questão do cárcere, neste ele constituirá a temática principal. Em vista do fato que participo do projeto Direito à poesia há mais de dois anos, pude acessar diretamente diversas pessoas privadas de liberdade, seja por meio de cartas, oficinas virtuais e textos literários. Também entrevistei militantes da Frente pelo Desencarceramento do Paraná. Sendo assim, não poderia tratar o cárcere apenas de uma perspectiva acadêmica-teórica.

Na realidade, meu objetivo central neste trabalho, que se materializa nesse capítulo, é aproximar campo e teoria, entrelaçar ideias e práticas que ainda não são muito discutidas dos dois lados. O que eu quero dizer é: por um lado, na academia pouco se fala da privação de liberdade. Essa é uma dimensão que tem aparecido mais nas discussões do feminismo negro, mas ainda carece de articulações com outras áreas de pesquisa. Por outro lado, na realidade do cárcere, falta um debate amplo sobre suas causas, os elementos que produzem e reproduzem as condições materiais para sua existência e que são necessários para a sustentação do sistema capitalista como um todo.

Assim, este capítulo está organizado em três itens. No primeiro deles faço uma consideração teórica geral sobre o cárcere, trazendo autoras que o discutem desde uma perspectiva das desigualdades estruturantes no seu conjunto. Assim, por um lado utilizo a professora e filósofa estadunidense Angela Davis e, por outro, antropólogas que estudaram na Unila e também trabalharam com o tema do cárcere, a saber, Caroline Gatti Sobreiro de Medeiros (2021) e Isadora de Assis Bandeira (2016).

No segundo, trago textos e reflexões de pessoas privadas de liberdade ou egressas, a fim de discutir elementos próprios da experiência de vivenciar o encarceramento. Na tentativa de criar um fio condutor entre trechos dos escritos e falas das participantes, busquei identificar categorias gerais com as quais pudesse abordar esses testemunhos. Como a literatura acaba sendo um momento de escrita de si mesmo, do encontro com suas vivências, onde transbordam arrependimentos, saudades, afetos e esperanças, entre muitos outros, entendi que a melhor maneira, e talvez única no momento, de incorporar esses desbordes seria por meio dos sentimentos.

No momento em que entendi que as categorias gerais deveriam ser os sentimentos, foi a vez de identificar quais as emoções mais frequentes entre os relatos das pessoas que participaram do projeto. Assim, consegui escolher e organizar diversos trechos em quatro categorias gerais (BARDIN, 2011) de sentimentos, sendo elas: *medo e estigma*, *amor e esperança*. Num primeiro momento, percebe-se que estão divididas em dois pares, que poderiam ser entendidos

como opostos, um de sentimentos negativos e outro de positivos. Contudo, é preciso entendê-los dentro do contexto deste trabalho, qual seja, o de discutir a maneira como as relações sociais produzem e reproduzem o cárcere.

Em consequência disso, essas categorias devem ser entendidas como representativas das relações de aproximação e tensionamento, de afetos e desafetos, relações que as pessoas entram não por escolha própria. No limite, elas devem ser entendidas como representativas da própria luta de classes, que margeia toda a vida social. O que são os juízes, agentes penais e pessoas privadas de liberdade senão uma expressão, reduzida, porém intensificada, da própria tríade Estado/polícia/trabalhadores? O que são as relações de afetos e desafetos, que se desenvolvem entre os encarcerados, que não um microcosmos social produzido e reproduzido pelas estruturas de classe, raça e gênero?

Como este trabalho contém várias metáforas da costura, mas também como o próprio campo fez emergir esses termos, empreguei as palavras *nós e laços* para dar conta dessas relações de tensionamento e aproximação que aparecem nos textos. Relações que ora provocam violência, dores e rupturas, ora amizade, companheirismo e esperança.

E no terceiro item busco identificar os tipos de tortura que ocorrem no cárcere por meio de duas dimensões: uma objetiva, referente ao corpo, ao material, e outra subjetiva, referente aos sentimentos, ao imaterial. Além disso, esse item também é uma forma de não só fazer campo e teoria dialogar, mas também de fazer emergir teoria *do* campo.

Por último, observo que uma certa duplicidade aparece em todo o trabalho (*nós e laços*, *tensão e aproximação*, *teoria e campo*) e isso se deve a tentativa de evidenciar a dialética que permeia as relações e a realidade com um todo. Ao começar falando de como as relações sociais estão estruturadas e que efeitos acarretam na vida das pessoas, e terminar trazendo possibilidades de lutas e transformação, de alguma forma tento representar a tensão caótica, de destruição e construção que permeia nossa sociedade. É preciso pensar não só na crítica, nos problemas, mas também nos horizontes de luta, se não perdemos a esperança. No cárcere: o mesmo. Precisamos nos atentar não só as coisas feias e dolorosas, mas também as belezas e acentos que ali florescem. Esse esforço é algo que tenho aprendido nos últimos anos e me parecia necessário trazê-lo para essa pesquisa.

3.1 RELAÇÕES SOCIAIS NO CÁRCERE

Gostei muito deste texto, pois ele descreve o cotidiano monótono de uma mulher

presa. Mulher essa que eu também figurativamente chamo de terra! Mas por que figurativamente Terra? Porque nós, homens, figurativamente somos a semente, literalmente fornecemos a semente, mas quem gera é maravilhosamente a mulher, mulher essa que quando tem o esposo ou filho, neto, irmão, etc., presos, não abandona jamais. E, contrário a isso, quando elas caem presas, 98% para não dizer 100% das vezes que caem presas, são abandonadas pelo companheiro. E eu falo isso com muita convicção, pois eu, além de assistir as reportagens verídicas a esse respeito, fazia visitas na ala feminina com grupo de missionários (as) quando estava em posse da minha liberdade. E muitas detentas imploravam ajuda, comentando que tinham sido abandonadas, mas muitas mesmo! Então, além do tédio e da angústia, vivendo presas no sistema prisional que geralmente não regenera, mas forma ainda mais criminosos (as). Ela errou, matou, traficou ou roubou, mas está pagando sua pena, às vezes sem o mínimo de dignidade humana nas mãos daqueles poderosos no poder que traficam, influenciam, desviam milhões e milhões, de tudo que é jeito, em acordos obscuros e propinas, subornos e assim por diante. Não estou afirmando de forma alguma que ela fez certo em traficar, roubar ou cometer qualquer outro crime, só estou, na qualidade de ser humano e também detento, tentando entender o coração, a mente desta mulher que de um jeito ou de outro tentou fazer de tudo para alimentar seus filhos e pagar suas contas, [que] agora é apedrejada pela sociedade, esquecida por aqueles a quem ela deu a vida, familiares, amigos ou quem ela ajudou, sobrando somente a fé, a força de vontade e o abandono daquele que um dia, num leito de amor, virando os zoinho, lhe fez juras de amor. Sendo assim, essa mulher, por ela ou por suas companheiras, precisaria de no mínimo 1000 páginas para descrever sua frustração, dor e sofrimento.

(José V., TCP - R4, 2020)

Se a polícia é o braço armado do Estado, este que detém o monopólio legítimo da violência, as prisões são o local por excelência da aplicação da violência com finalidade disciplinar e corretiva. Para lá, são encaminhados os sujeitos que rompem com as regras do contrato social, atentando contra a propriedade privada, seja da vida ou de bens materiais. O aprisionamento se tornou a forma generalizada da punição no capitalismo, a forma mais coerente com esse modo de produto. Isso porque pune retirando os elementos constitutivos dos cidadãos, a saber, a liberdade e o tempo, este que é fundamental num sistema onde o valor se dá pelo tempo de trabalho e que se traduz na forma dinheiro.

Desse modo, ao passo que individualmente os sujeitos perdem parte de sua vida, coletivamente, considerando que se constitui enquanto força de trabalho, faz a sociedade perder mais-valor e, assim, diminuir a acumulação de capital. Ademais, como há um custo envolvido para manter as pessoas privadas de liberdade, pago pelos cofres públicos, há uma perda econômica dupla no coletivo. Daí que a sociedade tenha tanto rancor das pessoas presas, que achem que por estarem gastando do dinheiro público, do seu dinheiro, devem sofrer o máximo possível. Como aponta a psicóloga prisional Karine Belmont Chaves:

Observa-se que existe um discurso contraditório, de bem ou mal tratar aquele que comete um crime. As pessoas ficam perplexas quando se dão conta do fato de os presos terem um custo elevado para os cofres públicos. A manutenção das prisões e todo seu aparato comprometem fatias significativas do orçamento público, o que, para algumas pessoas que não cometem crimes, reforça o sentimento de vingança sob aquele que cometeu um crime. O custo médio de um preso para a administração do Estado gira em torno de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00. E não há como desenvolver alguém, sem investimentos⁶ (CHAVES, 2012, p.33).

Considerando que o gasto público com o aprisionamento é extremamente elevado, muito acima, por exemplo, do salário mínimo, cabe o questionamento do porquê continua existindo e crescendo desenfreadamente, sendo que o mesmo não acontece com o investimento em educação e saúde públicas de qualidade. Nesse sentido, são interessantes as perguntas que Fábio Pereira, sobrevivente do cárcere, faz: “Por que nos territórios periféricos tudo gira em torno da questão da Segurança Pública? Por que o camburão chega mais rápido que ambulância? Por que a polícia é mais presente que as escolas, que os espaços de lazer?” (DCI - EEFD, 2022).

Para Fábio, a segurança pública deveria ser repensada desde a questão do saneamento, da saúde, da educação e do lazer, ou seja, desde espaços seguros para as crianças (DCI - EEFD, 2022). A realidade é que hoje elas são as principais afetadas pela pobreza estrutural e pelo sistema punitivista. Quando seus pais têm sua força de trabalho desvalorizada e mal paga ou sequer estão empregados, são elas que vão sofrer as consequências da falta de condições básicas de existência, como acesso à alimentação, moradia, segurança e educação precarizados. São elas que vão perder os pais e irmãos para os camburões, grades ou redes de morte da polícia. São elas que vão crescer em lares desestruturados, vivendo em constante situação de insegurança.

Assim, como Fábio pontua, o cárcere tem como único propósito negar a humanidade e os afetos, “cadeia não é lugar de gente” (DCI - EEFD, 2022). Por conseguinte, sendo a prisão um espaço de desumanização, faz sentido que muitos pensem que as pessoas privadas de liberdade devem ser tratadas como escória social. Um pensamento extremamente

⁶ É difícil saber ao certo qual o custo real de se manter uma pessoa presa. Isso porque há dados de diferentes fontes nacionais. Como exemplo disso, já em 2008 o relator da CPI do Sistema Carcerário, o deputado Domingos Dutra, estimava que cada preso variava entre 1,3 mil e 1,6 mil reais (ARAÚJO JR., 2008, online). No texto de Karine, de 2012, a estimativa estava entre 1,5 mil e 2 mil reais. Era de se esperar que esse custo tivesse aumentado ao longo dos anos, devido à inflação e tudo mais. Contudo, conforme dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) coletados em 2022, o custo médio de manter um preso é de 1,8 mil reais (BOTELHO, 2022, online). Mesmo que haja um certo disparate entre os dados, o valor ainda é absurdo, considerando que o salário mínimo atualmente é de R\$ 1.212,00. Ainda a título de comparação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), recebe um investimento mínimo médio anual de R\$ 5,6 mil, ou seja, apenas R\$ 470,00 é investido mensalmente em cada aluno da educação básica, um valor quatro vezes menor que o gasto com cada pessoa privada de liberdade (BOTELHO, 2022, online). Sobre tais coisas, podemos refletir que: 1. alguém está ganhando com a prisão e o dinheiro está sendo retirado diretamente dos trabalhadores; 2. as mesmas pessoas que estão ganhando com isso são as que têm interesse em ocultar informações (tem sido uma tendência nos últimos anos, encontrar cada vez menos dados oficiais e com menor confiabilidade); 3. que futuro tem um país que investe quatro vezes mais na prisão do que na educação?

violento, que desconsidera que elas também estavam inseridas na sociedade, de modo que há muito mais coisas que unem do que as que separam o nós e elas, a sociedade “livre” e a “presa”.

A padronização dos indivíduos privados de liberdade, isto é, a destituição de sua individualidade e desconstrução da subjetividade é muito semelhante a estratégia de generalização e desumanização realizada com os povos ameríndios e africanos ao serem transformados em “índios” e “negros” pelos colonizadores. Foi essa generalização que permitiu categorizar os indivíduos dentro de um grau maior ou menor de humanidade, sendo que os negros e índios foram localizados dentro da categoria não humanizada e isso, por sua vez, foi o que justificou a sua escravização para os colonos.

Atualmente, o mesmo processo ocorre com os privados de liberdade, que ao terem seus bens pessoais, suas individualidades, sua liberdade de ir e vir e de expressar retirados, são transformados em não humanos, podendo assim serem trancafiados por anos a fio, não recebem condições adequadas para viver, torturados e, quando libertos, marginalizados e excluídos da sociedade “civil”. Como afirma Juliana Borges: “abolida a escravidão no país, como prática legalizada de hierarquização racial e social, outros foram os mecanismos e aparatos que se constituíram e se reorganizaram, ou até mesmo fundados [...]” e como exemplo disso, tem-se a instituição criminal, criada “[...] como forma de garantir controle social, tendo como foco os grupos subalternizados estruturalmente” (BORGES, 2018, p.28). Em outras palavras, é como dito por Fábio Pereira: “hoje você não precisa mais de transatlânticos [como no período escravista-colonial], pois pode sequestrar pessoas em qualquer lugar do mundo com a legitimação da lei. É a continuidade da prática de colocar pessoas como mercadoria” (DCI - EEFD, 2022).

Não podemos deixar de expor a semelhança de que a grande maioria dos países violentos e com grande população carcerária passaram pelo processo recente de colonização e essa, por sua vez deixou marcas irreparáveis de desigualdades. A América Latina e Caribe são exemplos latentes de que o passado colonial segue presente e as estruturas colonizadoras são atualizadas com vigor pelos Estados “democráticos”. As desigualdades constituidoras da colonização e do sistema produtivo capitalista está costurada estruturalmente no racismo, no empobrecimento e no cisheteropatriarcado, interseccionando-se e, consequentemente, agravando as opressões e violações sobre determinados grupos (MEDEIROS, 2021, p.21).

Conforme Angela Davis (2018), o aprisionamento como pena em si surgiu num momento de intensas transformações políticas, sendo influenciado pelas ideias iluministas e reformistas da Revolução Francesa e Americana. Segundo a autora, desde o início teve o gênero como fator determinante, visto que surgiu primeiro como uma forma de punição dos homens

brancos. Isso porque como era um modelo de punição que retirava o status de cidadão e que condenava pela atuação pública dos sujeitos, atuação esta que só era possível aos homens brancos. As mulheres, por não terem direitos nem voz no espaço público, não eram punidas dessa forma, já que os castigos eram aplicados no espaço privado, pelo pai ou marido. Esses castigos eram corporais. Disso decorre que a violência doméstica seja um elemento que persiste até os dias de hoje.

Além da diferença de punição conforme o gênero, Davis (2018) também chama atenção para o fator racial. Segundo a autora, mulheres brancas de classe média, quando cometem uma infração, são consideradas insanas. Já mulheres negras e pobres são consideradas criminosas. Ademais, o encarceramento, com o isolamento social prolongado decorrente, gera uma série de transtornos mentais. No entanto, ao invés de tentar resolver o problema de origem, isto é, o encarceramento como problema causador, a administração e médicos resolvem esses transtornos com uma série de remédios psicotrópicos. Tais remédios levam tanto a uma dependência química dos prisioneiros como alteram consideravelmente o comportamento destes, gerando irritabilidade, insônia, depressão, paranóias, etc. Assim:

Estudos que indicam que as mulheres têm mais probabilidade do que os homens de ir parar em instituições psiquiátricas sugerem que, enquanto as cadeias e as prisões têm sido instituições dominantes no controle dos homens, as instituições psiquiátricas têm servido a um propósito similar no que diz respeito às mulheres. Ou seja, os homens delinquentes eram tidos como criminosos, enquanto as mulheres delinquentes eram tidas como insanas. Regimes que refletem esse pressuposto continuam a caracterizar as prisões femininas. Medicamentos psiquiátricos ainda são distribuídos de maneira muito mais ampla a detentas do que a suas contrapartes masculinas. (DAVIS, 2018, p.50).

No passado, assim como ainda se vê hoje, mulheres criminosas recebem um tratamento diferenciado em relação aos homens. Seus crimes são culpabilizados em maior medida pela sociedade, de forma que muitas vezes recebem penas mais longas e duras apenas pelo fato de serem mulheres. Davis (2018) falou sobre como, no início, o encarceramento feminino foi projetado em um sistema de “casas”, sendo que sua pretensão era reformar as mulheres e habilitá-las para a vida doméstica, desenvolvendo atividades de costura, culinária e cuidados com a casa. No entanto, esse tipo de punição era destinado somente às mulheres “brancas”, pois: 1) mulheres negras e pobres não viravam donas de casa quando saíam, pelo contrário, utilizavam essas habilidades para trabalharem como domésticas para mulheres ricas; 2) mulheres negras foram utilizadas no sistema de arrendamento de força de trabalho, assim como os homens, sendo que não eram poupadas de forma alguma por serem mulheres; 3) as penas das mulheres costumavam ser mais longas que a dos homens por crimes semelhantes pelo fato de a “reabilitação/reforma” para a vida doméstica levar

mais tempo, além de que, no período que coincidiu com as práticas eugenistas, era o objetivo retirar as mulheres “delinquentes” da sociedade em seu tempo fértil, para evitar a transmissão dos genes e características inferiores de criminalidade e delinquência (DAVIS, 2018, p.54-55).

O elemento da delinquência, como apontado por Davis (2018), está diretamente relacionado à criminalização da sexualidade das mulheres pobres e negras, como visto anteriormente. Por conseguinte, não só essa sexualidade é reprimida para manter esse grupo de pessoas no seu “lugar de negro” (GONZALEZ, 1982), um lugar subalterno e superexplorado, como também pela “culpabilidade branca” (GONZALEZ, 1984). Essa culpabilidade deriva do fato de ser impossível ocultar seus efeitos, isto é, a mestiçagem fundante da América colonial. Assim, se o passado dos países americanos é marcado pelo estupro colonial, isto é, pela violação sistemática dos corpos das mulheres negras, a partir do século XIX e XX são instituídos os chamados *comportamentos desviantes*. Esses tinham por objetivo mascarar a culpabilidade branca originada do estupro colonial, agudizada com as teorias eugênicas em voga na época, bem como dar continuidade a culpabilização das vítimas, mantendo-as, portanto, numa posição inferiorizada, ainda passível de ser violada.

Se num primeiro momento esses objetivos parecem contraditórios, uma reflexão mais detida revela que nunca foram nem serão. No limite, trata-se de uma reatualização das estruturas que possibilitaram todas as violações ocorridas durante o período escravista colonial, tanto em sentido sexual quanto racial. Dessa maneira, na relação entre estupro e aprisionamento, por exemplo, as estruturas de raça, classe e gênero são totais, como evidencia Giselle Florença:

A resposta à mulher que sofre violência é privar o agressor de liberdade. Mas quando vamos ver o perfil dos homens presos, em sua maioria, estes são homens negros pobres e favelados. O Estado é o responsável porque é ele que garante a reprodução do patriarcado, do machismo, da ideia de que o corpo das mulheres é propriedade masculina e sucessiva às suas violações. A gente tem que entender que não é algo individual e sim sistêmico (DCI - OAAJ, 2021).

Em vista disso, temos que a violação sistemática dos corpos de mulheres continua a acontecer porque o machismo é estrutural, derivando do patriarcado e da noção de que as mulheres são propriedade masculina. Como um objeto, seus corpos e mentes podem ser moldados e usados como os homens bem quiserem. Quando esse usufruto ultrapassa o socialmente aceitável, decorre uma punição, contudo, essa costuma acontecer majoritariamente apenas quando os homens são pobres e/ou negros. Por consequência, é muito comum que homens ricos e brancos nunca sejam culpabilizados, muito menos punidos. Muitas vezes, abusam de centenas de mulheres antes que

sejam denunciados. Mesmo quando isso acontece, a justiça é lenta em relação a eles e isso acontece não só em relação aos crimes sexuais, mas também a todos os outros.

Essa noção de propriedade sobre o corpo feminino também repercute sobre a forma de ver o estupro. Conforme Fábio Magalhães, “o estupro gera indignação porque normalmente se pensa que violou a mulher de alguém, seja ela mãe, filha ou esposa. Mas e quando essa violação ocorre dentro da própria casa, da propriedade dessa mulher?” (DCI - OAAJ, 2021). Essa pergunta é importante pois sabemos que a maioria das violências de gênero, do estupro ao feminicídio, acontecem dentro da casa da vítima e são praticadas por pessoas conhecidas e, em geral, do sexo masculino, como companheiros, familiares e amigos.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2021, por exemplo, demonstram que 81,5% dos feminicídios foram de autoria do parceiro ou ex-parceiro, sendo que, no geral, 9 em cada 10 mulheres foram assassinadas pelo companheiro ou algum parente (FBSP, 2021, p.96). Em 54% das vezes, o local do crime foi a residência da vítima. Com relação aos casos de estupro, 73,7% foram praticados contra vulneráveis, isto é, aqueles que são incapazes de se defender. 60,6% das vítimas tinham até 13 anos, 86,9% eram do sexo feminino e 50,7% tinham raça/cor negra. Quanto à autoria do crime, em 85,2% dos casos o autor era conhecido da vítima (FBSP, 2021, p.112-116).

Assim, como conclui Magalhães, “isso faz a gente pensar sobre as nossas construções de sociabilidade. Para quem serve o discurso de paz total? Normalmente quem o faz é aquele que mais violenta e tortura” (DCI - OAAJ, 2021). Em virtude disso, espaços seguros só existem para pessoas muito específicas, sendo que mulheres não são algumas dessas. Ademais, visto que o cárcere é fundado numa perspectiva desumanizadora, pouco faz para ressocializar aqueles que cometeram infrações penais. No caso dos que estão presos por violação de mulheres, além da privação de liberdade e isolamento que acontece dentro da própria prisão, o que tem sido feito para garantir que, quando terminarem a pena, não voltem a praticar as mesmas ações? Ainda, o que tem sido feito para reparar as vítimas? Porque, como bem sabemos, há uma grande deslegitimação e violência emocional envolvida no processo de denunciar o abusador. Contudo, mesmo que a punição ocorra e ele seja preso, nada garante que a mulher não venha a ser vitimada novamente.

Algumas trajetórias são terrivelmente tristes, sendo marcadas da infância até o fim da vida por repetidos episódios de violência. Em razão disso, existe a certeza que é muito difícil ser mulher nessa sociedade, onde não há lugar nem pessoas que sejam inteiramente confiáveis. O companheiro pode se tornar o algoz, a casa pode se tornar a prisão e o patriarcado é o que garante que esse sistema estruturalmente violento seja reproduzido. Uma das participantes de 2021 escreveu

um texto polêmico, mas que está carregado de críticas, tanto ao sistema penal quanto a violência estrutural que marca a vida das mulheres.

Os juízes se dizem juízes
que julgam os que cometem atos errados!
Tá certo isso?
Julgar um assassino de corpo
mas, e o que assassina a alma,
o que tortura, que ofende diariamente
machuca, atormenta, agride
Onde está o julgamento desses?
Onde a sociedade autoritária tem valor
e uma parcela de culpa!
Por que eles se julgam corretos
se eles mesmos assassinam os mais fracos [?]
Quem vai defender os que são assassinados na alma?!
Àqueles que assassinam o corpo
por serem assassinados todos os dias
de várias formas
Me pergunto
por que tanto sofrimento agora,
antes e depois
da vida que foi vivida!
(Bruna, CI - TP, 2021)

O interessante deste texto é que ele abre espaço para a interpretação de que, quem o escreveu, tanto enfrentou uma série de violências, contra seu corpo e alma, quanto violentou de volta. Assim, deixo marcado que não defendo a violência mútua, que não objetiva a transformação, mas sim a vingança. Contudo, não posso deixar de pensar em como a violência da interlocutora foi um ato de libertação contra seu algoz. O uso contínuo da expressão “assassinar” pontua a morte da subjetividade daquela que é agredida todos os dias, fato que, infelizmente, constitui a realidade de muitas mulheres. Outrossim, a interlocutora também critica o sistema, que não pune os abusadores, apenas aqueles que, cansados de serem abusados, defendem-se de volta. Em vista disso, alguns trechos tem um tom “justiceiro”, expresso pelo questionamento sobre quem vai defender as pessoas violentadas, sendo que quem se defende é condenado pelo sistema.

Enfim, este poema é um tanto polêmico, mas necessário para pensar as relações de gênero, o patriarcado e as violações que o sustentam, dentro e fora do cárcere. Por conseguinte, pensamos que a luta deve ser contra a destruição deste poder patriarcal e das estruturas que o sustentam, não contra os sujeitos individuais. Como a violação de mulheres é algo sistemático, punir uns e outros, seja os que se defendem ou os que agredem, não resolverá o problema em sua raiz, qual seja, a estrutura de gênero que garante a reprodução do capitalismo e que está embasada na dominação e exploração do feminino. Portanto, como aponta Marcella Silva:

Em nossa sociedade, o foco está em punir o agressor, ao invés de ajudar a reparar a vítima. Para as mulheres abusadas e agredidas, o que tem sido feito para reparar? O estupro não se trata de tesão e desejo, mas sim de uma relação de poder, de ultrapassar a barreira do consentimento. Numa situação de violência sexual, em quem está nosso foco? No agressor, em puni-lo e não em ajudar e acolher a vítima, em entender o que ela quer e precisa. A responsabilização do agressor deve acontecer, mas partindo de um acordo coletivo das pessoas afetadas por sua agressão.

O sistema punitivista é pensado para as pessoas não brancas e produz morte e dor. Isso pode ser visto, por exemplo, com a criminalização dos únicos meios de sobrevivência de pessoas pobres e não brancas como vendedores ambulantes. Que alternativas podemos pensar? E por que teria de haver algo no lugar para substituir as prisões? Isso mostra a limitação do nosso imaginário. O dito sistema de justiça atende a quem? Quem consegue acessá-lo? Por que pessoas pobres e não-brancas [e não-masculinas] é que não são (DCI - OAAJ, 2021).

A grande sacada aqui é o seguinte: o Estado detém o monopólio legítimo da violência; partindo disso, se o Estado é diretamente uma expressão da luta de classes e representa, majoritariamente, os interesses da classe dominante, a polícia existe para defender esses interesses que, materialmente, traduz-se na propriedade privada. Além disso, sabendo que tanto o Estado quanto a polícia têm sua existência sustentada pelas estruturas de classe, raça e gênero, é apenas consequência que também o sistema de justiça seja desigual, como dito por Silva (DCI - OAAJ, 2021). Alves afirma:

Enquanto o Estado neoliberal se ausenta das políticas sociais, ele passa a governar por meio de políticas de controle da criminalidade que têm como sua razão de ser a criminalização de grupos racializados. A prisão tem sido a solução punitiva para uma gama completa de problemas sociais para os quais o estado tem sido incapaz de oferecer respostas (ALVES, 2017, p.108).

Dentre esses problemas sociais, a autora cita a falta de moradia, o analfabetismo, o desemprego e diversos outros problemas gerados pela desestruturação do Estado de bem-estar social. Na realidade, o cárcere se tornou a maneira por excelência de lidar com os problemas gerados pela acumulação de capital, resultantes da superexploração do trabalho e das desigualdades que a sustentam. Construir prisões é muito mais viável que criar políticas de bem-viver e redistribuição da renda, daí que, junto com a polícia, o cárcere seja uma instituição extremamente necessária para a manutenção e reprodução do capitalismo. Desse modo, para que seja construída uma justiça igualitária, é fundamental que haja uma dissolução das estruturas de classe, raça e gênero, bem como uma transformação radical da sociedade e relações sociais.

Com isso, voltamos à Davis (2018). Segundo a autora, o feminismo liberal, ao invés de criticar o sistema prisional e reivindicar a sua abolição, reivindica um tratamento igualitário entre homens e mulheres encarcerados. Na prática, isso significa apenas defender que mulheres sejam tratadas de forma tão ruim e repressiva quanto os homens. É que o feminismo liberal, justamente por ser em sua maioria composto por mulheres brancas, desconsidera que mulheres negras sempre foram tratadas igual ou pior que seus pares masculinos. É um feminismo que desconsidera o entrecruzamento das opressões de classe, raça e gênero.

Paradoxalmente, as reivindicações por paridade com as prisões masculinas, em vez de criar melhores oportunidades educacionais, profissionais e de saúde para as prisioneiras, com frequência levaram a condições mais repressivas para essas mulheres. Isso não é apenas uma consequência do emprego liberal — isto é, formalista — de noções de igualdade, mas, o que é mais perigoso, de permitir que as prisões masculinas funcionem como a norma de punição (DAVIS, 2018, p.57).

Dentre as medidas de tratamento “igualitário” para homens e mulheres presos está o uso de correntes enquanto estes trabalham. Segundo Davis (2018), esse acorrentamento, junto às ações de controle, confinamento isolado e privação sensorial nas prisões de segurança super máxima, somado ao fato de a maioria das mulheres presas serem de cor, todos esses elementos são ecos do genocídio, da escravidão e da colonização. A autora pontua ainda que nesses espaços o abuso sexual se institucionalizou, sendo agora um aspecto rotineiro do espaço privado das penitenciárias.

Ademais, para a autora, a criação das leis Jim Crow no pós-abolição e o encarceramento em massa registrado a partir da década de 1980 tratam-se de uma forma de controle e gerenciamento lucrativo da população trabalhadora excedente do país, em outras palavras, da população pobre e racializada (negros e imigrantes). Dessa forma, diversos setores da economia se aproveitaram desse potencial, como as indústrias alimentícia, farmacêutica, médica e de serviços. Para ela, o encarceramento em massa movimenta hoje uma grande parte da economia estadunidense, bem como da latino-americana, da europeia e de outras (DAVIS, 2018, p.67-68).

No caso brasileiro, a maioria das pessoas aprisionadas tem um perfil, isto é, são pessoas empobrecidas e racializadas como negras. Conforme o 14º Anuário de Segurança Pública, do total de pessoas privadas de liberdade em 2019, 95.1% era homens, cerca de 50% tinha entre 18 e 29 anos e 66.7% eram negros (PIMENTEL e BARROS, 2021, p.306). Entre 2008 e 2019 houve um crescimento de 377.7 % no aprisionamento de pessoas de cor/raça negra, em contraposição ao aumento 239.25% de pessoas de cor/raça branca (PIMENTEL e BARROS, 2021, p.307).

Outrossim, há um grande déficit de vagas e, em razão do encarceramento em massa verificado nas últimas décadas, acompanhamos uma situação de superlotação. Em 2019, entre penitenciárias e delegacias, havia um total de 755.274 mil pessoas privadas de liberdade no país, sendo que desses, 305.660 não possuem vagas no sistema. Assim, são 1,8 presos por vaga, ainda que em alguns estados, como no Amazonas e Roraima, essa razão chega a 3,1 e 4, respectivamente (PIMENTEL e BARROS, 2021, p.306). Por sua vez, isso acarreta uma série de violações dos direitos humanos, que vão desde a falta de itens básicos de higiene, até a precariedade dos atendimentos referentes à saúde.

Nesse sentido, verifica-se o que afirma Medeiros (2021), isto é, de que a punição vai muito além da privação de liberdade e que, apesar do encarceramento crescer cada vez mais, o mesmo não acontece com os índices de segurança. Com isso, tem havido um aumento exponencial da população carcerária, da violência e mortes por intervenção policial, criminalização da pobreza, raça e gênero e, mesmo assim, as pessoas não se sentem mais seguras. Muito pelo contrário, a sensação de insegurança tem se tornado um sentimento generalizado.

O encarceramento em massa é a estratégia regularmente usada para conter “criminosos” e tirá-los de circulação. A privação de liberdade é apenas a superfície na manutenção do sistema criminal brasileiro e de toda a estrutura cruel da seletividade penal. O sentenciamento dos anos em reclusão não é a única pena que a pessoa presa irá cumprir. (quando ocorre o julgamento, pois o Brasil possui alto índice de presos provisórios mantidos em regime fechado). A precariedade das condições de aprisionamento se desdobra em inúmeras facetas da punição. A insalubridade; falta de produtos de higiene, dieta de má qualidade e com comida estragada; proliferação de doenças; falta de acesso à assistência médica e psicológica, superlotação; solitária, revista vexatória, excesso de violência por parte de agentes e brigas internas; rompimento dos vínculos familiares; precarização da vida da família que fica fora evidenciam que a punição extrapola os anos de reclusão.

Parece ser impensável outras alternativas ao cumprimento de pena. As instituições prisionais parecem ser inerentes à vida em sociedade. A ideia de que a existência de presídios fará com que existam menos ameaças contra a vida e contra a ordem social fez com que as prisões estejam presentes historicamente na sociedade e no imaginário de segurança da população. A velha frase “*bandido bom é bandido morto*” reproduz, automaticamente, a lógica perversa de que “*preso nem é gente*”. Entende-se socialmente que preso nem é gente, logo suas vidas podem ser descartadas a qualquer momento (MEDEIROS, 2021, p.33-34).

Em razão da lógica contida no encarceramento em massa, a taxa de encarceramento feminino tem crescido substancialmente nos últimos anos, passando de um total de 21.604 mulheres presas em 2008, para 36.929 em 2019, representando um crescimento de 70,9% (PIMENTEL e BARROS, 2021, p.307). Esse crescimento não é fruto do acaso, pelo contrário, nele

se cruzam os marcadores de classe, raça e gênero⁷. A lei de drogas de 2006 foi essencial para a expansão do aprisionamento de mulheres, isso porque a maioria das pessoas que são enquadradas por ela são aquelas que estão na base do sistema de tráfico e que, portanto, ficam mais vulneráveis às polícias. Além disso, como a lei não especifica a quantidade de droga que diferencia consumo de tráfico, a consideração acaba se tornando arbitrária aos envolvidos no sistema penal que, por ser majoritariamente branco e masculino, transforma consumidoras em traficantes e, por fim, em privadas de liberdade. Assim, atualmente mulheres jovens, pobres, negras e mães são o principal perfil que lotam as prisões do país. Para Medeiros,

No que tange às implicações estruturais do sistema de justiça criminal brasileiro é importante entender que além da criminalização racial, o fato de gênero, vem, desde os anos 2000, tomando papel central nos debates sobre a seletividade penal na justiça brasileira. Os marcadores raciais, de pobreza e de gênero precisam ser pensados conjuntamente para compreendermos a totalidade do funcionamento do sistema prisional. [...] Nos últimos 5 anos o Brasil encara um aumento nunca visto de mortes violentas e homicídios. Em contrapartida, uma porcentagem pequena de mulheres é presa por homicídio. É disparado a relação entre encarceramento feminino e “tráfico de drogas”. Isso não quer dizer que essas mulheres são chefes do tráfico, muito pelo contrário, em sua maioria as mulheres ocupam cargos intermediários no comércio ilegal das drogas, a subalternização do trabalho por conta do gênero não escapa ao mercado das drogas, portanto essas mulheres costumam trabalhar em postos mais visíveis, na linha de frente, onde são pegadas com mais facilidade. São os corpos mais descartáveis do mercado. E pagam uma pena incomparável aos homens presos. O mais perverso é pensar que com o mecanismo de seletividade penal racista e patriarcal, o motivo pelo qual essas mulheres entram no mundo do crime é invisibilizado e o fator comum entre mais de 70% é o mesmo, a maternidade, ou melhor, o sustento de seus filhos (MEDEIROS, 2021, p.35-36).

Dessa maneira, ao sintetizarmos esses elementos, temos que: a) o patriarcado e o racismo permitem o controle dos corpos femininos e negros e a desvalorização da sua força de trabalho, fator que possibilita a sua superexploração e, no limite, a acumulação de capital nos países dependentes; b) o encarceramento em massa se trata de uma forma de controle e gerenciamento

⁷ Essa reflexão é interessante pois abre espaço para que a gente questione ideias que são bastante correntes em relatórios oficiais e dentro das ciências sociais, qual seja, a de que há uma relação intrínseca entre pobreza e violência e/ou raça e violência. Quando olhamos os gráficos e tabelas, realmente existe uma predominância de crimes violentos entre a população pobre e negra, seja quando são vítimas, seja quando são os autores. Mas o problema é que esses relatórios muitas vezes não vão mais a fundo, a fim de explicar que devido a formação histórica classista, racista e patriarcal de nosso país, todo o sistema de justiça tem um olhar viciado, que se volta apenas para punir esses grupos. Assim, isso significa que não necessariamente a violência é maior entre pessoas pobres e negras, apenas que as infrações da lei praticadas por pessoas brancas e ricas geralmente não são registradas, muito menos punidas. O consumo e o tráfico de drogas é um grande exemplo disso. Em vista dessa questão, podemos considerar que os números ocultam e provocam enganos, pois todo o sistema é desigual, daí que eles também sejam. Logo, o uso de informações de relatórios oficiais deve ser feito de forma consciente, sabendo que eles não constituem uma verdade absoluta e que podem e devem ser questionados.

lucrativo da população excedente, que, na dependência, são as pessoas cujos trabalhos são os mais desvalorizados, ou seja, mulheres e população negra.

À esses elementos, caberia acrescentar outros dois: c) a desvalorização da força de trabalho feminina e negra, que as insere numa situação de superexploração, baixos salários e subemprego/desemprego e contribui para o seu ingresso na economia criminal, a qual, apesar de não ser legal, tem um papel central na acumulação de capital contemporânea; d) dado o desinvestimento em políticas sociais do contexto neoliberal, aprisionar a população excedente tem um custo menor que criar políticas que visem a diminuição da pobreza e a redistribuição de renda, como as que buscam ampliar o acesso à educação, ao trabalho e a condições de vida dignas

Em vista disso, nos próximos itens buscaremos identificar os efeitos desses elementos na realidade das pessoas privadas de liberdade e de seus familiares, por meio de seus escritos e relatos.

3.2 NÓS E LAÇOS

“Entre as sobreviventes da cadeia que conheci, a solidão sempre foi um assunto em comum. Entre elas e eu. Não foram poucos os relatos sobre abandono, saudade e afeto. Desde o primeiro momento deixei em evidência o tema de minha pesquisa, o afeto. Solidárias e amorosas, não poucas foram as vezes em que compartilharam comigo muito de suas vidas. Ao tentar de algum modo rastrear o afeto ou a ausência dele na vida dessas mulheres, fui inteiramente afetada por suas existências gigantes. Cada mulher e cada narrativa me afetaram por inteiro”.

(Isadora Bandeira, 2016, p.13)

Ao longo dessa pesquisa, cheguei à conclusão de que a melhor maneira de falar das relações sociais e o cárcere seria por meio dos sentimentos. Por um lado, o medo, um sentimento sobre o qual a vida contemporânea está organizada, e por outro, o amor, representado um outro conjunto de relações e modos de viver possíveis. Atualmente, sentimos medo de tantas coisas que virou uma sensação generalizada de pavor. Tememos uns aos outros, a diferença, a igualdade, andar nas ruas, estar dentro de casa, enfim, de viver.

Esse medo potencializa nossos preconceitos, sejam de raça, de gênero, de origem, de religião, etc. Nosso egoísmo e ganância faz com que estejamos numa eterna competição para ser melhor que outro, para ter mais, para não compartilhar. O individualismo e narcisismo são característicos da era do capital, de modo que somente o “eu” (e talvez os que estão próximos de nós) importa, não havendo uma preocupação que se ligue a resolução de problemas sociais como a

pobreza, a fome, a desigualdade, o desemprego e o subemprego, a falta de acesso à educação, saúde, alimentação, moradia, entre tantos outros.

Não havendo essa preocupação, não é formada uma demanda coletiva para a resolução destes problemas. Sendo a sociedade regida pelo mercado, só é cidadão aquele quem é consumidor, e quem não pode sê-lo, não está dentro dos parâmetros de cidadania. Sem políticas nacionais de programas de assistência social e de redistribuição de renda, esses sujeitos permanecem relegados à pobreza, à não cidadania. E se existe um grupo dos que tem e outro dos que não tem, os primeiros ficam fadados a sentir medo dos segundos, pois são uma ameaça para as suas posses e propriedades e, no limite, para as suas vidas.

Tal problemática vira um ciclo vicioso, sendo que a resolução encontrada pela sociedade capitalista para resolver essa questão foi o aprisionamento. Isso porque é muito mais fácil prender as pessoas que não tem nada e que, por isso mesmo, são um perigo potencial para as que tem, do que promover uma transformação no modo de apropriação da riqueza. Caso houvesse uma socialização da riqueza produzida no mundo entre todas/os as/os trabalhadoras/es, de modo justo e igualitário, não haveria uma desigualdade econômica entre os sujeitos, base para a desigualdade de poder, esta que é fundamental para que haja exploração e dominação, bem como o próprio medo.

Dito isso, não é possível apenas descrever os problemas que assolam a sociedade e o medo que produzem. É preciso, também, pensar novos caminhos para não nos perdemos no vazio, pois esse traz desesperança, medo e nos levam a incorrer nas mesmas ações de sempre. Dessa maneira, se o medo é representativo da nossa atualidade, o amor deve ser pensado como representativo de um outro mundo possível.

Não obstante, esse não deve ser o amor idealizado e fetichizado, senão a noção de amor utilizada por bell hooks (2021), que o entende como uma ação, uma prática que deve estar presente em todas as nossas relações. Segundo a autora, o amor pode ser visto como uma ética amorosa, a partir da qual trabalhamos pelo crescimento espiritual de nós mesmos e do outro. E para se ter essa ética, é preciso ser consciente das suas ações, a fim de que se busque por em prática todas as dimensões do amor, quais sejam, as de cuidado, compromisso, confiança, responsabilidade, respeito e conhecimento (HOOKS, 2021, p.111). Sem esse compromisso com as pessoas e as relações que travamos com elas, caímos em relacionamentos fetichizados, onde tratamos uns aos outros como mercadorias. Sobre isso, bell hooks diz:

Quando o consumo ganancioso é a ordem do dia, a desumanização se torna aceitável. Assim, tratar as pessoas como objetos não é um comportamento apenas plausível, mas necessário. É a cultura da troca, a tirania dos valores do mercado. Esses valores orientam as atitudes em relação ao amor. O cinismo em relação ao

amor leva jovens adultos a acreditar que não há amor a ser encontrado e que os relacionamentos são necessários apenas na medida em que satisfazem desejos. Quantas vezes ouvimos alguém dizer: “Bem, se essa pessoa não está satisfazendo as suas necessidades, você deveria se livrar dela”? Relacionamentos são tratados como copos descartáveis. São todos iguais. São dispensáveis. Se um não funciona, deixe para lá, jogue fora, arrume outro. Quando essa é a lógica predominante, laços de compromisso (incluindo casamentos) não podem durar. E amizades ou comunidades amorosas não podem ser valorizadas e mantidas (HOOKS, 2021, p.126).

O cárcere pode ser visto como uma extensão da sociedade, pois é um microcosmos que também se estrutura por regras sociais, assim como todos conjuntos formados por indivíduos. Há as regras da prisão, do código interno das pessoas privadas de liberdade e também os das facções⁸. Num espaço de multiplicidade de sons, pessoas, personalidades e hábitos, o primeiro encontro é bastante atordoante. Não se escuta nem se é escutado, tamanha a cacofonia. A presença de portões altos, grades, câmeras e guardas traz uma sensação claustrofóbica. Existe o receio de descumprir alguma regra, seja do vestuário, do comportamento, da fala ou do toque. Os primeiros encontros são os mais tensos, e mesmo depois que a gente se acostuma, parte da apreensão nunca vai embora. Uma coisa que deixa o peito apertado é que, apesar do nosso desconforto, findada as duas horas de oficina, nós vamos embora. Os participantes, não.

Nos caminhos percorridos, os olhares dos internos que estão trabalhando te rastreiam, assim os seus rastreiam os deles. É um choque do eu com o outro, entre o que é de fora e o que é de dentro, estando os dois marcados por um certo tipo de curiosidade, medo e receio, já que não têm controle sobre aquela situação ou encontro. Algo hilário e comovente: na prisão, só circulam livremente os cachorros, um grupo grande que tem casa própria dentro dos muros, mas também habita e percorre o lado de fora.

Contudo, para além das regras, chama atenção as relações que se desenvolvem entre os sujeitos, sejam elas de inimizade e competição ou companheirismo e amor. Essas relações podem ser consideradas tanto no âmbito interno, entre os privados de liberdade, quanto no externo, isto é, entre eles e as pessoas que estão do lado de fora. Essas podem ser os familiares, amigos ou a sociedade em geral. São encontros e desencontros, distanciamentos e aproximações. Ademais, o cárcere é também um lugar marcado pelo esquecimento, especialmente no caso das mulheres. Nas oficinas e nos escritos que as envolveram, era recorrente a questão do abandono, principalmente de amigos, familiares e companheiros. Escreviam sobre como se viram sozinhas depois do

⁸ Para quem tiver interesse em conhecer melhor os códigos de conduta da prisão, a trilogia *Carandiru*, *Carcereiros* e *Prisioneiras*, escritos pelo médico Drauzio Varella, traz uma interessante descrição das regras que permeiam as relações sociais do cárcere. A dissertação de Karine Belmont também chama a atenção por fazer um estudo dos significados das tatuagens no mundo prisional: dependendo do signo inscrito no corpo, por vontade própria ou não, a pessoa estará marcada por um forte estigma pelo resto da vida, dentro e fora do cárcere.

aprisionamento, sendo que só lhes restou tirar força de si mesmas, da fé e de umas das outras, criando laços de afeto e companheirismo.

Dado que nesses anos foi possível acessar parte desse cosmos, a opção de discutir essas relações por meio dos sentimentos se deu com o objetivo de desmistificar os preconceitos que cercam as pessoas privadas de liberdade. Não são animais, muito menos monstros, pelo contrário, estão apenas buscando formas de sobreviver e manter sua humanidade frente todas as violências e desumanização que caracterizam o encarceramento. Assim, sentem como qualquer pessoa: raiva, tristeza, solidão, desespero, saudade, amizade, carinho, esperança e alegria. Se a maior parte da sociedade pudesse ver isso, pudesse ver quem está preso como pessoas com sentimentos, talvez as violações deixassem de acontecer, talvez o cárcere deixasse de existir e uma outra sociabilidade fosse possível.

Há uma passagem no trabalho de conclusão de Isadora de Assis Bandeira que bem ilustra essa experiência de se relacionar com o cárcere:

Antes acreditava ser a prisão um lugar outro, ali dentro entendi que estou muito mais próxima do que pensava. A linha entre o dentro e o fora é tênue. A prisão, apesar das constantes tentativas de isolamento, está muito mais dentro de nosso mundo do que imaginamos. Prisão é constância, trânsito e atravessamento. Prisão essa que não se encerra entre mulheres e homens aprisionados, escola, agentes ou direção. A prisão se estende, e muito. Não se fecha dentro dos muros físicos e sob a vigilância que conseguem capturar as câmeras. Existem muitas muralhas e pontes ali, e para enxergá-las, e quem sabe atravessá-las, é preciso ir além. A prisão é passagem, não fim. Corpos e subjetividades se mesclam. Relações, lembranças, afetos, (in)disciplinas, desejos, saudades, coerções e opressões coabitam e atravessam muito além do intramuros (BANDEIRA, 2016, p.69-70).

A escolha pelo nome “nós e laços” para nomear este capítulo não foi ocasional. No primeiro encontro realizado no ano de 2022 na penitenciária feminina, ao perguntar se as participantes tinham temas de escrita para sugerir, o eleito foi convivência. Naquele momento achei estranho, porque é algo bem único, que nós mesmos não teríamos pensado. Contudo, nos próximos dias pude entender. É que num ambiente onde precisam conviver com 7, 8 pessoas num cubículo, essa é uma questão que adquire grande destaque. Assim, uma das mulheres falou algo como “aqui dentro a gente cria laços, mas também nós, somos como uma família, que se ama, mas também briga e logo faz as pazes”. Desde então, a ideia de laços e nós ficou em minha cabeça, o que foi bastante oportuno, visto que minha pesquisa seria justamente sobre as tensões e aproximações que se dão naquele espaço e também da própria ideia da colcha de retalhos que cerca esse trabalho.

Em vista desses pontos, o primeiro item na sequência é o dos nós, no qual

constam os subitens medo e estigma. Aqui eles são representativos das violências que cercam a vida dentro e fora do cárcere. Em seguida, trago a discussão sobre os laços, onde aparecem os temas do amor e esperança, que florescem a despeito das dificuldades vivenciadas naquele espaço. Logo, neste capítulo há a descrição das relações sociais travadas no âmbito no cárcere e, com isso, uma tentativa de desmistificar os preconceitos em torno das pessoas aprisionadas, abordando essas relações naquilo que elas têm de mais humano, ou seja, os sentimentos.

3.2.1 Nós

3.2.1.1 Medo

O medo

*Um dia...
Um domingo*

*Um belo domingo, tudo parece normal
Bom era pra ser
Você se levanta e logo
começa uma discussão
do nada começa os comentários,
ela ia lhe matar
Não é possível, então olhe o que
ela tem embaixo de sua cama
Não pude me aguentar de curiosidade
Então olhei, lá estava a faca
Meu deus, meus filhos, lá se foi meus pensamentos
Finalmente o medo tomou conta de mim,
Neste lugar*

(Lúcia - DCC - OVP, 2021)

Ao trabalhar com a prisão, cedo ou tarde o tema da violência acaba surgindo. Primeiro de tudo, acho importante a não romantização do nosso trabalho. Quando demos início a troca de cartas com pessoas da penitenciária masculina, por exemplo, logo fomos avisados que estaríamos trabalhando com o grupo do seguro. O seguro é uma ala para onde vão as pessoas que correm risco de vida junto aos demais. Entre esses, estão os “dedo-duro” e os acusados de crimes sexuais. Na época, fiquei receosa, pois além de ser o meu primeiro contato com pessoas privadas de liberdade, ainda precisaria lidar com o fato de que estaria falando com prováveis abusadores. Nunca algo fácil, especialmente quando se é mulher, a vítima por excelência de crimes desse tipo.

No entanto, enquanto processava essa informação, a Cris e o Mário, coordenadores do projeto, nos disseram o seguinte: nosso papel ali não deve ser nem de julgamento nem de salvacionismo, duas coisas que já existem de sobra na prisão. Assim, nossa função seria a

de apresentar a literatura como um caminho para lidar com as dores do mundo, para que pudessem dar forma ao que conhecem, pensam e sentem. Foi isso o que fizemos e ainda fazemos, e saem coisas lindas a partir desse processo. Contudo, a todo momento a violência é algo que presente, que atravessa as relações e as escritas.

Como exemplo disso, foi marcante a vez que um dos participantes nos enviou a paródia de uma música, onde o personagem central chegava em casa apenas para descobrir que a mulher tinha morrido queimada. No entanto, nem se compadeceu, pois ela havia o traído e, portanto, morreu de “morte merecida”. Quando lemos isso, foi bem impactante, primeiro pelo machismo aparecer de forma tão evidente e segundo, pelo sentimento de indiferença do personagem diante da morte da companheira. Diante da complexidade da situação, discutimos sobre qual caminho tomar para responder esse participante, e o encontrado foi o de abordar os papéis de gênero, apontando como isso influencia na culpabilização da mulher que trai, mas não do homem. Além disso, citamos também como os papéis de gênero implicam num certo tipo de “masculinidade”, isto é, no que significa ser homem e nos comportamentos que pode ou não ter.

Trazer essa questão foi importante pois sabemos que, se a mulher cabe o estereótipo de frágil, aos homens cabe o de “forte”. Em razão disso, precisam ser contidos, duros, sendo que o choro, por exemplo, não é “socialmente permitido” a eles. E na contramão da sensibilidade contida, está a violência que aflorada. Assim, a agressividade é mais latente entre os homens, fazendo-os protagonizar a maioria das situações de violência, que vão desde brigas de bar até as guerras. Não por acaso, a prisão tem um viés de gênero: a maioria da população prisional é composta por homens. Ao fim e ao cabo, atribuir o papel de forte ao homem também é uma forma de controlá-lo, seja no que sente e no que faz, seja nos espaços onde vai habitar.

Pensando nesses elementos, e aproveitando que um outro participante havia escrito sobre a experiência do choro, acabamos propondo que eles escrevessem sobre o choro masculino. A provocação foi ótima e os textos que saíram foram bastante abertos, todos no sentido de desmistificar a ideia de que homem não chora. O comentário de Abimael vai nesse sentido: “penso que muitos homens fingem ser fortões, porém, algum dia, na calada da noite, eles choram bem baixinho e escondidinhos para que ninguém veja suas lágrimas rolarem” (Abimael, TCP - R5, 2020). O choro é escondido, ocultado, mas não quer dizer que ele não exista. Entretanto, isso é bastante cruel, pois todos nós deveríamos ter direito de expressar nossas emoções e dores, de falar sobre elas. Acredito que se isso acontecesse, a agressividade seria bem menos latente e o mundo poderia ser um lugar diferente.

A resposta de Eliseu segue nessa perspectiva: “confesso que não sou chorão, mas choro sempre. E na maioria das vezes, o meu choro é um choro embargado, choro pra dentro de

mim mesmo. Não tenho vergonha de derramar minhas lágrimas. Chorar é humano” (Eliseu, TCP - R5, 2020). Alguns dos participantes narraram histórias para falar de situações que eles mesmos ou outros choraram. No entanto, devido a extensão destes textos, não irei citá-los. Mas um escrito que não poderia faltar, pois nos comoveu bastante, foi o de João:

27 de Setembro de 2020. Domingo, 20° C. No pátio ensolarado fui abordado por um interno, um rapaz bem mais jovem que eu. Disse que me viu de longe, calado e [que] sentia a necessidade de me consolar:
 – Você está sofrendo, seu Carlos? – Nem deu tempo de ficar surpreso.
 – Não, eu não sofro. Surpreso ficou ele, imediatamente dando mostras de estar indignado. O rapaz quis cobrir-me, sufocar-me com sua certeza:
 – Você sofre, sim, “veio”! Eu sofro – Justificou e saiu de cena.
 Conversei pouco com outros mascarados e próximo ao meio-dia fomos reconduzidos às nossas celas. Almoçamos e fui me deitar. “Você sofre, sim, ‘veio’”. A frase me envolvia, me apertava, me sufocava. “Homem que é homem, não chora”, dizia o pai, “sujeito homem, não chora”, quase um mantra na cadeia. Virei para o lado. “Moleque” (João, TCP - R4, 2020).

Esse texto é marcante porque nos faz pensar no encontro de gerações: de um lado, um rapaz que não tem medo de admitir que sofre e, de outro, o velho que é interpelado, reconhecido em seu sofrimento. Ao negar sua dor, seu peito aperta e sufoca, o forçando a reconhecer que sofre. Todavia, esse reconhecimento é acompanhado de culpa, pois lembra de seu pai dizendo que homem não chora, este que também é o mantra da prisão. Assim, ele próprio se chama de “moleque”. Além do choque de gerações, essa passagem também evidencia as fases do “tornar-se homem”. De moleque, a criança que não esconde seus sentimentos, até o homem, que os oculta e se esconde atrás de uma máscara de frieza, dureza e força. A socialização dos gêneros, de tão naturalizada que é, dificilmente permite uma reflexão crítica acerca dos impactos que gera para a sociedade como um todo.

De forma geral, todos estão imersos em um profundo isolamento e solidão. Não foram poucas às vezes que os participantes, homens e mulheres, escreveram sobre desamparo e depressão. Muitos deles foram abandonados pela família e, com o longo tempo de privação, têm tempo de sobra para se amargurar e se afundar no arrependimento, tristeza, raiva e falta de esperança. Infelizmente, ver marcas de automutilação e ouvir relatos de tentativa de suicídio é algo que volta e meia acontece.

Muitos dos textos que falam sobre solidão são bastante fortes e, de certa forma, geram bastante identificação, porque, querendo ou não, todos nós nos sentimos um pouco desamparados. A diferença é que dentro do cárcere, as pessoas pouco têm a fazer a respeito disso, pois se normalmente recorremos a familiares e amigos para apaziguar a dor, elas não contam com a

mesma opção, já que o isolamento foi imposto. Como Bruna escreveu uma vez “[...] Estou só/ Queria uma resposta/ Contra ou a favor do meu olhar sem esperança” (Trecho retirado da poesia “Estou só”, anexo 1).

No caso das mulheres, a solidão é bastante marcada. Algumas, raramente ou nunca recebem visitas, seja porque foram transferidas para uma prisão longe da cidade de origem e a família não tem dinheiro ou tempo para o deslocamento, seja porque o companheiro e/ou familiares se envergonham de sua detenção e abandonaram. Nesse quesito, Márcia comenta:

Muitos presos que não tem família, não tem ninguém lá dentro. Pouquíssimas mulheres têm esse apoio ali. Que nem eu falo, a mulher, quando o homem cai preso, ela vai, ela rala, ela corre atrás. Mas quando é a mulher que cai, ou ele abandona ou ele tá preso também, um dos dois. É muito difícil, porque quase sempre a mãe da presa fica com os filhos da presa, para cuidar também. Aí como que você vai levar uma sacola? Ou você dá de comer pras crianças ou você dá para quem está preso.

A minha mãe, a primeira vez que eu fiquei presa, ela não foi me visitar não, 4 anos. Ela mandava as coisas pra mim, mas me visitar, não. Aí quando ela resolveu me visitar, eu saí de alvará. Mas o meu foi acidente de percurso. Eu sempre falo, eu virei vagabunda na cadeia. Você come, dorme o dia inteiro, você não tem o que fazer. Você está ali naquele cubículo dormindo ali. Ou você dorme, ou você fica louco, um dos dois. Você não tem o que fazer. Aí, que nem eu ainda tinha as coisas que a minha família mandava, mas não são todas né. E eu sempre fui acostumada a trabalhar, e quando eu saí da cadeia, até eu pegar aquele pique de trabalhar de novo, foi bem difícil (E - MT, 2022).

Além das coisas já citadas anteriormente, outras duas que se destacam nesse trecho são a questão do cuidado das crianças e a necessidade de dormir. Na primeira, temos que o trabalho de cuidado repetidamente recai sobre as mulheres, normalmente as avós, que precisam cuidar dos avós enquanto a mãe cumpre a pena. Além disso, essa avó precisa escolher entre alimentar sua filha ou seu neto. A injustiça e violência contidas na necessidade de fazer essa escolha são extremas. Na segunda, Márcia pontua que a pessoa que está privada de liberdade precisa dormir, pois como não tem nada para ocupar a mente, ou a pessoa dorme ou fica louca. Esses elementos só reforçam a inutilidade do cárcere, a sua incapacidade de ressocializar por meio da privação de liberdade. Ela não serve a quem infringiu a lei, a sua família e nem a sociedade como um todo. Fica a pergunta: a quem ela serve?

Na oficina com a penitenciária feminina, às vezes víamos as mulheres chegarem de algemas. Vez ou outra, alguém ficava sem ir aos encontros devido à penalidades. Significativo é o fato de que, por volta da metade da oficina, elas pediram para escolher o tema do exercício de escrita. Ficamos surpresos, e ainda mais quando elas sugeriram o tema do medo. Sabemos que ali é um ambiente perpassado pelo medo: de uma das outras, dos castigos, de tudo. Então, que elas

escolhessem livremente falar sobre aquilo, foi algo que nos chocou e interessou em igual medida. Os encontros seguintes foram intensos.

Lúcia, por exemplo, escreveu sobre o medo que sentiu ao encontrar uma faca na cela. Era domingo, havia discutido com uma companheira do X e essa ameaçou matá-la. Quando as outras participantes perguntaram se isso havia acontecido de verdade, ela disse que havia sido um sonho. Mas, por sua postura, desconfiamos que não tenha sido o caso. Mais tarde, também falou do medo da rejeição social, que tem medo de não conseguir trabalho. Todavia, disse que dentro da prisão também é difícil porque tem pessoas que se acham melhores, que julgam. Citou o fato de que esteve presa em outro lugar, onde as detentas não tinham direito à identidade, ao próprio nome, sendo que eram chamadas por números. Por tudo isso, disse que é impossível ser feliz na prisão. Assim, sair é seu maior sonho, mas também seu maior medo, por não saber o que esperar (DCC - OVP, 22/09/2021).

Enquanto isso, Lenice trouxe o fato de sentir um medo constante, já que na prisão é preciso sempre estar na defensiva, desconfiada, porque não se sabe como a pessoa ao lado está se sentindo, como vai agir. Em razão disso, diz que quando sair da cadeia, pensa em ficar um tempo só, sem outras pessoas ao seu redor, pois passou a temer a própria sombra. Mais adiante no encontro, relembrou uma história. Um dia, a pessoa que revende os jalecos que elas produzem veio lhes contar que alguém havia perguntado se ela não sentia medo das mulheres presas. Quando elas ouviram isso, acharam “engraçado”, porque é como se as pessoas de fora acreditassem que elas não têm capacidade de falar e sentir, pensam que elas são animais (DCC - OVP, 22/09/2021).

A partir dessas conversas, fica claro que a violência e o medo são constantes em suas vidas. Num bate-papo com um dos participantes com quem trocamos cartas em 2020, ouvimos ele se referir a uma “ideologia de violência” que se desenvolve dentro do cárcere, seja entre as pessoas que estão privadas de liberdade ou entre elas e os guardas. Segundo Eliseu (DCI - EEE, 2021), participar do projeto Direito à poesia é um privilégio para poucos lá dentro, já que o convite é restrito a algumas pessoas. Faz parte da punição e do castigo que permeia o lugar. Assim, nos contou que, em diversas ocasiões, devido a desentendimentos entre os presos e os guardas (às vezes por reclamações e comentários simples), a ala inteira era castigada, resultando em uma generalização da punição.

Com relação ao sofrimento gerado pelo aprisionamento, o comentário de Márcia é bastante direto: sofre o preso e sofre também o seu familiar.

Eu sempre falo que o familiar sofre até mais que o preso né, porque o familiar quer fazer alguma coisa. Quando você sabe que o teu familiar está apanhando, que ele está sem comer, que ele está no isola (no isolamento, que a gente fala), você quer

fazer alguma coisa e você não pode. Você é impossibilitada de fazer alguma coisa. E lá dentro também, é bem complicado. Que nem eu sempre falo né, a mídia prega lá que o preso tem estudo, que o preso tem trabalho. O preso não tem estudo, o preso não tem trabalho. Tem algumas né [vagas de trabalho], mas são muito poucos, para o tanto de preso que tem, eu acho que tinha que ter mais trabalho. [...] Tinha que ter né, alguma coisa para ressocializar. Igual eu comentei hoje, você sai de lá virado no ódio. Ou você é muito forte da cabeça e foca no que você quer, que você quer mudar de vida ou você sai de lá... Por isso que sempre, né, fala “ah, acabou de sair e já voltou? Gostou”. Não é que gostou... E se você começar a estudar realmente sobre a prisão, vocês vão ver que, no mínimo, 80% são viciados de droga [e] que não tinham que estar na cadeia. Eles tinham que estar numa clínica de reabilitação, mas onde é que tem no Paraná? Eles mandam para a cadeia. E na cadeia, na verdade, você jamais vai segurar droga. Eu tive uma audiência com um juiz, depois que eu saí da cadeia, onde eu falei pra ele “ah, você quer saber onde é que eu comecei a fumar meu primeiro cigarro? Na cadeia. Você quer saber onde é que eu cheirei minha primeira bucha de pó? Na cadeia. Você quer saber onde eu fumei minha primeira maconha? Na cadeia”. Daí ele falou “Como? Como que chegava?”, eu falei, “Pergunta para os seus funcionários”, porque pra mim eles são funcionários dele né, “pergunta para eles, porque vocês alegam que é o familiar que leva e o familiar chega a ser revirado todo. Tem algumas [pessoas] que fazem, mas chega a ser revirado do avesso. Quem que tem livre acesso?”. E naquela época era na cadeia pública. No caso, quando eu estava, que isso aí aconteceu, que era muito fácil para os funcionários levar para a gente (E - MT, 2022).

O apontamento de Márcia é importante, porque deixa evidente que não só o sistema não ressocializa, como também oferece ainda mais chances das pessoas enveredarem por caminhos perigosos, como o uso de substâncias. Isso porque, se há poucas oportunidades de ocupar o tempo com projetos de trabalho e estudo, fundamentais tanto para passar o tempo ali dentro quanto para abrir perspectivas de futuro, não faltam maneiras de conseguir drogas. Além disso, os indivíduos privados de liberdade sofrem diversos tipos de tortura, enquanto que os seus familiares sofrem por saberem disso e não poderem ajudar.

3.2.1.2 Estigma

*No jardim da moça de
coração machucado
A árvore morta não vai mais
ter folhas, nem flores, nem frutos
Não há mais amanhã
há só agora
E me obrigo a rir, aos prantos*

*Às vezes penso que virei
meu amor cativo*

(Bruna, CI - TP, 2021)

O estigma da prisão é muito forte, então são raras as vezes em que as pessoas privadas de liberdade são tratadas como gente. Lúcia apontou que se a punição fosse apenas as grades, ainda estaria bom (DCC - OVP, 2021). Isso porque elas sabem que, a despeito das penúrias que vivem ali dentro, quando saírem, ainda terão muitos outros problemas para enfrentar. Nesse sentido, a fala de Márcia é bem interessante, quando precisou escutar que não tinha “cara de ex-presidiária”, como se existisse um perfil para pessoas que estiveram presas. Não obstante, sabemos que essa afirmação se deve a ideia preconceituosa e socialmente construída de que o perfil da presa deve ser uma mulher feia, velha, descuidada, pobre e negra. É uma das diversas maneiras que desigualdade de classe, raça e gênero opera:

Então, eu tenho uma experiência de quando eu saí, eu fui no fórum pra assinar né, aí quando eu cheguei pra assinar, daí o próprio atendente do fórum olhou pra mim e falou assim, “mas, você nem parece que era presa, você não tem cara de presa” [risos]. Daí eu falei pra ele “mas o que é a cara do preso pra você?”; daí ele ficou sem resposta né. E, eu logo consegui emprego, logo que eu saí né, logo eu fui atrás e consegui. Mas muitos não conseguem, porque saem de lá transtornados realmente, o psicológico muito abalado. Em Foz tem um projeto né, o patronato. [...] É o lugar onde a gente assina mensalmente né, você assina todo mês. Daí eles te encaminham para um serviço. Você chega lá, você fala que você precisa trabalhar, você é encaminhado para um trabalho. Normalmente, no 14º batalhão na horta da polícia, ou no horto, ou em locais públicos da cidade, creche... depende do que né, qual é o seu crime, o que você fez. Daí você vai pra um espaço onde é que tem crianças, não é todas. E daí [você] trabalha 6h por dia, de segunda à sexta, e daí recebe uma bolsa, que eles falam né, um auxílio de 1000 reais. Você não tem direito à passagem, você não tem direito a nada quando você sai, nada, porque é só uma bolsa para você... é um empurrão para você começar de novo a vida (E - MT, 2022).

A questão do trabalho que Márcia cita chama bastante atenção. Primeiro, que quando a pessoa sai, depara-se com inúmeras dificuldades para recomeçar a vida, sendo uma delas a questão do emprego. Assim, existe esse projeto que busca reintegrar pessoas em liberdade condicional ao trabalho assalariado. Contudo, essa reintegração é bastante parca, pois a pessoa nem ao menos recebe um salário mínimo; como Márcia mesmo disse, trata-se de uma bolsa. Agora cabe nos perguntar: caso fosse uma mulher extremamente pobre, com um ou mais dois filhos para sustentar, como uma bolsa de mil reais seria suficiente, tendo ainda que pagar o transporte? Além disso, não conta com direitos trabalhistas. É uma situação de superexploração, ainda mais perceptível quando ela aponta que o trabalho é realizado para a polícia ou locais públicos. Mostra como o Estado se beneficia da força de trabalho desvalorizada e mal paga de ex-privados de liberdade.

Outro relato sobre as dificuldades enfrentadas no pós-cárcere é o de Eliseu. Preso em dois momentos pelo mesmo crime, que demorou anos até ser julgado, viu a vida que estava tentando reconstruir desmoronar duas vezes. Como a justiça é lenta no país, é bastante comum que a pessoa seja presa, consiga uma liminar para aguardar o processo em liberdade e, anos depois, tenha que voltar ao cárcere para cumprir a pena atribuída. Esse é processo que apenas dificulta uma justiça eficaz e que realmente ressocialize. Seguem anotações do diário de campo:

Perguntado sobre os anos que ficou no sistema, Eliseu conta que foi preso pela primeira vez em 2008. Até então era uma pessoa influente na sua cidade, sendo que tinha uma rádio, era jornalista e convivia com a alta sociedade. Tanto que na época que caiu preso era pré-candidato a vereador. Quando caiu, ficou cerca de 1 ano e 9 meses preso, até que o advogado conseguiu uma liminar e ele passou a responder em liberdade. O advogado o orientou a seguir a vida, a não se preocupar com o processo que demoraria bastante. Nos primeiros, ele até acompanhava o desenvolvimento, mas depois deixou de lado e reconstruiu sua vida.

Quando saiu da prisão pela primeira vez, mudou da sua cidade de origem para não ter mal-estar, estranhamento com seus antigos colegas. Depois disso foi se mudando até chegar aqui em Foz. Voltou a trabalhar como jornalista, fez cursos para obter a identificação/reconhecimento que trabalhava na área. Também foi gerente de uma grande distribuidora de gás. Já em Foz, tinha emprego estável e chegou a abrir uma empresa em Cidade do Leste, no Paraguai.

Estava com a vida refeita, até que em 2017, na saída de um banco, foi parado numa blitz. Os policiais verificaram que ele tinha uma pendência no sistema e o levaram para averiguar. Desde então ele esteve preso e só saiu em 2021. Com isso, ele disse que só não se matou porque foi covarde, pois dentro do cárcere o que mais tem são pessoas que se dispõem a te ajudar a acabar com a própria vida.

Acabou ficando doente, com início de diabetes, colesterol alto, perdeu os cabelos e os dentes. Agora está fazendo acompanhamento médico, tomando remédio para depressão, fazendo fisioterapia devido a dores no corpo. Os atendimentos são em seu tempo livre, mas depois de chegar ao conhecimento do patrão que estava fazendo fisioterapia, este lhe deu aviso prévio. A partir disso Eliseu contou que já trabalhava com esse homem antes de ser preso, e ele havia lhe oferecido novamente a vaga de emprego, com a ressalva de que Eliseu perdoasse os direitos trabalhistas que não recebeu quando foi preso. Além de tudo, considerava o patrão um velho amigo da família, mas na primeira oportunidade este esqueceu a amizade e o despediu.

Eliseu fala que a rejeição e a exclusão são grandes quando sabem que ele é egresso do sistema penal, de modo que o problema continua, a punição, o aprisionamento não acaba quando se sai do cárcere (DCI - EEE, 2021).

Como podemos ver, às vezes o estigma é tão forte que a pessoa precisa mudar de cidade para não se deparar com o constante julgamento social. Outrossim, além de ter que lidar com o estigma e com um julgamento demorado, o egresso muitas vezes também adquire ou tem os problemas de saúde agravados. Neste caso, mesmo quando estava se tratando, as doenças não foram bem vistas pelo patrão, que prontamente o despediu, mesmo que tivesse um acordo de recontração caso Eliseu perdoasse a dívida de seus direitos trabalhistas. Sem emprego ou com baixa

remuneração, como a pessoa pode lidar com seus problemas de saúde? Consequentemente, não há uma garantia de qualidade mínima de vida, daí que seja comum o reingresso no sistema penal.

Uma das coisas que mais se destaca nas falas de ex-privados de liberdade é a punição reiterada, que não se trata apenas da privação de liberdade, muito menos acaba com o fim da pena. É uma punição multidimensional, que acontece em vários âmbitos da vida, sejam eles materiais ou imateriais. Em muitos casos, não importa quantos anos se passe ou que outras escolhas a pessoa faça na vida, pois a qualquer momento poderá ser lembrada e novamente punida pelas infrações do passado. É uma punição que nunca cessa, que estará sempre gravada no corpo e na memória dos egressos. Exemplo disso é o caso de Raissa:

[...] tinham muitas coisas assim que me incomodavam e durante a faculdade, e aí acho que é legal contar que eu fiz uma faculdade particular, sou estudante da PUC, com uma tornozeleira eletrônica. Então era uma coisa diferenciada na PUC. [...] Eu tive dois professores que fizeram um abaixo assinado para não me dar aula e doeu muito porque eles se sentiam em perigo comigo. E aí você imagina, uma pessoa que usava uma tornozeleira, que no início, no primeiro ano da PUC, eu voltava para Piraquara, dormia no presídio, então entrava escoltada e saía escoltada; como que uma pessoa dessa é perigosa? Na época eu era super magrinha também, andava encolhidinha assim... tipo, não querendo chamar atenção e até com uma depressão, como uma dificuldade, tipo, meio que querendo morrer ali e nem falando. Foi uma época muito pesada, porque eu me sentia culpada, porque eu tive um privilégio de ter sido uma das contempladas pelo projeto da PUC, mas eu conheci muitas mulheres que sei lá, na minha cabeça tinha um merecimento maior que o meu. Então, será que eu não estou ocupando o espaço de alguém? Será que eu mereço isso? E, todo o cárcere tem essa coisa tipo, "ai, você fez, você tá culpada, você tá pagando e é pouco. Você tem que agradecer, porque poderia ser pior".

[...] Teve uma vez também que as pessoas sabiam assim, no meio que eu estava, o que tinha acontecido. E aí eu tava lá, conversando, eram mulheres assim, de um movimento e a gente tava num bar, depois de uma reunião, organizando o 8 de março, e a hora que a gente saiu do bar, o carro de uma das mulheres não tava ali na frente. E aí ela perguntou se eu sabia de alguma coisa, e tipo eu "moça, eu tava aqui na sua frente, na hora toda" e tal. E aí assim, ela chamou a polícia, fez B.O, mas ela me ligava muito assim, tipo, perguntando "seus amigos não sabem de nada?" e não sei o que... como se eu tivesse uma responsabilidade. Teve também uma vez que durante a faculdade, a casa de um amigo foi assaltada, e depenaram a casa do cara e ele também tava me perguntando onde é que estariam vendendo as coisas dele e tal, como se eu soubesse, como se eu fosse a Rainha do crime.

[...] Tem todo, tipo, o fetiche na dor, a **pornografia da dor** assim. Teve uma vez que o cara me perguntou, e ele me perguntou com uma frieza, "você foi estuprada na cadeia?", no meio do nada, tipo, eu tava comendo sorvete com ele e ele me perguntou isso. No caso, não fui, mas, e se eu tivesse sido? Ele ia me perguntar isso enquanto eu tava comendo sorvete, num lugar público, e depois disso nós dois íamos pra uma mesa de sociologia e tal, ele ia fazer eu apresentar o trabalho lidando com esse trauma? Tipo, ele não teve cuidado nenhum, sabe, ele deu sorte que não foi uma experiência que eu vivi. E essa coisa, assim, principalmente no meio acadêmico, eu tive privilégio de ser uma egressa que está no meio acadêmico, mas cara, virar objeto de estudo, assim, de um jeito que você fica, "meu deus, acho que nem com animal fazem isso", ou virar um mascotinho do tipo "sabe que a

minha amiga saiu da cadeia? ela vai falar com você agora”. Você fica tipo??? (E - RM, 2022, grifo meu).

O emprego da expressão “pornografia da dor”, além de ser extremamente forte, é bastante preciso, pois explicita toda a violência que permeia o tratamento que a sociedade oferece aos ex-privados de liberdade. Isso gera um ciclo incessante de sofrimento, que se renova a cada olhar atravessado ou dedo apontado.

Indo mais afundo na questão do estigma, podemos considerar que não apenas se trata de uma reatualização das práticas de punição, mas também de uma maneira de dar continuidade aos processos de dominação e exploração dos indivíduos. A cada vez que a força de trabalho de uma pessoa egressa é recusada pelos empregadores, a desvalorização em torno dela é reforçada. Ademais, o subemprego e o desemprego também vão se unir a esse desvalor, contribuindo para o aumento das fileiras da superpopulação relativa, ou seja, das pessoas que, por estarem excluídas do processo de produção, contribuem diretamente para a acumulação de capital (Osorio, 2015). Por consequência, o medo e o estigma não são meros fatores casuais, senão que uma combinação de ações e sentimentos produzidos pelo capital a fim de garantir uma dominação e exploração contínua de determinados sujeitos. Continuar excluídos da sociedade “livre” infere, portanto, estar incluído na manutenção e reprodução da dependência.

3.2.2 Laços

3.2.2.1 Amor

*Já me disseram que sou velho.
Eu sou velho na idade, mas sou jovem no coração. Não me sinto velho, ainda
posso ser amado e dar muito amor. Sou muito jovem.
[...] Aqui na prisão aprendi a ser infantil, porque não tive infância, aprendi a ser
adolescente, porque eu nunca soube o que era ser adolescente. Só sabia trabalhar
[...].*

(Oldenon, TCP - R5, 2020)

A primeira vez que me dei conta que existia amizade dentro da prisão foi quando perguntei a uma pessoa com a qual me correspondia, Oldenon, o motivo de suas cartas terem duas letras diferentes. Ele respondeu dizendo que como já tinha feito três cirurgias no cérebro, às vezes tinha dificuldade em escrever, então seu colega de cela, João o ajudava com a gramática (Oldenon, TCP - R4, 2020). Fiquei animada (e um tanto surpresa) em saber disso, isto é, em perceber que ali dentro eles formam laços de cooperação e amizade. A surpresa se deu devido aos preconceitos que

nutria em relação ao cárcere: de tanto ouvir e ver imagens que desumanizavam a pessoa privada de liberdade, pensava que não sentiam, que não se relacionavam como os demais de nós. Profundo engano, no sentido mais literal de enganação.

Fazem a gente pensar que preso não é gente, porque aí é mais fácil esquecer deles para mofar dentro das grades, para deixar que sejam torturados e explorados pelo sistema. Se muitas autoras do feminismo negro dizem que as cadeias de hoje são as novas senzalas, então a maioria de nós, que não é senhor nem sinhazinha, é como velha sociedade escravista-colonial. Uma sociedade que não se manifesta contra as opressões existentes e até mesmo consente com elas, pois pensa que é o “natural”, o “normal”, ou seja, que quem infringe o contrato social deve pagar por isso sendo privado dos seus direitos básicos por anos da sua vida. Muito semelhante ao mito da inferioridade que perspetou toda a escravidão. Por isso digo, enganação total. Daí que o desafio seja perceber e fazer alguma coisa para desnaturalizar essa mitologia construída.

Mas o fato é que, desde aquela correspondência com Oldenon, comecei a me interessar sobre os laços que se formam dentro da prisão. Num dos primeiros encontros com a feminina, quando pedimos para escreverem um autorretrato, uma das participantes terminou seu texto fazendo uma declaração de amor à sua companheira. Em outro momento, Bruna foi contar que estava feliz por sua amiga, Katlyn, que antes da oficina pensava que não gostava de ler nem tinha nada a dizer, mas que depois viu que a realidade era outra. Disse que estava emocionada porque essa amiga, que era como uma irmã, estava indo embora (DCC - OVP, 2021).

Sobre a temática do amor, é interessante o relato feito por Medeiros, que também é ex-integrante do Direito à poesia:

Cada semana era elegido um tema e levávamos poesias sobre o tema escolhido. As mulheres escreviam seus próprios poemas e as que se sentiam à vontade, os liam durante as oficinas. A roda foi iniciada com as leituras das poesias de autoria das mulheres, o tema era amor. O amor (ou a escassez dele) era dor unânime entre o grupo. Os poemas de amor gritavam sobre a ausência dos afetos e, muitas vezes sobre a perda da liberdade pelo excesso de amor que sentiam por companheiro ingrato, a clássica história da mulher que é presa por tráfico de drogas, quando na verdade assumem a posse da droga de seus companheiros (INFOPEN, 2016).

As rodas de poesia eram, acima de tudo, um espaço de legitimação de suas vozes, de seus afetos e desafetos, portanto um ato visceralmente político. Era um momento oposto ao cotidiano prisional, no qual as intersecções de opressões as submetiam como sujeitas absolutamente subalternas. Ali dentro, todas são culpadas, mesmo provando o contrário (MEDEIROS, 2021, p.67).

Esse comentário ressalta que, quanto maior a ausência de afeto, isto é, a privação em todos os sentidos do ser e do sentir, mais potentes são as reivindicações das mulheres. As oficinas, enquanto lugar de confidências e risos, são espaços de transgressão das participantes, onde

rompem a punição que lhes foi atribuída, qual seja, a privação da liberdade do corpo e de toda a potencialidade que caracteriza suas subjetividades.

Já Jesana nos confidenciou um dia sobre um relacionamento que começou quando estava presa em outro lugar. Desenvolveu uma grande amizade com outro privado de liberdade, de modo que a certa altura resolveram se casar para poderem se ver. A relação tinha data de validade: duraria até que um deles fosse transferido ou saísse em liberdade. Jesana saiu primeiro, mas logo depois descobriu que estava grávida. Não contou para o companheiro e, mesmo ajudando-o de fora, não visitou-o mais. Quando sua filha tinha um mês de idade, ela voltou a cair presa. Passado um tempo, resolveu escrever para o marido e contar da filha, mas jamais achou que ele fosse responder ou perdoá-la pela omissão. Para sua surpresa, ele respondeu dizendo que iria ajudar a cuidar da filha enquanto ela estivesse ali, como também esperava poder reatar a relação depois da sua liberdade (DCC - OVP, 2021). Essa história ainda não teve seu desfecho, mas confesso que passei a torcer pelo casal.

Outra história de romance que se iniciou no cárcere foi a de Márcia. Também se casou enquanto estava presa e quando saiu, em 2014, passou a visitar o marido, que já está preso há 11 anos e tem outros tantos pela frente. Há bastante dedicação envolvida, entre as visitas, as sacolas que prepara (bens pessoais, comida, às vezes para outros presos que também estejam em necessidade) e os sedex (livros). Isso apenas corrobora o afirmado por Medeiros (2021, p.64), a saber, de que as mulheres desempenham um papel central na sustentação do cárcere. Não por escolha própria, mas sim por todo o sistema de opressão e exploração existente que leva a elas e/ou seus familiares até ali.

Ainda sobre as relações que se desenvolvem no cárcere, quando perguntei a Márcia a respeito, ela disse o seguinte:

Em cada barraco as meninas formam, então né, uma amizade, porque a tua família é aquela ali, você mora praticamente... Eu sempre falo que a cela das penitenciárias da região aqui é um banheiro né. Então a gente mora em 8 pessoas dentro de um banheiro. Aí você convive dentro do banheiro, onde é que você faz as tuas necessidades com todo mundo junto ali, come com todo mundo junto. Você acaba pegando um afeto né, uma pela outra. Muitas a gente leva a amizade junto, quando saem pra rua. Você vai embora e você continua sua amizade. Tem algumas meninas aqui de Foz que até hoje, da época que eu tava, até hoje eu tenho contato com elas (E - MT, 2022).

Os afetos podem ser profundos no cárcere, com pessoas deixando suas marcas mesmo naquelas que saem. É o caso de Raíssa, que por ser muito nova quando ingressou no sistema, havia quem a comparasse com a filha que havia deixado do lado de fora dos muros. Uma

delas cuidava dela, até fazendo tranças em seu cabelo, as tranças que não pode fazer na própria filha, que quando foi presa tinha apenas quatro anos. Já fazia vinte anos que a mulher estava presa, sendo que nunca mais havia visto a criança, pois a avó disse que não iria submeter a menina ao ambiente da prisão. Quando Raissa saiu, munida das poucas informações que a mulher sabia sobre o paradeiro da família, tentou encontrar a menina (que já estaria adulta), para dizer que mesmo à distância, a mãe nunca havia deixado de amá-la, de pensar nela. Infelizmente não conseguiu encontrá-la (E - RM, 2022).

Raissa lembrou ainda de como as companheiras ficaram felizes quando ela começou a cursar a graduação. Disse ser muito significativo o fato de poder compartilhar os aprendizados com as outras, sendo especial os momentos de partilha em que falavam da própria cadeia, onde cada uma tinha os próprios saberes para somar, para contribuir com a discussão e como isso ia as deixando mais humanas. De fato, Raissa disse que em vários momentos quis desistir da faculdade, mas as outras a incentivaram a seguir em frente: “algumas eu mantenho contato, elas foram na minha formatura e a gente chorou e foi lindo, essas que estavam soltas. Mas assim, eram pessoas que cara, elas quiseram muito, teve momentos que eu não queria me formar, mas elas queriam que eu me formasse, sabe” (E - RM, 2022).

Ainda no relato de Raissa, ela contou como a própria família, ao visitá-la, acabava interagindo com outras mulheres e seus familiares, bem como levavam coisas a mais na sua sacola para que ela pudesse compartilhar com quem estivesse precisando. Mas, para além dos laços que se formam entre quem está privado de liberdade e seus familiares, também existem os vínculos que surgem com pessoas que atuam ali dentro. Isso acontece, por exemplo, com a gente que faz parte do grupo *Direito à poesia*. Quando alguém não nos respondia por carta ou não comparecia aos encontros virtuais, ficávamos preocupados pensando se algo havia acontecido.

No caso das mulheres, muitas foram afastadas no decorrer do projeto em razão de terem cometido faltas disciplinares ou terem saído em liberdade. Sentíamos a falta de cada uma delas, sendo que tal preocupação resultava do afeto desenvolvido dentro daquele espaço de liberdade, confidências e escritos. Tal afeto é resultante do encontro de pessoas que, de uma maneira ou de outra, sentem as dores do capitalismo, de uma sociedade fundada em relações de desigualdade de gênero, classe e raça. Consequentemente, os textos de medo e estigma faziam a gente se solidarizar com a dor e sofrer junto com quem os havia escrito, pois de uma maneira própria e distinta compartilharmos parte dos processos que as perpassa, os escritos de amor e esperança nos traziam calor ao coração, por lembrar-nos das coisas que são possíveis de nascer e florescer mesmo no terreno mais estéril, em outras palavras, dos laços que se formam apesar dos inúmeros nós.

3.2.2.1 Esperança

*Não é sobre a minha esperança, é sobre a nossa esperança, sobre o verbo **esperançar**.*

(Fábio Pereira, DCI - EEFDP, 2022)

Refletir e buscar uma ética amorosa é lutar pela re-humanização das relações e das pessoas. Essa prática é o que orienta nossas ações nas oficinas de literatura no cárcere, isto é, a tentativa de criar um espaço de escuta atenciosa e humana das vozes que lá estão. Assim, em diversos momentos das oficinas, as pessoas que participam nos agradecem por estarmos ali, por terem aquele espaço para falarem e serem ouvidas. Algumas vezes não entendem porque temos essa oficina, porque nos daríamos ao trabalho de ouvi-las.

Assim, num dos encontros finais na feminina, Bruna começou agradecendo por a gente se importar, por fazer a diferença na vida delas, pois como disse, “quando a gente está presa, a gente não existe, não tem voz, não é humana” (DCC - OVP, 2021). Conforme disseram, a oficina era o tempo que elas tinham para estarem juntas e interagirem com outras pessoas, que nas manhãs de quarta-feira eram muito esperadas, pois sabiam que ali poderiam falar à vontade, rir e se emocionar. Ademais, por estarem estudando, os aprendizados lhes abriam novas perspectivas, esperanças de mudar e ter um futuro melhor.

Comentaram ainda que nos viam como amigos/as e que alguns de nós as faziam lembrar de seus irmãos, filhas, sobrinhos e mães. Assim, além de sentirem a vontade de compartilhar pensamentos e histórias com a gente, pareciam que estavam falando com seus próprios familiares. Isso nos surpreendeu, porque não esperávamos que falassem tão abertamente sobre seus sentimentos, contudo, deixamos claro que a gente compartilhava desse afeto. Ao final de cada reunião, por exemplo, tínhamos o costume de nos reunir para comentar os acontecimentos do dia, buscando descobrir o que as palavras, gestos e as ideias poderiam significar. Esperávamos ansiosamente pelo encontro seguinte, pois era sempre um espaço afetuoso e divertido de partilha.

Ao longo da oficina passamos a conhecer um pouco de cada pessoa: seu estilo, personalidade, sonhos e anseios. Então, para nós também pareciam amigadas, sendo que nos preocupávamos quando alguém não aparecia ou relatava algo difícil.

Cada vez que pensamos em quão importante é o espaço de partilha entre o dentro e o fora, o nós e elas, a universidade e a prisão, a indignação é outro sentimento que aparece com

força total. Isso porque muitas outras pessoas poderiam ter acesso a projetos como esses, momentos que propiciam o encontro, a reflexão, o aprendizado e, por meio disso, a esperança de ter uma vida diferente, melhor e com oportunidades, coisas que muitas ali nunca tiveram. Infelizmente, o sistema punitivista tanto surge quanto reproduz uma lógica desigual e de exclusão, baseada nas estruturas de classe, raça e gênero. Como dito por Bandeira,

Na realidade latino-americana é comum que as mulheres encarceradas tenham algumas características semelhantes, entre elas: a condição de chefes de família e únicas responsáveis pelo sustento de seus lares; ausência de antecedentes criminais; pouca ou nenhuma escolaridade, sendo que, conseqüentemente, encontram muitas dificuldades de acesso a empregos formais.

Supostamente, nas unidades prisionais em que há escola, deveriam ser ofertadas condições mínimas para que essas mulheres pudessem cursar o ensino fundamental e médio durante o tempo da pena, todavia, na prática, não é o que ocorre (BANDEIRA, 2021, p.37).

Eliseu, na conversa que teve com o grupo do Direito à poesia quando saiu em liberdade, nos contou que estar no projeto traz motivação, pois os leva a refletir sobre seus sentimentos e pensamentos. Afirmou que para ele e os companheiros eram momentos de alegria, de renovação e fortalecimento, por saberem que estavam sendo ouvidos e que alguém se importava em escutá-los. Saber que “não estamos abandonados [...], trouxe um espírito de pertencimento [...], dentro daquele inferno, brutal, selvagem, desumano, o projeto é o céu, o resgate” (DCI - EEE, 2021). Segundo ele, muitas vezes homens durões e machões choravam de emoção ao receberem nossas cartas. Outros comentários dos participantes foram:

[...] eu admiro o trabalho realizado por vocês, onde não nos discriminam e abrem as portas para seguirmos novos e interessantes caminhos. E por fim, pela força que vocês fazem [para] nosso psíquico voltar a pensar e não estar aprisionado, lacrado e morto. Muito obrigado por acreditar que nós somos HUMANOS. (Clésio, TCP - R1, 2020).

Começo parabenizando ao prof. Mário e a todos os outros professores do Direito à poesia por este maravilhoso trabalho de escrita, o qual eu considero mais do que um trabalho de ressocialização. É uma doação; uma atenção especial para nós presidiários; uma oportunidade para que aprendamos a arrancar de dentro de nós as palavras, as poesias, os contos, tudo aquilo que estava engasgado em nossa garganta, mas que não sabíamos como externar e expressar tudo isso verbalmente.

Muitas das vezes, as palavras e sentimentos ficam presos no coração, até parecem querer explodir dentro de nós. Isso machuca muito. Às vezes nem sabemos por que é que sentimos vontade de escrever, falar com alguém, chorar e até contar um segredo a um amigo. Então agradeço muito a vocês professores por nos ajudar e ensinar, através deste projeto, a externar tudo aquilo que queríamos dizer, mas não sabíamos como.

Foi muito bom ter compartilhado com vocês estas trocas de cartas que tivemos neste ano, período da pandemia. Tive a oportunidade de ocupar o meu tempo em

algo bom, útil e maravilhoso. Para mim foi como uma alavanca, que me levantou do chão e me fez reinventar-me das cinzas e do pó. Me fez ver o horizonte de perto. Então senti que eu era, sou e serei o dono do meu destino. (Abimael, TCP - R6, 2020, grifo meu).

Para Eliseu, falta ocupação para a mente das pessoas, pois entende que se os detentos tivessem acesso a mais projetos socioeducativos, isso ajudaria a reduzir a ideologia de violência que se desenvolve ali dentro. Apontou também a necessidade de uma equipe de psicólogos maior, pois as pessoas precisam de um acompanhamento contínuo para ajudá-las, sendo que conseguir atendimento uma vez ao ano, ou nem isso, não ajuda ninguém (DCI - EEE, 2021).

A precariedade do atendimento psicológico é algo que também ouvimos das mulheres. Um dia, quando perguntamos se elas tinham acesso à terapia e, então, disseram que havia apenas uma psicóloga para as cerca de 300 pessoas na penitenciária, o que não é suficiente. Em vista disso, afirmaram que não sentiam confiança de contar as coisas para a terapeuta, visto que ficam outras pessoas dentro da sala. Ademais, devido ao espaçamento das sessões, às vezes de anos, acabam deixando de levar suas questões, porque é muito difícil lidar com isso depois. Uma das participantes contou que, ao invés da terapia, prefere escrever seus problemas e depois rasgar o papel, mas sem citar nomes para não gerar problemas (DCC - OVP, 08/09/2021).

Em entrevista, Márcia também destacou a importância de disponibilizar mais atividades para ocupar a mente daqueles que estão presos. Para ela, que é egressa do sistema, o tempo inerte apenas faz com que as pessoas tenham mais tempo para cultivar seu ódio, e com a raiva vem a violência. Assim, esses indivíduos vão ser devolvidos para a sociedade mais violentos do que quando saíram, pois além da raiva cultivada, não tem nenhuma perspectiva de futuro e acabam voltando para o mundo do crime. Nesse sentido, dizer que os libertos voltam para o cárcere porque “gostam” é um mito; a verdade é que, não havendo condições para sua reinserção na sociedade, voltam para a realidade que conhecem. Para Márcia, a falta de oportunidade de estudos e trabalho impossibilita que haja uma verdadeira ressocialização.

Hoje eu acho que eles tinham que acreditar mais na... acreditar e botar em prática a ressocialização e reabilitação né. E preparar, eu sempre falo isso, tem que preparar uma pessoa lá dentro pra soltar. Se já entrou, é porque teve um deslize né, então eu acho que tinha que preparar, botar estudar, botar trabalhar. Eu sempre falo, bota trabalhar, bota fazer qualquer coisa, pra poder soltar pra sociedade preparado pra voltar. **Porque do jeito que tá, eu sempre falo que eles estão criando leões enjaulados sem jogar carne, que na hora que eles saírem, eles vão ganhar a carne. Eles ficam trancados, só ódio** (E - MT, 2022, grifo meu).

Raissa, outra entrevistada, também apontou a importância disso. Além de falar da

dificuldade de acesso aos estudos e trabalho, que ela compara a uma olimpíada, destaca também o fato de que, mesmo as que conseguem, têm uma baixa progressão de pena. Desse modo, diz: “[...] a situação de progressão de pena é difícil. Cara, eu conheci mães ali que entraram grávidas e a melhor progressão que elas teriam, a criança ia estar com 5, 6 anos” (E - RM, 2022). Fora isso, ressalta ainda a exploração do trabalho que permeia essas atividades, pois a remuneração que as trabalhadoras recebem é, em suas palavras, por volta de “menos da metade de um terço do salário mínimo” (E - RM, 2022). São mulheres que estão trabalhando para terem condições de voltarem para casa e recomeçarem suas vidas. No entanto, devemos nos perguntar, como é possível acreditar que na mudança e na ressocialização quando se tem tão pouco? A verdadeira transformação só é possível quando se tem condições materiais e objetivas para isso.

Em razão disso, muitas das pessoas privadas de liberdade já perderam as esperanças de que a mudança ocorra. Exemplo dessa questão, foi o que Raissa escutou de uma senhora lá dentro quando estava preste a sair em liberdade: “ah, eu vi ao longo dos anos que você ficou aqui que você tem mãe, mas se alguma coisa acontecer, sabe que você tem outra família aqui, você tem outra casa” (E - RM, 2022). Para Raissa, isso foi algo que doeu, pois expressa a desesperança, a certeza de que quem sai, logo volta, e que se isso acontecesse com ela, teria uma casa ali. Confessou que mesmo depois de muitos anos em liberdade, ainda tem medo que algo aconteça e a fala das mulheres mais velhas se tornem realidade.

Quão triste é quando refletimos sobre isso, pois só torna mais evidente que o sistema não foi feito para ressocializar, isto é, para oferecer uma chance de mudança às pessoas. Na verdade, foi criado para encarcerar grupos específicos e, assim, separá-los do convívio social. Desse modo, não é a intenção de que existam projetos para reinseri-los na sociedade, já que se este fosse o propósito, eles nem estariam ali, em primeiro lugar.

Numa das entregas que fizemos para os participantes da masculina, havia um texto da professora Janie Paul, da Universidade do Michigan, intitulado “*O que aprendemos sobre isolamento com artistas da prisão?*”. Em seguida, havia um convite para que eles falassem o que achavam do texto. A maioria ressaltou a importância que a arte tem ali dentro, em específico o artesanato de crochê e tricô, cujo papel é duplo: primeiro, o de ocupar o tempo e distrair a mente de “bobagens”, como eles mesmos apontavam; em segundo, dar-lhes uma formação, algo que possa ajudá-los tanto ali quanto fora da prisão. O participante João lembrou do tempo em que as produções dos presos eram expostas, e mesmo comercializadas, em um espaço cultural de Foz do Iguaçu. Era arte feita com sabão, palitos, barbantes, jornais e revistas. Essa exposição infelizmente já não acontece mais. Sobre tal fato, João (TCP - R4, 2020) diz: “uma explosão de criatividade. Poucos são os atentos ao poder curativo dessas ações. Até quando?”.

Enquanto isso, José J. contou que, no começo, trabalhava fazendo faxina nas celas e lavando a roupa de outros a fim de conseguir agulha e restos de barbante. Segundo ele, antes de ser preso trabalhava com construção, tendo tido várias profissões, e hoje ele se tornou um artista da prisão, uma profissão tão séria quanto às demais. Atualmente faz de tudo, desde tapetes e redes até bonecas até boné (José J., TCP - R4, 2020). Outro, Rômulo, escreveu que nas horas vagas passa o tempo ensinando ou fazendo crochê com os idosos e deficientes de quem cuida. Como ele mesmo afirma, usa a prática de fazer crochê como terapia ocupacional.

O isolamento na prisão: o preso tem que buscar se ocupar com as coisas positivas. Toda vez que estou preso, procuro sempre estudar, trabalhar e fazer artesanato. O tempo passa tão rápido que eu nem vejo. Espero nunca mais voltar para a prisão, levarei esta experiência por toda minha vida. Eu há 8 anos faço crochê e outros artesanatos, esta terapia faz muito bem para mim e todos que sabem fazer. Na cela que eu estou, todos sabem fazer crochê e outros artesanatos, mesmo eles sendo de idade têm um grande resultado, eu percebo no dia-a-dia deles. O certo é colocar todos [os] presos para trabalhar na cadeia para eles não ter tempo para pensar em fazer besteira na vida e saírem com uma formação da cadeia de pessoas honesta e trabalhadora [...] (Rômulo, TCP - R4, 2020).

Esse trecho chama a atenção por destacar quão importante é, para eles, ter algo para fazer ali dentro com tanto tempo disponível, seja o trabalho, o estudo ou o artesanato. Contudo, outro elemento que se nota é o uso da frase “toda vez que eu estou preso [...]”. Não conhecemos inteiramente a trajetória de cada um, mas essa frase deixa implícito que esta não é sua primeira passagem. Isso dialoga com a realidade com a qual Raissa se deparou, onde muitas pessoas já haviam perdido a esperança num futuro diferente, devido a recorrência com que voltam para o sistema.

Além disso, podemos tensionar também a ideia de “não fazer besteira” e sair da cadeia com a formação de pessoa “honesto e trabalhador”. Besteira aqui poderia implicar em cometer algum outro crime ou em atentar contra si mesmo; não dá para saber ao certo. Mas uma coisa que sabemos é que a ideia de que honesto e trabalhador são coisas que andam juntas é bastante comum. A problemática reside no fato que ela transforma a prisão em algo essencialmente individual, isto é, que o sujeito foi preso por seu comportamento particular, o que desconsidera uma série de fatores que podem influenciar na prática de uma infração. Pensemos por exemplo no caso daqueles que a vida inteira tiveram sua força de trabalho superexplorada, com condições mínimas de sobrevivência e opressão constante. Às vezes, entrar na economia criminal não só parece atraente, como o único caminho possível.

Com isso, não quero minimizar as consequências que infrações à lei podem gerar, mas sim de tentar deslocar a perspectiva do individual para o coletivo. Isso importa ainda na medida

que temos visto que o aumento do encarceramento não gera um efeito proporcional no quesito de segurança pública. Contrariamente, a sensação de insegurança é cada vez maior, a despeito dos números alarmantes de pessoas privadas de liberdade.

3.3 TORTURA OBJETIVA E SUBJETIVA

Escândalo em sorriso

*Som em silêncio
onde devo estar mudo
Se falo me enrolo
e não posso. Não neste tempo.
Se falo me enrolo
A censura que me impõem é
ampla, mas meu pensar é atemporal
É imoral, dizem-me. Amoral, penso.
Então permaneço calado.
Mas, não se engane. Olhem bem para mim.
E, cuidado se sorrio. Estou sempre pensando*

(João, TCP - R6, 2020)

Ao adentrar o mundo do cárcere, percebemos que este é povoado por diversos tipos de torturas, que vão desde a precariedade no acesso a alimentação e itens de higiene básica, até a regulação do acesso a elementos de entretenimento, como livros e televisão. Podemos qualificar esses tipos de tortura em corporal e intelectual, material e imaterial ou, para usar termos mais comuns no marxismo, objetivo e subjetivo. Essa qualificação pode nos ajudar a entender melhor o objetivo de cada tipo de tortura e, com isso, pensar em formas de superar tais violências. Ademais, promove uma articulação entre teoria e campo.

Para as mulheres, em específico, o cárcere duplamente cruel, primeiro pelo enclausuramento e segundo por ser um ambiente projetado por e para homens. Assim, poucos fatores próprios da saúde da mulher são levados em consideração. Como exemplo disso, pode-se citar o uso de chuveiros gelados e camas de concreto, que no frio acabam agravando as cólicas do período menstrual. Na maternidade, os problemas são inúmeros: não é um espaço apropriado para gestantes, muito menos para bebês; terminado o período de lactação, as crianças são bruscamente separadas das mães; a separação entre mães e filhos deixa estes vulneráveis a desestruturação familiar, ao abandono e a abusos.

Para as mães, é bastante doloroso não estar presente no cotidiano das crianças, não

saber o que está acontecendo com elas. Diversas vezes as mulheres das oficinas falaram com a voz embargada e olhos brilhantes da saudade e arrependimento que as atormenta. Porém, essas falas também são sempre cheias de amor e carinho, de esperança de sair em breve para poderem reencontrar os filhos e filhas. Sobre o aprisionamento feminino, é interessante o apontamento de Medeiros:

O encarceramento de mulheres contraria leis federais e regras internacionais, instaurando um estado de tortura permanente, violando-as para muito além do aprisionamento. Aqui podemos pensar a maternidade, seja de mulheres que tem filhos fora, seja de mulheres gestantes e lactantes dentro, como uma arma eficaz de tortura. É na binaridade do que se espera do papel social da mulher e do papel social do homem que estão arquitetadas as micro lógicas do encarceramento feminino, começando pelo fato de que as prisões são criteriosamente pensadas para o enclausuramento masculino. Os presídios femininos são projetos recentes, mais recente ainda são as instituições que possuem a UMI, Unidades Materno Infantis, das que possuem são poucas que tem condições salubres para abrigar mulheres com crianças. O atual modelamento dos crimes femininos tem relação direta com sua sexualidade, especificamente com o trabalho reprodutivo e maternidade. Num passado recente da história do encarceramento, a maternidade serviu como “domesticação” de mulheres desviantes, hoje, a sustentação da maternidade compulsória é o principal motivo que as leva ao envolvimento com o mercado ilícito das drogas. Devemos pensar que não houve uma inversão da relação entre maternidade e prisão e sim, uma adequação ao momento de cada período histórico. **Muito embora, devemos compreender que por detrás dos muros, as maternidades são instrumentalizadas para controlar e domesticar as presas, pois, através da ausência de seus filhos e sob ameaça de perdê-los pelos desvios cometidos, as mulheres se esforçam em seguir as regras estabelecidas e não somarem um agravante de pena às suas sentenças por mau comportamento. Concluímos, portanto, que o encarceramento feminino em massa está diretamente associado aos processos de maternidades marginalizadas e excluídas sócio economicamente, impulsionando o envolvimento de mulheres com o mercado das drogas, muitas vezes sendo o único recurso capaz de assegurar o sustento familiar (MEDEIROS, 2021, p.79-80, grifo meu).**

As torturas existentes em torno do gênero são incontáveis. Se formos pensar a fundo, é um sistema projetado para a contínua dominação e exploração das mulheres. Devido a divisão sexual do trabalho, as mulheres são historicamente empobrecidas. Com o abandono paterno, precisam se tornar chefes de suas famílias, dando conta do trabalho reprodutivo e de cuidado, bem como o assalariado, a fim de ter dinheiro para pôr comida na mesa. Não obstante, como sua força de trabalho é desvalorizada e mal paga, muitas vezes tem de recorrer a uma, duas, três jornadas laborais, o que mesmo assim pode não ser suficiente. Dai que acabem ingressando na economia criminal, que apesar de ilegal, ajuda a mulher a prover sua família. Mas mesmo na ilegalidade a divisão sexual do trabalho permanece, de modo que, por ocuparem os postos de serviço mais baixos, são também mais vulneráveis ao policiamento. Frequentemente, acabam presas logo no

começo da “carreira” e, dentro do cárcere, a maternidade vai continuar a ser usada como um instrumento de controle e exploração dessas mulheres.

Outrossim, cabe ressaltar que na prisão o gênero não vai afetar apenas as mulheres. Segundo Karollyne Nascimento, primeira mulher trans a trabalhar na Defensoria Pública do Paraná, a população trans é vista como um grande problema no cárcere, visto que esta é uma instituição binária. Assim, são jogadas em celas superlotadas, e, quando sofrem violência sexual, são deslegitimadas. Aqui no Paraná tem uma cadeia específica (Cadeia de Rio Branco do Sul) para mulheres trans, travestis e gays afeminados, o que é uma grande conquista. Nesse sentido, a defensora relatou o caso de um rapaz gay que foi para lá gravemente ferido, depois de ter sido violentado por horas seguidas por seus dezenove companheiros de cela. Sua saúde mental ficou altamente prejudicada. Segunda ela, casos como este são muito comuns (Karollyne, DCI - EEFDP, 2022).

Conforme Karollyne (DCI - EEFDP, 2022), em 2021, cerca de 801 mil pessoas estavam presas no Brasil e, devido a superlotação carcerária, a Organização das Nações Unidas (ONU) considera que a tortura é um problema estrutural no país. Ela ainda destacou que no relatório sobre a condição das prisões brasileiras, há relatos de que as celas estão lotadas e escuras, a comida vem estragada, há infestação de ratos, racionamento de água e presos contaminados por Covid-19 dividindo as células com os demais. Dados do Paraná informam que mais da metade das pessoas presas são brancas, o que seria impossível dado que, no Brasil, de cada três pessoas presas, duas são negras. Assim, ela questiona: “como a gente vai ressocializar pessoas que nunca foram socializadas? Que nunca tiveram acesso a espaços de lazer, saúde e educação? As mulheres trans, por exemplo, passam por uma série de abandonos, como o familiar, o escolar, o social, o desemprego estrutural” (Karollyne, DCI - EEFDP, 2022). Desse modo, ressalta como é de suma importância ocupar espaços como o da Defensoria Pública, tendo em conta que esta é a ponte com a sociedade civil para a disputa de demandas.

Segundo nos relatos de tortura, tem-se o das mães de pessoas privadas de liberdade, mulheres que lutam diariamente por justiça e condições dignas para seus filhos. Um comentário interessante foi o de Dona Miriam, que levantou a questão de sobre como fica o psicológico das mães, sabendo o que está acontecendo na cadeia com os filhos. Falou também sobre o perigo das retaliações, caso elas denunciem as violações (Dona Miriam, DCI - EEFDP, 2022).

Sobre essas violações, Márcia citou sua própria experiência no cárcere, relembrando os banhos gelados de manhã, as vezes em que o batalhão de choque as acordava com cachorro e cassete para fazer revista, a comida intragável e a truculência da SOI, batalhão que atualmente comanda as penitenciárias de Foz do Iguaçu e que usa spray de pimenta e bala de

borracha contra os internos. (Márcia, DCI - EEFD, 2022). Dito isso, Márcia se pergunta como é possível a ressocialização nesse estado?

Nesse sentido, ela ainda comentou sobre o cessamento dos direitos básicos de receber visitas e livros que aconteceram durante a pandemia. Devido ao risco de contaminação pela Covid-19, a visitação presencial foi interrompida. Dado que a troca de cartas também era problemática, isso criou um ambiente propício para a ampliação do controle e coerção das pessoas privadas de liberdade. Exemplo desse controle é que muitas vezes itens pessoais enviados por familiares, como livros, nunca chegam para os detidos (E - MT, 2022).

Quando perguntei a Márcia sobre o funcionamento da troca de cartas, ela foi enfática: raramente chega. Assim, várias vezes os familiares só ficam sabendo muito tempo depois que a pessoa foi transferida, que está doente ou morreu. Durante a pandemia, isso foi especialmente preocupante, já que não conseguiam ter notícias de como estavam as pessoas privadas de liberdade. Daí que tenha sido essencial a articulação de um coletivo de amigos e familiares aqui em Foz do Iguaçu e o apoio da Frente pelo Desencadeamento, que oferece orientação e auxílio jurídico em denúncias e processos.

Márcia: Nós não tínhamos contato, não tínhamos visita. Não chega carta, que carta no sistema só existe nas quando você chega lá e manda ela mesmo, [ou seja], só chega lá quando o preso manda também. Mas chegar a carta do preso para família? Não chega, não. Se chega, é uma vez por ano. Acho que durante a pandemia eu recebi duas cartas.

Layra: Por que será que não chega? Será que é alguma coisa que as pessoas escrevem?

Márcia: Não, porque todos os presos sabem mais ou menos o que podem escrever, e a família também. A gente escreve como que está a família, o que você está fazendo. Eu sou uma que escrevo mais é declaração de amor, eu sou romântica. O meu marido [escreve] mais desabafando, o que está acontecendo ali dentro, com ele, mas sempre cuidando das palavras que ele coloca. Eu entendo mais ou menos o que ele escreve, mas é sempre contando o que acontece lá dentro, como é o dia a dia dele, como ele está. Mas, no caso, ele jamais pode colocar numa carta que sofreu uma agressão, porque se ele colocar, essa carta não sai pra fora.

Layra: Não sai e pode ter retaliação né?

Márcia: Sempre tem né [risos] (E - MT, 2022).

Esse comentário só reforça quão violento é o sistema, pois a administração penal, além de não enviar ou entregar as cartas e de censurar dependendo do que foi escrito, ainda retalia caso haja denúncias ou coisas do tipo. O controle e a repressão são exercidos de inúmeras maneiras.

Em uma das oficinas na PEF - UP, ao questionarmos como funcionava a troca de cartas, as participantes reclamaram da demora, sendo que mesmo as que se correspondem com parentes aqui no Paraná, têm que aguardar uns 2 meses pela resposta. Fora isso, ressaltaram o fato

de que elas só têm o direito de escrever a cada 15 dias e não podem falar nada a respeito das condições ali dentro, pois se não são censuradas. Além disso, algumas das cartas que elas ou os familiares escrevem nunca chegam ao destino final, o que causa desconforto, pois suscita a pergunta: onde essas cartas foram parar? (DCC - OVP, 24/11/2021). Tal fato importa na medida em que, dentro do cárcere, as cartas têm quase o mesmo valor de uma visita, pois demonstram que alguém se importa e não as esqueceu. Em consequência disso, podemos considerar que esse descaso e censura acabam se tornando outro mecanismo de tortura.

Uma outra mãe de privado de liberdade, Dona Marlene, contou sobre vários tipos de tortura em relação ao seu filho e outros, como a tortura medicamentosa, a desatenção médica e a tortura intelectual. Esta acontece quando os presos não têm acesso à livros, e o direito a TV e ao rádio são facilmente cessados em vista de qualquer punição. Ademais, pontuou que a prisão não tem educação especial nem acessibilidade para cadeirantes ou pessoas adoecidas. Seu filho tem epilepsia e pegou tuberculose dentro da prisão, mas não recebeu atendimento médico. Não bastasse isso, os remédios de epilepsia que ela compra e envia não chegam até ele. Diante disso, ressaltou que há uma seletividade para morte (Dona Marlene, DCI - EEFD, 2022).

Vale ressaltar que essa tortura medicamentosa possui ainda uma outra dimensão, como já mostramos anteriormente, por meio de DAVIS (2018): trata-se da recomendação do uso de psicotrópicos, usados para gerar conformismo e docilidade entre as pessoas privadas de liberdade. Muitas das pessoas encarceradas fazem uso de diversos medicamentos receitados por psiquiatras do sistema prisional, ato que tem um propósito bastante cruel, como apontado por Alves:

Como se aprende a viver na prisão? Talvez o uso compulsivo (e cada vez mais indiscriminado) de medicamentos psicotrópicos seja uma expressão do controle sobre os pensamentos e as vontades das pessoas encarceradas, e seja um dos instrumentos mais utilizados para a convivência no interior do sistema. Esta é outra dimensão conhecida, mas pouco explorada pelas ciências sociais, que revela, contudo, os desdobramentos do Estado penal e seus impactos no que se poderia chamar de «poder macabro» do Estado em produzir terror corporal (corpos puníveis, vazios, assombrados, psicologicamente destruídos). Ele ocupa as entranhas, saqueia subjetividades, destrói corpos e ocupa a intimidade da vida (ALVES, 2017, p.115).

Não bastasse a gestão e controle do corpo, o Estado hoje vai além e estende seu poder de administração para a mente e às subjetividades, para o campo do pensar e do sentir. É uma administração da dor, uma maneira de fazer com que as pessoas se conformem com a realidade da prisão, isto é, tornem-se dóceis e de fácil manejo para o sistema. De forma bastante direta, podemos dizer que o papel do cárcere é este: produzir uma alienação do corpo e da mente, do ser e do saber. Na realidade, a medicação como forma de alívio da dor social provocada pelas inúmeras violências

que sofremos no cotidiano capitalista vem se tornando uma tendência em todos os âmbitos sociais. Um band-aid que só serve para disfarçar a ferida, mas não curar os males que a causam.

Para Fábio Pereira, a prisão está inserida na sociabilidade, não é algo a parte da sociedade. Desse modo, as pessoas estão presas por que elas tem uma classe, uma cor, moram em um determinado lugar. Nem todas cometeram crimes, até porque muitas que cometem não passam por esse lugar. Por conseguinte, argumentou que a prisão vai em direção a corpos específicos, pessoas que são passíveis de serem retiradas da sociedade. Ainda, que as cadeias não foram pensadas e construídas para as mulheres, mas são as mulheres que vão constituir a base do sistema, que vão dar suporte para as pessoas violentadas pelo sistema. Dessa maneira, pontuou: “precisamos pensar um novo tipo de sociabilidade que desenvolva as pessoas plenamente para que elas não se desviem do eixo e cometam crimes. Ninguém nasce criminoso, essa é uma construção social, ou seja, não existe predisposição biológica nem social para o crime” (Fábio, DCI - EEFD, 2022).

A partir desses elementos, afirmou que nos próximos anos deve-se exigir o retorno do mecanismo de combate a tortura no Brasil e que os familiares e os egressos do sistema sejam colocados como peritos, porque são essas pessoas que conhecem intimamente o cárcere e suas violações. São eles que têm a prática vivenciada. Reforçou também a importância da produção de conhecimento coletivo e político nos espaços, pois isso pode fazer a diferença na vida das pessoas.

O trabalho que vocês fazem aqui fora é muito importante para fortalecer as pessoas que estão dentro, para elas saberem que alguém se importa. É muito importante que existam iniciativas coletivas para os familiares apoiarem mutuamente, isto é, espaços coletivos de troca de afeto, onde as pessoas possam chorar juntas, para não carregarem suas dores sozinhas. A gente está cansado de existir e resistir, a gente quer viver. A ideia que estamos trocando aqui hoje não é sobre a prisão, mas sobre a liberdade. Temos que conhecer e entender o passado para projetar o futuro (Fábio, DCI - EEFD, 2022).

No sentido de pensar a mudança, Renato Freitas (ex-vereador de Curitiba) falou sobre a necessidade de colocar o ministério público e os juízes no banco dos réus e os levar a júri popular por tortura e covardia, devido ao fato de apoiarem um sistema que é injusto e desigual. Ressaltou também a importância de lutar pelos direitos políticos dos presos, como o direito ao sufrágio, e pelo fim da multa condenatória, pois muitas pessoas, além de ficarem presas por anos, têm que pagar uma multa quando saem da prisão. E, visto que muitos não têm condição de pagá-la, ficam com o nome sujo e não podem votar. Esse é o mecanismo pensado para manter as pessoas pobres, negras e mulheres sem direitos políticos (Renato, DCI - EEFD, 2022).

Posto isso, temos que a dimensão de tortura subjetiva no cárcere também se faz em

um sentido político, isto é, de cessamento dos direitos políticos. Assim, muito além da privação material e dos afetos, da tortura do corpo e da mente, ela envolve também a destuição da voz política das pessoas que estão privadas de liberdade e, em muitos casos, daquelas que estão “livres”. Assim, as reivindicações básicas desses sujeitos caem em ouvidos surdos ou são silenciadas. O preso não tem direito de falar ou, quando tem, quando *se faz* ouvir (por meio de rebeliões, denúncias escondidas) é punido por isso.

Todo o sistema penal é pensado de forma a controlar e punir certos indivíduos, os ditos corpos matáveis. São aqueles e aquelas passíveis de serem retirados da sociedade, os indesejáveis, os que “incomodam demais”, que só servem enquanto corpo produtivo e reprodutivo, não enquanto corpo político e social. Como dito antes, a polícia e a prisão são meios de garantir a alienação total do ser e do saber, de garantir que a categorização e hierarquização social continue a existir e, com elas, a dominação e exploração dos corpos pobres, negros e femininos.

4 HORIZONTES DE LUTA

O projeto radical é anticapitalista, anti-patriarcal, anti-racial e abolicionista penal e policial. A revolução muda a lógica de se relacionar, de vigiar e punir; cria diálogo e acompanhamento.

Na revolução, não se entende mais a mulher como corpo disponível, mas como companheira de luta, uma igual. Na sociedade patriarcal, o homem tem a tranquilidade de violar e assassinar as mulheres porque sabe que não vai ser punido, já que está no seu “direito natural”. As pessoas são fruto do seu tempo histórico e da realidade concreta das relações determinadas.

(Giselle, DCI - OAAJ, 2021).

Ao longo deste escrito, abordamos desde as problemáticas que marcam o cárcere até as relações que são travadas a partir dele. Muitos dos problemas apresentados nessa discussão já guardam neles mesmos sua resolução. No entanto, precisamos pensar também, enquanto sociedade, horizontes de lutas mais amplos, que visem outras formas de sociabilidade e, desse modo, a transformação do paradigma punitivista. Um mundo sem prisões deve constituir nosso horizonte de luta. Assim, neste item, dedico-me a sintetizar algumas das soluções que apareceram no campo, organizadas em dois itens.

No primeiro, de forma pontual, listo propostas que podem ser colocadas em prática a fim de reduzir a população carcerária e minimizar os efeitos do encarceramento. Desse modo, são propostas de redução de danos. Essa lista resulta do acúmulo de ideias que vêm da discussão com os participantes durante as oficinas de leitura, das entrevistas e dos eventos da frente.

Já no segundo item, reuni quatro casos a fim de exemplificar a importância de uma perspectiva radical de transformação. Os dois primeiros, Mulheres frente a repressão policial: crimes de maio e Comunidade frente a repressão policial: Teologia da libertação e Dom Pedro Casaldáliga, surgiram da fala de Lucas durante a entrevista, enquanto os dois seguintes, Defesa do povo e território: mulheres de Cherán, México e Defesa do povo e território: mulheres curdas, apareceram na fala de Giselle Florença durante o evento “Abolição e alternativas de justiça”. Inclusive, a ideia de organizar essas soluções também surgiu a partir de uma fala dela:

Sobre as propostas de redução de danos e a revolução: as primeiras se referem ao legislativo, a ideia de mudar as leis, em ir nas prisões e estar nas comunidades dialogando; já a segunda tem um cunho radical e se fundamenta na mudança total. É preciso ter a tranquilidade de saber que a gente quer uma luta abolicionista radical (Giselle, DCI - OAAJ, 2021).

Essa organização é feita devido à ordem teórica-metodológica, em outras palavras, a fim de facilitar a organização das ideias e propostas. Contudo, importa ressaltar que as medidas de redução de danos não devem ser encaradas como separadas do horizonte radical de transformação. Isso porque elas são temporárias, para minimizar os sofrimentos impostos às comunidades e pessoas privadas de liberdade. Não obstante, para que o paradigma punitivista seja transformado, é preciso passar por uma mudança radical nas formas de relacionar e nas estruturas da organização social.

Destarte, se na compreensão da realidade partimos das categorias mais visíveis e fáceis de serem apreendidas, até aquelas menos aparentes, nas reflexões em torno da mudança, a prática deve ser a mesma. Assim, o objetivo do método se cumpre em sua totalidade, isto é, nos movimentos de apreensão e transformação da realidade. Por conseguinte, discutir primeiro práticas para reduzir os danos provocados pelo sistema penal e, em seguida, o abolicionismo penal e policial põe em relevo o método marxiano, a dialética da existência e resistência.

Em vista disso, num sistema que é sustentado pelas estruturas de classe, gênero e raça e que, portanto, fundamenta-se na exploração e opressão dos pobres, mulheres e negros, não pode haver uma justiça que seja verdadeiramente justa e igualitária. Isso porque, em sua base, o sistema já é injusto e desigual. A polícia é a face coercitiva do Estado, este que condensa em si a luta e a desigualdade de classes, de maneira que representa os interesses da classe dominante. Por conseguinte, a polícia serve para proteger esses interesses, materializados na propriedade privada, seja esta da vida ou de bens materiais. E se os pobres, mulheres e negros são os explorados e oprimidos, fica fácil saber quem constitui o outro lado da moeda: ricos, homens e brancos.

Quando perguntei ao Lucas se, na sua perspectiva, existia uma relação entre a polícia e a prisão, a resposta foi um sim contundente (E - LD, 2022). A pergunta foi feita para abrir espaço a uma outra, qual seja, como o abolicionismo penal e policial se entrelaçam. Nessa medida, segue o trecho da sua fala onde destaca como essas duas esferas se relacionam.

A relação [entre polícia e prisão] é total né, quer dizer, se a gente pensar todo o sistema de justiça na linguagem das políticas públicas, a polícia é o “profissional da ponta”, que dizem, é o agente da ponta. Então, é ali que começa o encarceramento, quer dizer, a sociologia, ela... a criminologia crítica diz que a primeira seleção começa na polícia, quer dizer, então tem um grupo de pessoas para o policial selecionar algumas como suspeitos, como possíveis criminosos e [dar] o enquadro. Achando ou não achando o fato, ele pode encaminhar para a delegacia, lavrar um B.O. e começar um inquérito e mobilizar toda essa rede, que é uma rede de morte né. Alguém pode argumentar sua lógica, seu funcionamento do Estado, mas é uma rede de morte. Então, a polícia é o principal agente do encarceramento, começa tudo com eles, seja a polícia militar nas abordagens, seja com a polícia civil no inquérito, na apuração e tal. Até porque a palavra de um PM fardado vale ouro.

Para o tribunal, ele é uma testemunha qualificada, muitas vezes é a única testemunha de um processo, então...

[...] a polícia é um braço armado do estado, que não sei se o estado tem muito controle sobre as polícias, ou se as polícias controlam o estado. Esse, talvez, é o “x” da questão do cenário político. E aí, pensando toda a máquina, então, desde o policial que prende ao juiz que dá a decisão final, é a mesma máquina de moer gente, de moer pobre. Por isso que pensar o abolicionismo penal também acompanha pensar a abolição das polícias, pensar a abolição desse inquérito, pensar o jeito que a gente resolve os nossos conflitos, não tem como. Quer dizer, não tem como pensar a abolição das prisões sem pensar a abolição das polícias, porque eles são o principal agente de encarceramento, é os caras que selecionam quem vai pra cadeia e a justiça faz o que ela tem que fazer né, que é condenar.

A gente tem que repensar esses grupos, que são para a nossa segurança, [mas] que não segura nada né, que é isso e...para nós, que estamos nessa brisa, nessa luta, para nós parece também muito nítido isso, quer dizer, se a gente começar a resolver nossos conflitos, para que polícia? Porque muitas vezes a polícia é o seu pai que você não tem autoridade para resolver os seus contra... “pai, fulano me bateu”, sabe, é isso. Uma galera do Rio de Janeiro fez uma pesquisa com a baixada fluminense, uma pesquisa bem ... não tinha nenhum desenvolvimento, só queriam saber a opinião das pessoas com quem eles convivem na baixada fluminense, qual que é a experiência das pessoas com a polícia. Pô, mais da metade, muito mais da metade têm experiências negativas. A polícia não entrega aquilo que ela promete, quer dizer, você vai lavrar um B.O., você é maltratado, você é tirado como réu naquele processo, não é a vítima. O B.O da vítima não existe né, então se a gente tem uma estrutura que a gente paga, a gente paga para essas coisas existirem, pelos impostos, pelo estado e essas pessoas, esses indivíduos, essas estruturas, essa instituição te entregam um serviço lixo, [e] para quê? (E - LD, 2022).

Na fala de Lucas aparecem elementos que discutimos anteriormente. Exemplo disso é a questão da seletividade policial. Quando cita o perfil “suspeito”, aquele perfil que por qualquer motivo pode levar um enquadro, sabemos a quem ele se refere: são os jovens negros e pobres da periferia. Por sua raça, classe e gênero, tornam-se alvos da rede de morte, como Lucas bem denominou. Ademais, quando esse jovem é preso e o policial é a única testemunha, isso apenas reforça como o aparelho penal é desigual e injusto. Não à toa nos últimos anos temos visto diversos casos onde a polícia prende e assassina pessoas com esse perfil e não recebem um julgamento justo, no qual as pessoas e comunidade lesadas estejam presentes. Pelo contrário, muitas vezes são crimes apurados pela própria corporação, não havendo condições mínimas que garantam que a lei seja cumprida.

Por consequência, é como Lucas argumenta, as polícias não servem a população, não a protege, pelo menos a maioria. Ela é o braço armado do Estado e, muitas vezes, confunde-se com este. E sabemos a quem o Estado representa: um grupo seletivo e privilegiado, composto majoritariamente por homens, ricos e brancos. Sendo assim, se você não pertence a esse grupo, caso precise registrar uma ocorrência junto a polícia, certamente passará pelo processo que Lucas descreveu, recebendo um serviço ruim e sendo maltratado.

A pergunta final de Lucas, o “para quê”, é o grande X da questão. Devemos nos questionar o porquê de pagarmos por uma máquina de prender e moer gente, um sistema prisional cada vez maior e mais caro, que rouba mais e mais do orçamento público. As verbas despendidas para a manutenção e ampliação do complexo prisional existente no país poderiam estar sendo usadas em investimentos na educação, saúde, cultura, esporte e lazer, entre tantas outras coisas. Ainda mais porque esse sistema penal e policial não representa nem protege a maioria de nós. Desse modo, o fim desse modelo de punição deve ser almejado, tanto por uma questão de humanidade, de defesa da vida, quanto por uma questão social e econômica.

Dessa maneira, segue nos próximos itens elementos para pensar uma luta abolicionista e radical. Dado que o campo trouxe várias informações e debates críticos, em alguns pontos optei por manter longas citações, pois acredito que são essenciais para a discussão. Além disso, como foram depoimentos trazidos por pessoas que estão na luta, podem abordar o tema com muito mais precisão do que eu poderia.

4.1 REDUÇÃO DE DANOS

Neste item estão reunidas as propostas de redução de danos que apareceram no campo. Listei os elementos com o objetivo de mostrar que as pessoas privadas de liberdade, egressos, familiares e militantes pela causa, por serem os mais diretamente afetados pelo encarceramento, são justamente os que mais podem contribuir para pensar maneiras de atenuar os sofrimentos que vivenciam nesse espaço e fora dele. A maioria privilegiada que compõe o judiciário e o legislativo nunca foram aprisionados (e provavelmente nunca serão, pois sabemos que mesmo os mais corruptos dificilmente são ou ficam presos), de modo que pouco precisam se preocupar com a violação dos direitos humanos no qual se baseia o cárcere.

Não precisam se preocupar se o preso está efetivamente tendo acesso a oportunidades de educação e trabalho; se recebe alimentação de qualidade ou acomodações dignas; se os familiares tem acesso a visitação e informações; se as pessoas privadas de liberdade estão sofrendo tortura ou não, entre tantas outras coisas. Assim, na sequência seguem medidas que reuni ao longo desses anos que estive envolvida com o cárcere. Algumas resultam de reflexões em torno das falas dos participantes das oficinas, outras dos eventos da Frente pelo Desencarceramento que participei, ouvindo militantes pelo abolicionismo penal, pessoas que conhecem intimamente a realidade do cárcere e que, portanto, tem muita coisa importante a dizer.

Justamente por ser uma lista onde se condensam ideias advindas de vários encontros e atividades, não pude precisar a origem de cada um. No entanto, todos eles resultam das discussões e práticas que permearam e orientaram a construção deste texto, logo, poderia remeter sua origem àquela lista do corpus de pesquisa presente na introdução. No mais, ressalto que essas propostas vão no sentido de buscar garantir o mínimo de dignidade e preservação dos direitos humanos na prisão.

1. Aumento da oferta de projetos educativos, culturais e esportivos, para que uma qualidade de vida mínima seja garantida dentro da prisão, evitando que as pessoas privadas de liberdade desenvolvam ou sofram agravamento de enfermidades psíquicas e/ou físicas.
2. Mais oportunidades de trabalho com salário mínimo e direitos trabalhistas, para que tenham dinheiro para suprir suas necessidades materiais (pois infelizmente o Estado, na maioria das vezes, não supre sequer as necessidades básicas) e para que tenham condições objetivas de buscar um futuro diferente quando alcançarem a liberdade.
3. Volta do mecanismo de combate a tortura, que deverá contar como a participação ativa de egressos do sistema e familiares de privados de liberdade, pois são essas pessoas que melhor conhecem a realidade do cárcere e as violações que nele acontece.
4. Fim da tortura objetiva (corporal, alimentícia, medicamentosa) e subjetiva (psicológica, intelectual e afetiva).
5. Emprego de mais profissionais para acompanhamento psicológico.
6. Maior atenção às especificidades do encarceramento feminino, como disponibilização de maiores quantidades de papel higiênico, absorventes, remédio para dor, bem como chuveiros elétricos e cobertores, a fim de minimizar a cólica menstrual. Na maternidade, garantir acompanhamento pré-natal, cuidados com a mãe e o bebê e separação não abrupta após o fim do período de lactação.
7. Garantia da aplicação do indulto específico para mulheres presas⁹.
8. Especificação, na Lei de Drogas, da quantia que diferencia o permitido para consumo e o tráfico, a fim de reduzir a superlotação nos presídios do país.
9. Direitos políticos e sufrágio para as pessoas privadas de liberdade.
10. Mudança do sistema punitivista, que, ao invés de generalizar uma pena de privação de liberdade para todos os agressores, deve passar a focar na vítima. Isso deve ser feito a partir

⁹ Para saber quais os requisitos nos quais as pessoas devem se enquadrar para conseguir o indulto, consulte o “Guia rápido sobre o indulto para mulheres presas”, organizado pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. Disponível em: <<https://itc.org.br/guia-rapido-sobre-indulto-para-mulheres-presas/>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

do diálogo com ela e com a comunidade atingida, focando na reparação daqueles que foram vitimados.

11. Articulação dos familiares, entidades militantes, universidade e apoiadores dos direitos humanos em coletivos, como a própria frente pelo desencarceramento. O objetivo é que tenham um maior alcance político e social, e, por meio disso, capacidade de fazer reivindicações frente ao sistema.
12. Mais investimento em projetos socioeducativos e culturais que ampliem a perspectiva de futuro dos jovens, principalmente aqueles que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As crianças e os jovens são os mais atingidos pela pobreza em nosso país.
13. Presença dos coletivos e da Frente pelo desencarceramento nas comunidades, promovendo um diálogo crítico com a população, a fim de gerar conscientização política sobre as estruturas sociais e o funcionamento do sistema penal. Esse diálogo é fundamental para construção de um conhecimento engajado na transformação da realidade.
14. Fim da criminalização da pobreza, da raça e do gênero, que tem gerado um encarceramento em massa da população pobre, negra e feminina.

Tais medidas servem para reduzir a população carcerária e reduzir o sofrimento daqueles que estão privados de liberdade. Evidentemente, haveria muitas outras coisas possíveis de se fazer, e as melhores pessoas para indicá-las são os egressos e familiares. Apesar disso, com vistas à minimização dos efeitos do sistema penal, essa já é uma lista de peso, resultante do entrecruzamento das falas dos diversos indivíduos que escutei nesses anos. No mais, há um trecho da entrevista com a Raissa Melo que é essencial para lembrar a gente da importância das pequenas coisas, de todos os gestos e práticas que compõem o cotidiano social, mas que são impedidas no cárcere.

Eu queria falar que a comida é muito ruim, que a comida fede. No Paraná [a comida] é terceirizada, então vem marmitas e não tem tempo de refrigerar, fica verde. O arroz verde de Piraquara é um rito de passagem, inclusive, as pessoas batem palma para você engolir o arroz verde pela primeira vez. Não sei quanto é necessário, quanto é horrível, mas a gente pode comparar com os ritos de vestibular [risos]. E eu queria dizer que, assim, tem pequenas lutas que a gente precisa encantar, porque você falou muito de educação, de mudanças muito grandes, mas, assim, aí gente, a gente precisa deixar entrar um chocolatinho lá dentro, porque hoje você tem que colocar num plástico transparente, é calor, gruda tudo, aí vem tudo derretido, você não come. Tem que deixar entrar o chocolatinho. Essas pequenas modificações são importantes.

Deixa eu ver... cara, eu sei que é difícil, tem todo o rolê de segurança, mas assim, os lugares não tem espelho, Piraquara não tinha espelho, [então] você vai perdendo autoimagem, sabe, você quer se ver.

[Outra questão é] a infantilização das mulheres: às vezes vinha umas pessoas fazer recorta e cola com a gente, mas não no sentido de colagem, de expressão, [e sim] no sentido infantilizado, sabe? Os próprios guardas, as próprias pessoas religiosas às vezes vão achando que é uma grande creche. Não, a gente tem história, tem um monte de coisa.

[Quanto] às famílias também, [importante] ter o cuidado de não julgar, de cuidar das filas que são imensas, que são cansativas. Tem gente que chega às 3 da manhã. As pessoas têm tanto medo que sai uma fila lá de Piraquara, a feminina tem uma fila de mais de 500 pessoas, e não tem uma pessoa vendendo água, porque não quer vender água para família de preso. Depende de igreja, depende de ONG. Não tem nem comércio, porque essas pessoas, [isto é], familiar de preso, não merece nem um comércio em volta, porque nem o dinheiro dessas pessoas é digno. É do tipo, “ah, teu familiar está preso, está fodi.., vai continuar lá preso, fodi..e você vai ficar na fila sem água”.

E cara, lembrar que as mulheres encarceradas são plurais, tem gente de tudo quanto é cor, tudo quanto é país lá. Também rola umas misturas assim, religiões, etc. Ai, quando for fazer trabalho acadêmico, lembrar que [presa] não é objeto de estudo.

O que mais...Dá um rolê com a galera de tornozeleira, é importante, é uma coisa que eu gostei muito na PUC, era muito importante pra mim. E fui muito bem alimentada, sabe? Fui mesmo. Você olhava assim, “ai, vamos fazer uma entrevista?”, “vamos”, “vamos na cantina?”. Leva as presas na cantina gente, paga as coisas, leva para tomar um banho com dignidade, leva no salão, **lembra elas que elas são humanas, porque lá fazem de tudo para a gente esquecer** (E - RM, 2022).

No comentário de Raissa estão contidas tantas medidas que caberia uma lista só desse trecho. Com isso, fica óbvio que há coisas para mudar no sistema prisional e sugestões para isso não faltam, o que falta é interesse público de ouvir essas medidas e colocá-las em prática. No mais, esse trecho fica de reflexão para todas/es aquelas/es que trabalham com o cárcere e buscam ideias para amenizar a dor do dia-a-dia das pessoas privadas de liberdade: levar um chocalatinho é bom ponto de partida.

Ademais, no próximo item, abordo casos que também vim a conhecer por meio desses indivíduos. A diferença é que nesses, os atores sociais efetivaram mudanças dotadas de uma maior radicalidade.

4.2 ABOLICIONISMO PENAL E POLICIAL

Eu tive experiências de encontrar agentes penitenciárias, depois que eu saí, e elas vir conversar comigo, me abraçar, por quê? Elas nunca me favoreceram em nada, só que elas também nunca foram ruins. Elas nunca faltaram com educação com a minha família no dia da visita. Tem algumas que eu encontro que o prazer delas era mandar nós para a tranca, dá um jeito de chamar choque para vir pra cima das meninas. E hoje você encontra elas, se elas ver que você é uma ex-presidiária, elas

saem correndo praticamente, [porque] elas têm medo, porque elas sabem, elas sabem o que elas fizeram lá dentro.

(Márcia Tillmann, E - MT, 2022)

No campo, algumas vezes foram lembrados casos de rebeldia popular contra o sistema. Desse modo, como alguns foram citados apenas de passagem, busquei aprofundar as considerações sobre como se desenvolveram. No entanto, no subitem que discute a teologia da liberdade, fiz a escolha de manter em relevo a fala do Lucas, visto que ele estuda e integra essa corrente, de modo que traz um interessante aporte a respeito. Ademais, se os dois primeiros itens se relacionam mais diretamente ao cárcere, os dois últimos não guardam uma ligação tão perceptível, pelo menos à primeira vista.

Entretanto, cabe notar que quando investigamos mais a fundo, é possível descobrir essa relação, como no caso Mexicano, onde o narcotráfico na década de 1980 deixou de ter uma relação de equilíbrio com a comunidade, passando a uma de violência e extorsão. Tal fato, como veremos, liga-se à guerra às drogas iniciada nos EUA, que se dentro do país significou a construção de um complexo industrial-prisional e encarceramento em massa, como apontado por Davis (2018), fora dele se consolidou por meio de uma política intervencionista nos países latino-americanos.

Ainda, esses dois últimos casos foram abordados buscando apresentar exemplos de povos que pegaram em armas para defenderem suas vidas e seus territórios. São casos em que a polícia e o Estado, ou eram incapazes de garantir sua segurança ou eram eles mesmos a fonte de ameaça das pessoas, como ocorre tantas vezes. Polícia e prisão, como mostrado tantas vezes ao longo deste trabalho, são instituições indissociáveis, pois é a polícia é o braço armado do Estado, é quem seleciona, prende e violenta grupos específicos de pessoas. Por consequência, pensar a abolição penal é pensar também a abolição policial.

Como evidenciam as redes de proteção do povo e do território criados em Cherán, no México, e em Rojava, no Curdistão, não se trata de criar mais exércitos, mais polícias ou mais prisões, senão uma rede de autodefesa criada *por* e *para* a população. Assim, estes e os demais exemplos servem para mostrar que uma luta radical e libertadora é possível.

4.2.1 Mulheres frente a repressão policial: crimes de maio

Entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, na cidade de São Paulo, centenas de pessoas foram assassinadas, no episódio que ficou conhecido como Crimes de Maio. Em reportagem da Agência Brasil, Cruz aponta que tudo começou quando 765 presos foram

transferidos para uma unidade de segurança máxima no interior do estado, pois havia a possibilidade de rebeliões no dia das mães. Na realocação, estava Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, considerado o líder do Primeiro Comando da Capital (PCC). Devido a isso, nos dias que se seguiram, aconteceram rebeliões em diversas prisões do estado. Além disso, também aconteceram ataques fora das prisões, tendo como alvo policiais, agentes penitenciários, delegacias, prédios públicos, entre outros (CRUZ, 2016, online).

Fora a transferência, a corrupção no sistema carcerário e o descaso do Estado penal também estavam entre os motivos da revolta. Nas prisões, os rebelados colocaram faixas com os dizeres “contra a opressão”, “paz, justiça e liberdade”. Em contrapartida, a resposta do governo e da polícia foi extremamente dura, de maneira que em 8 dias mais pessoas do que 21 anos de ditadura militar. Conforme dados da Secretaria de Direitos Humanos, na reportagem de Brito, a contagem final de mortos foi de 59 agentes de segurança pública e 505 civis. Destes, 96% eram homens, 94% sem antecedentes criminais, 63% com idade até 25 anos e 50% negros ou pardos. Como 60% morreram com tiros na cabeça e 50% com mais de 3 tiros, considera-se que se trataram de execuções sumárias.

Um dos casos narrados na reportagem choca: Ana Paula Santos, grávida de 9 meses, saiu para comprar comida com o namorado. No caminho, os dois foram assassinados por homens encapuzados. Ela levou 5 tiros, inclusive na barriga, e o bebê, cujo nascimento seria no dia seguinte, morreu antes de sequer ver o mundo. Em 2009, depois de denunciar que os autores do crime eram policiais, a mãe de Ana Paula foi presa acusada de ser traficante. Vera Lucia dos Santos passou 3 anos e 3 meses presa e, assim que saiu, voltou à luta.

Segundo Brito, à época da reportagem (2016), apenas um agente público tinha sido condenado, mas respondia em liberdade e continuava a atuar como policial militar. Em razão do descaso da justiça em condenar os responsáveis pelas centenas de mortes e a indiferença da sociedade, surgiu o movimento Mães de Maio, formado principalmente por familiares das vítimas, mas que conta também com militantes e outras pessoas interessadas pela causa. Em sua maioria mulheres, elas lutam não só pela responsabilização dos crimes cometidos contra seus filhos, mas pelo genocídio diário levado a cabo pelo Estado Brasileiro, que se dá principalmente contra jovens negros e periféricos (BRITO, 2016, online).

Nesse sentido, em novembro de 2013, em audiência convocada pelas Mães de Maio com o Governo Federal, movimentos e organizados de enfrentamento ao Estado penal apresentaram uma agenda pelo desencarceramento, cujo objetivo era exigir um programa que apontasse metas claras para a redução imediata e drástica da população prisional, bem como a desmilitarização da polícia, da política e da vida (Pastoral Carcerária, s.a, online). Nos anos

seguintes aconteceram Encontros Nacionais pelo Desencarceramento que vieram reforçar essa exigência, que conta com o apoio de cada vez mais organizações e entidades. Em um livreto intitulado “Agenda Nacional pelo Desencarceramento, 2016-2017”, estão reunidos e explicados os 10 pontos propostos pela agenda. São eles:

1. Suspensão de qualquer verba voltada para a construção de novas unidades prisionais ou de internação;
2. Exigência de redução massiva da população prisional e das violências produzidas pela prisão;
3. Alterações Legislativas para a máxima limitação da aplicação de prisões preventivas;
4. Contra a criminalização do uso e do comércio de drogas;
5. Redução máxima do sistema penal e retomada da autonomia comunitária para a resolução não-violenta de conflitos;
6. Ampliação das Garantias da Lei de Execução Penal (LEP);
7. Ainda no âmbito da LEP: abertura do cárcere e criação de mecanismos de controle popular;
8. Proibição da privatização do sistema prisional;
9. Prevenção e Combate à Tortura;
10. Desmilitarização das polícias e da sociedade.

Nesses encontros, as entidades que participam percebem a necessidade de se organizar nos territórios, articulando-se localmente com as comunidades. Desse modo, em vários estados do país têm sido criadas as chamadas Frentes pelo desencarceramento. A do estado do Paraná surgiu recentemente, durante a pandemia. Sobre isso, Lucas aponta:

Bom, a frente do Paraná é uma construção recente. Acho que talvez para falar da frente, a gente precisa falar da Agenda Nacional pelo desencarceramento, que já é uma articulação que pelo menos desde 2013 vem acontecendo a partir da Pastoral carcerária e de movimentos como As mães de Maio né, quer dizer, como enfrentar esses sistema perverso que mata nossos filhos, nossos irmãos e nosso amigos. E é muito interessante porque a agenda não tem uma análise, é só uma experiência concreta. Acho que é a principal alternativa que percebe a complexidade do encarceramento, sabe, a gente não fala só "ah, precisa ter educação". Não, a gente diagnóstica, a gente tem um diagnóstico que a prisão é um mal inútil né, um sofrimento inútil para as pessoas. A gente pensa que pelo menos 10 pontos, 10 ações que poderiam mitigar esse sofrimento e quem sabe estrangulá-la, cessar... Então, a partir da agenda, as organizações que compunham a agenda começam a perceber que é importante também se organizar nos territórios, nos estados, nas cidades, nos bairros onde elas atuam. Então surgem as frentes pelos desencarceramento, a primeira no Rio de Janeiro, depois São Paulo, Minas. Por ser uma construção de frente, várias organizações que já atuam com os direitos humanos vão se alinhando e somando forças e cada uma com a sua contribuição: a universidade, a defensoria, os movimentos de igreja, as pastorais, os movimentos de familiares e pessoas presas e aí vão unindo forças. A do Paraná, concretamente, começa...é interessante, por que sempre pode dizer que houve alguma coisa boa na pandemia? Não sei, mas a única coisa que a gente conseguiu construir foi a Frente pelo Desencarceramento. E é interessante também pensar que foi construída a

partir dos familiares, não foi uma coisa que a pastoral carcerária trouxe, uma nova ideia... Não, os familiares, tendo o impedimento de acessar o sistema, como o Fábio falou pela manhã, sem saber informação, eles viram que é preciso se organizar de uma forma para obter. E a pastoral, como é próprio da nossa atividade, de apoio às organizações populares, a gente colou junto e falou "oh, nos outros estados estão construindo isso". E aí várias pessoas começaram a colar com a gente. Acho que a gente lançou a agenda num dia simbólico, 2 de Outubro de 2020, dia que marca o massacre do Carandiru, onde pelo menos 111 pessoas foram mortas pelo estado. Então, dali a gente começou a nossa articulação, nossa ação, primeiro em Curitiba, bem assim sem saber para onde ir, às vezes com um pensamento um pouco despolitizado, mas aos poucos a gente foi conseguindo criar esse caldo de perceber... E se me perguntar qual que é o maior ganho: sobretudo, o protagonismo dos familiares, em elaborar denúncias e também em dialogar com as autoridade. Uma coisa que a gente tenta criar é isso, ninguém representa ninguém, assim, nesse espaço. Cada coletivo precisa se organizar para explicar suas demandas e exigir que coisas sejam feitas, porque as coisas não estão acontecendo (E - LD, 2022).

A história do sistema carcerário brasileiro é marcada por violações, seja o massacre do Carandiru, como citado por Lucas, seja os Crimes de Maio, assim como muitos outros que não foram citados. Desse modo, as violações dos direitos humanos, a corrupção e a incapacidade do Estado Penal criaram uma ambiente propício para o surgimento e consolidação das facções, que atualmente constituem uma organização paralela ao Estado. No contexto de 2006, a ação truculenta do governo e polícias, além de vitimar centenas de pessoas, serviu para o PCC mudar de estratégia socioeconômica (pois teve muita perda em vidas, dinheiro e armas) e espalhar sua rede por todo o Brasil, bem como países vizinhos.

Ademais, os responsáveis por esses crimes ainda não foram responsabilizados, gerando um sofrimento duplo para aqueles que perderam seus familiares. Assim, percebemos que o Estado e a polícia não servem às comunidades, pois suas ações se reservam a defesa da propriedade privada e da vida de grupos específicos. A justiça, nesse e em tantos outros casos, não foi feita. Em vista disso, a criação da agenda e da Frente pelo Desencarceramento constituem um marco muito importante da organização da sociedade civil, pois significa que as pessoas estão cansadas de um sistema que militariza e elimina a vida utilizando a paz e a justiça como justificativas, mas que, na realidade, gera morte e sofrimento. Cabe ao governo federal ouvir essas demandas que já são feitas a anos, a fim de proporcionar um sistema de justiça que parta *da* sociedade, que seja feita *por* e *para* ela, não contra.

4.2.2 Comunidade frente a repressão policial: Teologia da libertação e Dom Pedro Casaldáliga

A discussão sobre a teologia da libertação e a rebeldia dos povos, necessária para

mudar o sistema, são temas que aparecem na fala de Lucas. Segundo Camilo (2011), a teologia da libertação foi um movimento que surgiu dentro da Igreja Católica Brasileira, na década de 1960, reunindo eclesiásticos que estavam profundamente interessados na questão social brasileira. Naquela época, muitos religiosos estavam envolvidos na luta pela população pobre, denunciando a fome, o desemprego e a repressão militar. Justamente por esse ativismo, passaram a ser perseguidos pela ditadura, além de serem criticados pela ala conservadora da Igreja.

Todavia, a perseguição apenas serviu para fortalecer o movimento, de modo que em 1968, com a Conferência de Medellín (II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano) a teologia sistematizou uma diretriz básica, qual seja, a opção preferencial pelos pobres. Entre os outros pilares do movimento, estão a releitura da bíblia, a crítica ao capitalismo dependente e a solidariedade com a luta de auto-libertação das pessoas empobrecidas (CAMILO, 2011, p.3).

Por sua vez, Dom Pedro Casaldáliga era um padre catalão que foi designado para atuar na região do Mato Grosso, mais especificamente, em São Félix do Araguaia. Chegou nessa região em 1968 e desde então atuou continuamente contra a exploração dos trabalhadores, indígenas e ribeirinhos. Lutava pelo fim do trabalho escravo nas fazendas, pela demarcação de terras indígenas e pelo fim da violência contra os pobres. Em razão disso, foi fortemente perseguido por fazendeiros locais, católicos conservadores e militares (ALTEMEYER JR., 2021, online)

Casaldáliga faleceu em agosto de 2020, em virtude de problemas de saúde. Sua morte causou grande comoção no país, sendo que será sempre lembrado como um importante defensor dos povos indígenas e de comunidades tradicionais. Foi enterrado às margens do Araguaia. Mesmo com diversas ameaças a sua vida, Casaldáliga nunca abandonou as causas que acreditava e às quais dedicou sua vida. Um exemplo da repressão que o padre sofreu é o caso que Lucas Duarte cita, episódio que acabou resultando na morte de uma pessoa. Segue o trecho onde aparece esse tema, entre outras coisas:

Eu costumo dizer que a teoria da libertação tem a máxima de opção preferencial pelos pobres, né. Eu tenho pensado um pouco na opção preferencial pela rebeldia sabe, dos pobres, que às vezes os estudiosos, os agentes [da] pastoral, ou até quando a gente alcança um cargo de relevância na sociedade civil, a gente se coloca como mediador dos conflitos. Então as famílias estão indignadas, [e a gente] fala "não, calma, vamos fazer...". E a gente nunca pede calma para o ministério público, nunca pede calma para polícia né. Para os familiares, a gente pede calma e aí isso pra mim já não dá mais. [A gente] Começou a optar pela rebeldia deles, em entendê-los, entendê-la e fazer emergir uma coisa nova dessa rebeldia sabe, porque é daí que vem o novo, é daí que surge a criatividade dos movimentos sociais, da rebeldia, da indignação.

Eu acho que a rebeldia, a gente precisa fomentar essa rebeldia. E um meio de fomentar isso é dizer o que acontece no sistema carcerário, quer dizer, as pessoas que estão vivas, assim, que tem carne e osso, que se elas não se rebelarem por

causa disso, a gente fez uma coisa muito errada então. Eu tenho debatido e construído e a agenda nacional investe nisso, quer dizer, no mecanismo de combate e prevenção à tortura. Um mecanismo autônomo, que tenha acesso ao sistema carcerário, autonomia para produzir seus relatórios e dizer, "isso não faz sentido, nós estamos gastando dinheiro com coisa que não faz sentido, estamos jogando um dinheiro fora". Quando o Estado ou os agentes do estado, os políticos dizem que se gasta muito com presos, a gente fala: "se gasta, pode se gastar, mas não está chegando esse dinheiro, que está uma porcária e isso não faz sentido". E não é mais dinheiro para o sistema carcerário que vai fazer uma cadeia mais bonita, mais limpa e mais adequada.

Quer dizer, a gente precisa investir em outras coisas para que isso não exista, né. Como eu falei aqui também: a gente precisa de escola, as comunidades precisam de outra coisa. A experiência que eu tenho nutrido uma esperança, então é uma... Talvez eu vou contar, mas é uma história longa, senão...

Uma comunidade no interior do mato Grosso, São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, um bispo conhecido, assim, muito importante na defesa dos direitos no Brasil, na construção também popular, ele e o padre João Bonnier, o jesuíta, vão celebrar a festa de Nossa Senhora Aparecida numa comunidade, que era a padroeira, 12 de Outubro. E a comunidade tinha duas companheiras da comunidade presas na delegacia e sendo torturadas; e eles então vão visitá-las, pedir para cessar a tortura, para liberarem elas. Só que dom Pedro já era perseguido nessa época, assim, tinha muitos conflitos com latifundiários e tal, e o padre João nem era dali. Padre João era do Simi, mais em Goiânia e tal, mas acompanhou, queria conhecer o trabalho do dom Pedro e aí quando eles vão na delegacia, tentam, assim, conversar, mas..

Um dos policiais dá um tiro no padre João, achando que estava matando o bispo, porque o dom Pedro já estava jurado. E matam o padre João. Levaram para o hospital, mas ele acabou falecendo, um grande mártir né, dos povos indígenas e sempre lembrado nas romarias e tal. Mas o que aconteceu depois da morte do padre João? Então, como de costume, celebrou-se a missa de sétimo dia, o povo se reuniu, depois rezou um terço e as mulheres que estavam sendo submetidas à torturas, convidou a comunidade pra ir rezar o terço e plantar um cruzeiro, uma cruz bem grande onde mataram o padre João na delegacia. E lá, num silêncio fúnebre para, como se diz, tentar entender o que aconteceu ali, naquela morte e tal, o povo também indigna e se rebela. Então começam a falar: "Pô, porque essa cadeia aqui? Se aí já... Não só essas mulheres, mas outros colegas já foram presos aí, a polícia sempre torturou a gente, por que essa cadeia?". Aí começam "ah, mas a polícia vai tirar esse cruzeiro daqui". Aí tem um texto que diz: "se for pra tirar, entre a cadeia e o cruzeiro, é melhor tirar a cadeia". E foi daí que o povo resolveu quebrar tudo, então começam a tacar pedra, fogo e quebram tudo. Claro que houve uma reação né, houve um, como fala? A repressão aumentou na região, só que, e aí o debate, tiraram a cadeia e hoje é um santuário. A minha conclusão, o que é: faz muito mais sentido um espaço comunitário para celebrar a fé do que uma cadeia (E - LD, 2022).

Essa relato é muito interessante, pois mostra como a partir de uma situação de extrema violência, a população da aldeia de São Félix se reuniu a fim de dar um basta na tortura a que eram submetidos, destruindo assim o lugar onde isso acontecia, a cadeia. A morte do padre João foi o estopim para a tomada de consciência dessas pessoas, de que aquela prisão não servia a elas, pois vários membros da comunidade já tinham sofrido ali dentro. Ademais, não teriam liberdade sequer para manifestar sua dor diante da morte, por meio do cruzeiro. Dessa forma, essa

tomada de consciência foi o catalisador para os eventos que se seguiram.

Anos se passaram e a realidade não mudou muito, isto é, as cadeias ainda não servem a maior parte da população. Desse modo, a rebeldia do povo de São Félix do Araguaia é uma importante fonte de inspiração.

4.2.3 Defesa do povo e território: Mulheres de Cherán, México

Para entender a rebelião encabeçada por mulheres na cidade de Cherán, pertencente a Michoacán, estado mexicano, é preciso entender o surgimento do narcotráfico no país. Conforme Berçot (2021), até a década de 1920 o cultivo da papoula (matéria-prima para o ópio e a heroína) e da maconha era permitido no país. No entanto, devido a pressão dos EUA, a atividade se tornou ilegal. Assim, nos anos seguintes passou a haver um crescimento gradativo do narcotráfico. Durante a Segunda Guerra Mundial, o consumo de opiáceos nos EUA aumentou, sendo que grande parte da demanda era atendida pelos grupos narcotraficantes do México. Em razão disso, os cartéis de Sinaloa expandiram a produção para outras substâncias além da papoula, derivados e maconha, bem como passaram a liderar o mercado nacional e as exportações (BERÇOT, 2021, p.7).

A produção e comércio das drogas acabou se espalhando por outras regiões do país, entre elas Michoacán. Por ser uma região de difícil acesso e escassa presença do governo e por contar com o um porto de acesso ao Oceano Pacífico, o estado oferecia condições propícias para as atividades ilícitas. Segundo Berçot (2021), embora parte da população tenha se integrado ao cultivo ilegal, dado que era uma opção economicamente mais rentável do que a agricultura de subsistência, houveram diversos conflitos com os povos indígenas, pois os narcotraficantes tentavam se apropriar das terras comunais para a produção individual. Ademais, a autora aponta que a polícia e o Estado mantinham cumplicidade com os traficantes, mediante suborno, além de um acordo informal de convivência, desde que os grupos ilegais não utilizassem a violência para alterar a ordem sociopolítica estabelecida.

Não obstante, essa convivência pacífica sofre mudanças a partir da década de 1980, dado que os cartéis mexicanos formaram alianças com os colombianos, entrando assim para o mercado internacional de drogas e passando a produzir e exportar também cocaína. Nesse mesmo período os EUA encabeçavam a política de Guerra às drogas, dentro e fora do país. Em razão do combate militarizado ao tráfico, conseguiram desarticular parte dos cartéis colombianos e as rotas marítimas que utilizavam. Desse modo, o fornecimento de drogas passou a ser feito pelo México, por meio do Oceano Pacífico, fazendo com que Michoacán adquirisse centralidade no processo. Tais fatos geraram mudanças na estrutura organizacional do narcotráfico mexicano, sua projeção

econômica e sua relação com o Estado. Em vista disso, Berçot afirma que:

Já nos anos 1990, novamente, respondendo às pressões dos Estados Unidos, o México intensificou o enfrentamento aos grupos narcotraficantes, resultando na prisão de líderes do cartel de Sinaloa, uma das organizações criminais de maior expressividade no país. Com isso, a organização se fragmentou em outras menores, que passaram a disputar o domínio do mercado ilegal. Sem a presença de um dos maiores cartéis mexicanos, o novo cenário que se impôs no país foi a proliferação de diversos grupos ilegais que rivalizavam entre si pelo controle das praças e sua inserção no mercado internacional de drogas. **Os conflitos que daí emergiram estavam circunscritos a altas doses de violência, não apenas entre as organizações, mas também direcionada à população civil** (BERÇOT, 2021, p.10, grifo meu).

Assim, desse período em diante esses grupos passam a lançar mão de doses de violência e terror cada vez maiores, impondo taxas por proteção, cobrança de quotas aos comerciantes e produtores rurais locais, praticando crimes de sequestro, roubo, violência sexual e homicídios. Isso se deveu, para além das disputas de território, à incorporação de grupos paramilitares ao narcotráfico. Assim, a própria relação com o Estado se modificou, visto que com os subornos, ameaças e extorsão da polícia e políticos locais, bem como o financiamento de campanhas políticas, as organizações criminosas se tornaram parte do governo local. Como pontua Berçot (2021, p.12), “construía-se, assim, uma estrutura de poder paralegal baseada em uma estrutura circular, pois ao mesmo tempo em que era possibilitada pelo poder da organização criminosa, criava as condições necessárias para a ampliação deste mesmo poder”.

É nesse cenário de um poder paralegal e violento que entra o caso de Cherán. Esta é uma cidade de pouco mais de 20 mil habitantes, cuja maioria são indígenas do povo Purépecha. Na sua cosmovisão, os elementos da natureza tem um significado existencial, de forma que já lutaram contra diversas tentativas de despojo do seu território. Como parte majoritária do município é formada por florestas coníferas, a área se tornou alvo do extrativismo mineral, que também compunha o rol de atividades econômicas desenvolvidas pelos grupos criminosos. Isso porque, com as ações de combate ao tráfico de drogas na década de 1980 em diante, foi preciso expandir a rede de atuação para outras áreas. Conforme citado por Berçot (2021), entre 2006 e 2012 estima-se que a taxa de desmatamento em Cherán ultrapassou os 70%.

A presença dos narcotraficantes no local afetou também a vida econômica, política, social e cultural de Cherán, instaurando um sentimento de medo coletivo, insegurança e desconfiança, o que desestruturou os laços comunitários. Apesar disso, a população não manteve inerte, articulando redes de resistência coletivas, manifestando o descontentamento com a política e enfrentando as autoridades locais. Os movimentos de resistência pacífica serviram também para

restabelecer, aos poucos, os laços comunitários, a solidariedade e a confiança entre as pessoas. Essas ações despertaram descontentamento entre os grupos criminosos, que empregaram a violência para disciplinar e aterrorizar. Enquanto isso, o Estado nada fez para proteger a população local. Assim, frente a agressividade e ameaça crescente, em 2011 o povo de Cherán se uniu e se organizou para enfrentar os perigos que os cercavam.

Muitos foram, portanto, os motivos que acionaram a organização das forças de autodefesa da comunidade, como: a violência direta e indireta; o extrativismo ilegal; a desconstrução dos bosques comunais para a monocultura de abacate; a humilhação e o medo; e a inação do Estado, tanto na figura municipal quanto estatal. Todavia, meses antes da irrupção das autodefesas, diversos autores assinalam o avanço da devastação florestal sobre o manancial de *La Cofradía* e a violência contra as mulheres, que estiveram à frente do movimento, como os seus detonadores principais (BERÇOT, 2021, p.24).

A questão do manancial foi importante por vários motivos. Em primeiro lugar, era a fonte de abastecimento da cidade; em segundo, na cosmovisão do povo Purépecha, as divindades provêm dos elementos naturais, como a água. E, por último, as mulheres estão diretamente ligadas ao manejo e distribuição do recurso para a comunidade (BERÇOT, 2021, p.24). Assim, quando estas foram questionar e protestar contra o desmatamento em torno do manancial, foram recebidas com ameaças pelos criminosos. Devido a isso, em seguida elas fizeram panfletagem convidando as pessoas da cidade para responder aos madeireiros, de modo que no dia 15 criaram barricadas para impedir a saída dos caminhões com carga ilegal e capturaram alguns dos extrativistas. As autoridades locais e forças policiais tentaram desmobilizar a comunidade e resgatar os madeireiros, mas como o acesso à cidade estava bloqueado, foram impedidos. Cherán se manteve fechada por 6 meses, sendo que entravam e saíam apenas poucos residentes.

O movimento, além de defender os povos de Cherán, serviu também para reativar e fortalecer os laços comunitários. Assim, coletivamente decidiram pela expulsão dos partidos políticos, desconsideração da polícia como instituição de segurança, reativação das *fogatas*¹⁰ e forças de autodefesa. Estas eram formadas pelas rondas comunitárias, incubidas do patrulhamento das zonas rurais e urbanas, e pelos *guardabosques*, responsáveis por proteger os bosques comunais. Ambos os grupos são formados por homens e mulheres. Não obstante a reivindicação da violência direta num primeiro momento, a fim de conter as ações dos narcotraficantes e expulsar integrantes

¹⁰ Como Berçot explica, “as *fogatas* foram organizadas como pontos de vigilância nas esquinas dos quatro bairros da comunidade, onde a população se reunia em torno de uma fogueira para deliberar sobre as próximas ações do movimento, além de ser um espaço de segurança e convívio social. Nas *fogatas*, mulheres e homens de diferentes gerações e famílias se uniam através do trabalho comunitário para realizar as tarefas de vigilância, alimentação e cuidados, contribuindo para a superação de antigos conflitos entre famílias e vizinhos e, assim, fortalecendo um espaço de trocas de conhecimento e deliberações respeitadas” (BERÇOT, 2021, p.26).

do governo e polícia locais, coniventes com as violações praticadas contra a população, os povos de Cherán lutaram também pela formação e reconhecimento de um governo local e autônomo. Este foi legalmente reconhecido pelo Estado mexicano em fevereiro de 2012. Sobre a violência como autodefesa, é interessante a seguinte passagem:

[...] a “passagem à violência” – ação direta e reivindicação sem tréguas – é indissociável da percepção de que a exigência da igualdade civil e cívica não pode ser dirigida pacificamente ao Estado, o principal instigador da desigualdade; de que é inútil demandar justiça ao Estado, a primeira instância a institucionalizar a injustiça social, razão pela qual é ilusório colocar-se sob sua proteção, uma vez que ele produz ou sustenta os mesmos dispositivos que nos tornam vulneráveis; de que é mesmo insensato confiar ele para nos defender, pois ele é justo o responsável por armar aqueles que nos golpeiam. (DORLIN, Elsa. *Autodefesa: uma filosofia da violência*. São Paulo: Ubu Editora, 2020, p.102, grifo da autora, *apud* BERÇOT, 2021, p.28).

Assim, num contexto em que as autoridades locais ignoravam os pedidos de justiça dos cidadãos e que por muitas vezes estava aliada aos narcotraficantes, o uso da violência como instrumento de autodefesa foi uma estratégia necessária em Cherán. Em outras palavras, quando o Estado não é capaz de proteger a população, ou quando ele mesmo é fonte de ameaça a esta, torna-se necessário a articulação de um movimento que parta *dos e para* os povos. Como ressalta Berçot (2021, p.33-34), mesmo que o autogoverno de Cherán enfrente problemas, como pobreza e pouca representatividade feminina na política local, lograram a defesa do território, tradições e laços comunitários.

4.2.4 Defesa do povo e território: Mulheres curdas

O povo curdo tem uma história marcada pela repressão. Sem um Estado independente constituído, desde 1923, com a instituição do Tratado de Lausanne, seu território está dividido entre Iraque, Síria, Turquia e Irã. Com isso, os curdos perderam o direito à cultura e língua diferenciadas. Nas décadas seguintes, milhares de pessoas foram mortas em ataques repressivos às reivindicações pela retomada da autonomia do povo curdo. Nesse cenário, em 1983 foi criado Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), organização liderada por Abdullah Öcalan e engajada em devolver ao povo curdo o direito à autodeterminação, por meio da luta contra o estado turco (PRADO, 2020, online).

No ano de 2003 surgiu o Partido de União Democrática (Partiya Yekîtiya Demokrat, PYD), afiliado ao PKK e em 2011 foram criadas as Unidades de Proteção Popular (YPG). A criação destas unidades, braço armado do PYD, foi importante para o movimento de

resistência ao governo de Bashar Al Assad na Síria, que redobrou a repressão no país depois das manifestações populares que tomaram a região, no que ficou conhecido como Primavera Árabe. Assim, com aponto Prado (2020, online) o término do governo de Assad e em meio a conflitos entre rebeldes sírios, grupos fundamentalistas e governos estrangeiros, os “[...] partidos curdos viram nesta instabilidade a oportunidade de colocar em prática um projeto extraordinário de autogoverno e igualdade para todas as raças, religiões, homens e mulheres”. Esse projeto se materializou na criação da região autônoma de Rojava, situada na parte norte-nordeste da Síria.

Rojava foi concebida a partir das ideias do Confederalismo democrático, formulado por Abdullah Öcalan. O fundador do PKK pensava na criação de um sistema de autogoverno baseado na autogestão, autodefesa, democracia direta, economia compartilhada, multiculturalismo e feminismo. Ele entendia que a opressão das mulheres, por meio da instituição do patriarcado, está diretamente ligada ao capitalismo e ao Estado. Desse modo, a construção de um outro regime de governo não poderia estar dissociada da libertação das mulheres.

Desde o princípio da formulação de seus ideais, Öcalan compreendia o patriarcado como um dos principais pilares da sustentação de um Estado regulado em desigualdades. O líder passa a fundamentar as teorias para o PKK pensando, em primeira instância, nas necessidades sociais das mulheres. Na década de 1990, o movimento curdo enfrenta transformações profundas em sua estrutura e, sobretudo, na organização política do PKK. As mulheres passam a adquirir posições e papéis importantes no projeto de sociedade. Uma organização que, necessariamente, deve ter como eixo central a libertação das mulheres (PRADO, 2020, online).

Em vista disso, as mulheres eram um pilar central de Rojava. Por conseguinte, o governo desse território está organizado em comunas e cada uma delas é co-liderada por um homem e uma mulher, sendo que as eleições são feitas de forma direta. Cada comuna tem 6 comitês, sendo eles: comitê social, comitê de jovens, comitê feminino, comitê de paz, comitê de autodefesa e comitê econômico. A ideia é que sejam criadas comunas nos bairros, vilas e cidades de Rojava, a fim de efetivar o princípio do confederalismo democrático.

Ademais, com a participação feminina crescente na YPG, em 2013 acabou sendo criada a Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ). Como pontua Prado (2020, online), tanto a YPG quanto a YPJ se organizam em torno da proteção do povo e território curdo, bem como do projeto de confederalismo democrático. Assim, diferente dos exércitos tradicionais, que são o braço armado do Estado e estão fundamentados numa lógica capitalista e patriarcal, as unidades de defesa curdas foram criadas pela e para a população, o que é bastante semelhante ao caso das rondas comunitárias em Cherán.

Não obstante, no caso curdo, essa autodefesa era e é ainda mais importante em vista do contexto tanto de conflitos internos, como já apontado, quanto de ataques externos, como as ofensivas turcas, que se tornaram mais intensas desde 2019. Isso porque os EUA retiraram suas tropas do Curdistão Sírio nessa época, sinalizando apoio ao governo turco para atacar a região. Desde então, milhares de sequestros foram registrados, sendo que houveram denúncias de casamentos forçados de meninas e mulheres. Além disso, devido ao extremismo religioso islâmico, em muitas regiões elas tiveram que voltar a usar véu e a se submeter as regras da sharia islâmica. Prado (2020, online) aponta que entre 2018 e 2019, cerca de 500 mil pessoas foram deslocadas de Rojava devido aos ataques turcos.

Um dos lugares que teve de ser evacuado foi a vila de Jinwar, que era central para o projeto turco de libertação das mulheres. Essa vila era voltada para a moradia apenas de mulheres e seus filhos, sendo um refúgio da violência patriarcal. Ali, as mulheres foram responsáveis pela construção tanto da parte física (casas, cozinhas comunitárias), quanto da administrativa (cultura, economia, governança). Jinwar era o coração da Jineology. De acordo com Prado (2020, online), “a jineology - em tradução para o português, a ciência das mulheres - é um processo epistemológico, que prevê uma intervenção radical na mentalidade patriarcal para que as mulheres possam ter domínio do conhecimento e da ciência”.

Em outras palavras, esse movimento luta contra a base patriarcal e colonial do saber, deslocando o sujeito de conhecimento do homem, branco, hétero, cristão para as mulheres, ou seja, é um profundo giro epistemológico, constituindo uma revolução do saber e, consequentemente, do ser.

A jineologia tem produzido uma importante crítica ao feminismo ocidental. Especialmente, aos objetivos estratégicos feministas que, em grande medida, limitam-se a conquistas dentro da ordem e não apontam para a transformação estrutural da sociedade. Isso ocorre porque suas construções teóricas e programáticas se pautam pela noção de Estado, reproduzindo uma lógica democrática e não uma lógica revolucionária e radical. A crítica aponta a incapacidade dos movimentos feministas em incorporar o combate às macroestruturas históricas e sociais de dominação e exploração, colocando-se frequentemente à parte da realidade social.

[...] O lema “Erkegi öldürmek” (matar o macho dominante) é gestado como concepção teórica, política e ideológica de combate sistêmico. Por isso, aponta em uma direção completamente oposta às correntes feministas que reduzem seu entendimento do patriarcado como um conflito pessoal contra os indivíduos do sexo masculino. No paradigma curdo, matar o macho dominante é o princípio fundamental do socialismo, que se opõe aos radicalismos individualistas que tem permeado as tendências feministas nas últimas décadas (BRITO, 2020, online).

Em vista das amplas conquistas que o movimento curdo de mulheres estava alcançando, é especialmente triste que os territórios constituídos por meio de uma organização coletiva anticapitalista, antipatriarcal e anti-racista tenham sido sistematicamente atacados e desmantelados pelos ataques curdos. Vale lembrar que estes aconteceram com o aval de países estrangeiros. Todavia, isso só evidencia o que todos que se empenham na causa militante já sabem, isto é, que uma prática verdadeiramente libertadora nunca estará livre de desafios. Como Fanon já apontava em *Os condenados da Terra*, a luta não acaba depois da independência, pelo contrário, os desafios se tornam mais complexos e sutis, sendo que a dominação, quando não alcançada pela força bruta, será disputada nos campos político, econômico e social.

O povo curdo já compreendia isso há muito tempo, por isso se engajaram numa autodefesa do povo, do território e do saber, condensando na jinealogia, bem como em Rojava e Jinwar, os propósitos de uma luta radical e libertadora.

O caso da população de Cherán, Rojava e São Félix do Araguaia constituem exemplos de situações muito particulares, onde a ação do narcotráfico, do Estado e guerra forneceram uma ameaça absoluta e contínua à vida e ao território. Não obstante, mesmo que esses contextos sejam únicos, guardam algumas semelhanças entre eles e com a nossa própria realidade, a saber: a violência por parte do Estado e de agentes externos (como polícia, narcotráfico e Estado Islâmico) e a subjugação da população, visando a exploração do território (como recursos naturais) e dos corpos (enquanto força de trabalho e objeto de poder/prazer, especialmente no caso das meninas e mulheres). A polícia não poderia defender essas pessoas, pois ela mesmo era parte do problema. Assim, essas violações só cessaram (ao menos em parte) quando as pessoas pegaram em pau, pedra e armas para se defenderem.

No que tange às mães de maio, a frente pelo desencarceramento e a teologia da libertação, também são medidas dotadas de uma profunda rebeldia, mesmo que não se lance a autodefesa armada. Todas essas práticas resultaram da união de atores sociais que foram profundamente danados pelas ações do Estado e da polícia. Apesar da violência das ações que sofrem, optam pela disputa no campo das leis, da política e da religião, ou seja, respondem com reivindicações, palavras e esperança.

Mesmo que o conjunto de práticas de resposta sejam diferentes, todas essas situações nasceram da união nos momentos mais terríveis, quando a subjugação, a tristeza e as mortes se tornaram insuportáveis e as pessoas se deram conta de que precisam fazer alguma coisa, de que precisavam lutar por um futuro diferente. Em consequência, são todos atos de rebeldia e esperança, da busca por formar laços mesmo em meio a nós. E outras pessoas da luta abolicionista já se deram conta disso, da semelhança e importância que esses casos têm, de modo que não por

acaso todos os quatro exemplos aqui citados vieram do campo. Seja os atores envolvidos nas práticas em si ou naqueles que atuam pela disseminação destas, todos estão empenhados em mostrar que a transformação da realidade deve constituir nosso horizonte de luta, de modo que a gente lute por um futuro livre de dominação e exploração, assim como aquele pelo qual homens e mulheres das Mães de Maio, da Frente pelo Desencarceramento, de São Félix do Araguaia, de Cherán, de Rojava e de Jinwar lutaram e lutam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se trata de uma despedida, porque a construção é fortalecida. Eu acredito que tudo que vivemos é muito mais forte que um alicerce de um apartamento beira-mar. Precisamos acreditar que nunca iremos ganhar uma batalha sozinhos, sempre nesta trajetória contamos com a ajuda de algumas pessoas, e vocês fazem parte desta minha guerra vencida. [...] Não importa o que é sua guerra constante, o importante é saber, que uma guerra hoje, só se vence amanhã (Carta Lúcia, Anexo 2).

Comecei esse trabalho com a seguinte pergunta-problema: que relação existe entre o grande contingente de pessoas empobrecidas e racializadas como negras que estão encarceradas, o crescimento expressivo do encarceramento feminino e as estruturas das relações sociais de classe, raça e gênero? De forma simplificada, meu objetivo era entender o elo que existe entre as relações sociais e o cárcere. A ligação é total, pois as relações sociais estão mediadas por estruturas de classe, raça e gênero, a fim de legitimar a dominação e exploração. Nesse sentido, o cárcere, assim como a polícia, constitui-se como um instrumento de controle e coerção dos corpos, que tem como objetivo último a garantia da manutenção e reprodução da dependência e, com isso, a acumulação de capital.

O primeiro capítulo, de cunho mais metodológico e histórico, mostrou que as estruturas do passado escravista, colonial e patriarcal não deixaram de existir após a independência ou a abolição da escravatura. Pelo contrário, foram reorganizadas para possibilitar a desvalorização das forças de trabalho feminina e negra e, com isso, a sua superexploração. Nesse processo, a generificação e racialização cumpriram um papel essencial, pois ao diferenciar e hierarquizar os indivíduos, atribuindo-lhes papéis sociais determinados, a dominação e exploração de certos corpos e subjetividades tornou-se uma realidade. Assim, esses indivíduos podem ser possuídos, violentados e assassinados.

Ademais, a violência em torno dos corpos e subjetividades de pessoas pobres, negras e femininas tem ainda outra função: devido ao fato de serem os sujeitos mais perpassados pela dominação e exploração do sistema, têm maior potencialidade revolucionária. Em vista disso, o sistema precisa se valer de instrumentos de controle e coerção para mantê-los na subalternidade, para que não se rebelem e rompam as grades e estruturas sociais. Esses instrumentos são as polícias e prisões, bem como outras instituições de confinamento e controle, responsáveis por produzir uma alienação total do ser e do saber.

Em consequência, no capítulo 2 deixo isso em relevo, refazendo o caminho trilhado pelo sistema penal, que passa pela construção de desigualdades estruturais entre os seres para, em seguida, criminalizar a pobreza, as mulheres e as pessoas negras. Não à toa, hoje diversos países lidam com um encarceramento em massa, legitimado pelos discursos de guerra às drogas, criminalidade e insegurança. Entretanto, ao invés de reduzir os casos de violência e proteger a população, esse encarceramento só violenta ainda mais os sujeitos e comunidades já fragilizados, destruindo famílias inteiras com sua “máquina de moer gente”, como já dito por Lucas.

O maior ganho do capitalismo foi naturalizar esses processos, fazendo a maioria das pessoas realmente acreditarem que estão mais seguras porque a polícia está prendendo mais gente. Um bordão que tem feito sucesso nos últimos anos é o “bandido bom é bandido morto”. Não é coincidência que aqueles que se elevam nas camadas sociais por meio desse discurso, o qual oculta sua extrema violência sob uma ideia de paz total, são os que mais violentam e se beneficiam com o sistema desigual e punitivista. Se teoricamente a polícia é o braço armado do Estado, na prática, temos visto que ela se tornou o próprio Estado. Ou sempre foi e a gente que estava sendo enganado.

De toda forma, quem mais sofre com tudo isso são as mulheres, principalmente aquelas que são pobres e negras. Como carregam consigo em seus corpos o entrecruzamento de classe, raça e gênero, acabam sendo perpassadas por diversas esferas de opressão. Dentre essas, estão a restrição aos postos de trabalho menos qualificados e com baixos salários e, em razão disso, o impedimento da ascensão social; por ser um grupo empobrecido, acabam sendo expulsas para as margens das cidades, habitando as periferias, que possuem pouca infraestrutura e propiciam pouca qualidade de vida; têm de lidar com a criminalização de sua sexualidade, sendo que muitas vezes seu comportamento é caracterizado como desviante.

Outrossim, também enfrentam a criminalização da pobreza e da raça, de modo que frequentemente perdem seus familiares para os camburões; em razão disso e/ou do abandono paterno, muitas mulheres se tornam chefe de família, tendo de exercer uma dupla ou tripla jornada de trabalho para sustentar a família. Por conseguinte, não são raras as vezes que ingressam na economia ilegal, a fim de garantir esse sustento. No entanto, mesmo no tráfico ocupam postos de trabalho subalternos, mais visíveis ao monitoramento policial. Outra situação que é responsável por grande parte do encarceramento feminino é o flagrante das “mulas”, mulheres que carregam drogas em meio às suas coisas ou corpo, muitas vezes a pedido do companheiro. Mas se caem presas, acabam abandonadas, pois dificilmente esse companheiro vai se mobilizar para visitá-las, isso quando ele mesmo também não é detido.

Depois de encarcerada, começa outra novela. A realidade é que quem sustenta o

cárcere são as mulheres, pois são elas que se preocupam em suprir as necessidades básicas dos familiares e em visitá-los. Mas como o contrário não se verifica, muitas mulheres ficam anos a fio sem receber visitas. Parte da motivação disso é o estigma da “mulher criminosa”, daquela que se desvia dos padrões de comportamento feminino, de quem normalmente se espera docilidade e obediência às regras. Assim, ter uma companheira, filha ou irmã presa é motivo de vergonha. No mais, como muitas das mulheres privadas de liberdade têm filhos, às vezes mais de um, após a prisão as crianças ficam na responsabilidade de outras mulheres da família. Daí que essas, responsáveis pelo cuidado e sustento das crianças, não tenham condições de visitar a família presa. Enfim, é um ciclo vicioso de violência e sofrimento que marca a vida de muitas das mulheres encarceradas.

A despeito de tudo isso, as pessoas resistem, e a resistência floresce nos lugares e situações mais improváveis, como o próprio cárcere. Assim, em *Nós e laços* busquei mostrar como há feiuras mas também belezas lá dentro, como existem relações de afeto, que são costuradas mesmo em meio a retalhos de dor, solidão e medo. Amizades, amores e irmandades: tudo pode ser forjado. No final das oficinas do *Direito à poesia*, os participantes sempre agradecem por estarmos ali, ensinado-os, nos importando com eles. Mal sabem que quem mais aprende somos nós, pois no processo de afetar, somos intensamente afetados, como dizia Isadora Bandeira.

Nisso de ser afetada, comecei a me perguntar se haveria possibilidade de imaginar e querer uma realidade diferente. O capítulo 4 é fruto desse questionamento. Em diversos momentos as próprias pessoas mais afetadas pelo sistema penal fazem emergir soluções para amenizar e extinguir os efeitos gerados por ele. Dessa maneira, percebi que o necessário era apenas começar a ordenar e organizar essas soluções. As respostas foram tantas que nem precisei buscar por outras teorias a respeito. Isso só prova que as pessoas têm muito a dizer e ensinar, basta que a gente escute com atenção.

Um elemento que se repete em todos os casos que reuni para demonstrar a possibilidade de uma luta radical e transformadora, isto é, de uma luta abolicionista, é o forte papel desempenhado por mulheres. Nos momentos de maior exploração e dominação, são as mulheres que se unem para combater a realidade que as oprime e o resto da sociedade. Há uma rebeldia intrínseca a todas nós e, não por coincidência, ao longo da história temos sido duramente reprimidas, violadas e assassinadas. Nossos corpos e subjetividades são carregados de possibilidades, de poder e de transformação. É a ontologia do ser, a capacidade de uma destruição criadora.

Para concluir, gostaria de dizer que para chegar onde estamos hoje, perdemos parte de nossa humanidade e de nós mesmos. Vivemos num mundo de miséria, violência e medo,

coisas que limitam nossas possibilidades de ser e viver. Não temos vivido, e sim sobrevivido. Nesse sentido, é preciso se engajar para uma transformação consciente da realidade, almejando por uma sociedade onde possamos efetivamente viver, sem medo de ser.

Em vista dos apontamentos contidos ao longo deste trabalho, nos resta nos perguntar por que persiste a existência de um modelo punitivista que é desumano, que tortura, que não ressocializa, que pune muito além da pena e da estrutura física do cárcere e que gera intenso sofrimento coletivo. Sob uma observação atenta, torna-se visível que há mais pessoas sendo prejudicadas que beneficiadas por esse sistema de punição. No Brasil, país com a terceira maior população carcerária do mundo, ninguém se sente mais seguro sabendo que as cadeias estão abarrotadas e ninguém acredita que o sistema de justiça seja realmente justo.

Por conseguinte, como Lucas bem apontou, não devemos mais insistir em manter a calma, mas sim em fomentar a rebeldia, a indignação, em fortalecer os movimentos sociais e coletivos que lutam por uma sociedade sem cárcere, por uma sociedade que seja mais igual, justa e humana. Precisamos nos reencantar, para renovar a esperança de um futuro melhor e lutar contra um sistema que aprisiona massivamente, gastando bilhões de reais a cada ano, dinheiro esse que poderia ser investido na educação, na saúde, em programas sociais, isto é, na vida e no futuro das pessoas. Se não queremos continuar a produzir e a reproduzir uma pornografia da dor, o mundo sem cárcere dever se constituir como o nosso horizonte de luta.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Isadora de Assis. *Cadeia, substantivo negro e feminino*: etnografia de uma situação carcerária na tríptica fronteira. 2016. 74 páginas. Trabalho de conclusão de curso – Graduação em Antropologia - Diversidade Cultural Latino-Americana – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BERÇOT, Rafaela Martins. A resistência civil em Cherán: uma análise da apropriação comunitária da segurança ao governo autônomo. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em Relações Internacionais. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/61729>>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- BORGES, Juliana. *O que é encarceramento em massa?* Belo Horizonte - MG: Letramento: Justificando, 2018.
- CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. A teologia da libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. *II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais*: diálogos entre graduação e pós-graduação, UFG, 2011. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/253/o/Rodrigo_Augusto_Leao_Camilo.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e Ascensão Social. *Revista Estudos Feministas*, n. 2, 1995.
- CHAVES, Karine Belmont. *Tatuagem na prisão*: estigma e identidade. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2012.
- DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução de Marina Vargas, Rio de Janeiro; Difel, 2018.
- FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FSBP). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021*. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>. Acesso em: 01 de mai. 2022.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.
- GOUVÊA, Marina Machado; ROCHA, Camila Carduz. *Trabajo Social y lucha antirracista, antipatriarcal y antiimperialista*: una actitud política necesaria. *Revista Eleuthera*, v.23, n.1 (2021), pp.261-282. <http://doi.org/10.17151/eleu.2021.23.1.14>.

GOUVÊA, Marina Machado; MASTROPAOLO, Maria Josefina. Capitalismo, racismo, patriarcado, dependência: por uma teoria unitária materialista, histórico-dialética. Em: Marx e o Marxismo 2019: Marxismo sem tabus - Enfrentando opressões, 2019, Niterói, RJ. *Anais do Seminário Internacional Marx e o Marxismo 2019: Marxismo sem tabus - Enfrentando opressões*, 2019. Disponível em:

<<https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC27/MC271.pdf>>. Acesso em: 25 de fev. 2020.

GUBER, Rosana. *El salvaje metropolitano: reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

HOOKS, bell. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Brasil: 500 anos de povoamento. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 232 p.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Em: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro. *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*. SP: expressão popular, 2015. Disponível em: <em www.centrovictormeyer.org.br>. Acesso em: 25 fev. 2020.

MEDEIROS, Caroline Gatti Sobreiro de. *Onde as filhas choram e ninguém vê: as implicações do encarceramento feminino nas maternidades sob o olhar da interseccionalidade*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Integração Latino-americana, Instituto de Arte, Cultura e História - Foz do Iguaçu, 2021.

MOURA, Clóvis. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. *Rev. Afro-Ásia*, n. 14, 1983, p.124-137.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

OSORIO, Jaime. La exclusión desde la lógica del capital. *Rev. Migración y desarrollo*, n.14, 2010, pp.89-104. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/myd/v8n14/v8n14a5.pdf>>. Acesso em: 7 de mar. 2020.

PIMENTEL, Amanda; BARROS, Betina Warmling. As prisões no Brasil: espaços cada vez mais destinados à população negra do país. Em: *14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Brasil: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SAFFIOTI, Heleith. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SEGATO, Rita. O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. Série Antropológica, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie400empdf.pdf>>. Acesso em: 18 de outubro de 2019.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul. dez 2008. Disponível em: <<https://www.sbh.org.br>>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. (Coleção História e Saúde). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. 228p.

TORRES, Lilian de Lucca. Reflexões sobre raça e eugenia no Brasil a partir do documentário "Homo sapiens 1900" de Peter Cohen. *Revista Ponto Urbe*, [s.l.], n. 2, p.1-25, 8 out. 2014. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/pontourbe.1914>. ISSN 1981-3341. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/1914>>. Acesso em: 20 setembro 2018.

JORNAIS

ALTEMEYER Jr., Fernando. Pedro Casaldáliga: o santo bispo do Araguaia. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, 06 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/611780-pedro-casaldaliga-o-santo-bispo-do-araguaia>>. Acesso em: 31 de mai. 2022.

ARAÚJO JR, Newton . Preso brasileiro custa de R\$ 1,3 mil a R\$ 1,6 mil por mês. *Agência Câmara de Notícias*, Brasília, 24 jun. 2008. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/119883-pres-brasileiro-custa-de-r-13-mil-a-r-16-mil-por-mes/>>. Acesso em: 31 de mai. 2022.

CRUZ, Elaine Patricia. Crimes de Maio causaram 564 mortes em 2006; entenda o caso. *Agência Brasil*, Brasília, 12 mai. 2016. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/crimes-de-maio-causaram-564-mortes-em-2006-entenda-o-caso>>. Acesso em: 31 de mai. 2022.

BOTELHO, Vinicius. Brasil gasta quase quatro vezes mais com sistema prisional em comparação com educação básica. *Jornal da USP*, São Paulo, 19 mai. 2022. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/brasil-gasta-quase-quatro-vezes-mais-com-sistema-prisional-em-comparacao-com-educacao-basica/#:~:text=Dados%20do%20Conselho%20Nacional%20de,mil%20mensais%20aos%20cofres%20brasileiros.>>. Acesso em: 31 de mai. 2022.

BRITO, Gisele. Mães de Maio: a reação contra a violência do Estado. *Brasil de Fato*, São Paulo, 13 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado/>>. Acesso em: 31 de mai. 2022.

BRITO, Luciana. Lições curdas sobre a libertação das mulheres. Feminismos transnacionais: Curdistão. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 17 abr. 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/licoes-curdas-sobre-a-libertacao-das-mulheres/>>. Acesso em: 31 de mai. 2022.

PRADO, Maria Alice. YPJ: conheça as mulheres curdas que lutam pela independência e combatem o patriarcado e o Estado islâmico. *Contraponto Digital* (PUC - SP), São Paulo, 02. set. 2020.

Disponível em:

<<https://contrapontodigital.pucsp.br/noticias/ypj-conheca-mulheres-curdas-que-lutam-pela-independencia-e-combatem-o-patriarcado-e-o>>. Acesso em: 31 de mai. 2022.

ANEXO 1

Estou só - Bruna

Estou só
Não como alguém sem possibilidades de resposta
Não como uma mulher que espera
Não como alguém que agoniza
Não como a moça da seção de filme
Não como o louco
Nem como o poste da rua
Nem como a enfermeira de plantão
Nem como a mulher que espera um
telefone que não toca

Estou só
Não como uma mãe que perdeu dois filhos
Nem como o cego na escuridão
Nem como um idealista a arder
por humanidade que não corresponde
Nem como a moça feia que caminha
pelas calçadas sem que a observem
Nem como pão dormido
Nem como a morta-viva não morrida
Nem como a mulher adormecida
Nem como um enfermo só
Não estou só como a mulher
condenada a realizar o mesmo trajeto
toda a vida
Nem como a ovelha mal parida
Nem como a sobremesa não comida
Nem como a camisa velha esquecida

Estou só
Não como o calouro da unila
Nem como a varanda com a roupa estendida
Nem como a vizinha ou a própria na cozinha
Nem como a dor alheia que eu finjo ser minha

Estou só
Não como o processo na gaveta
indeferido
Nem como um animal ferido
Nem como o moralista encolhido

Não estou só
Nem como nada disso que isso
tudo é má

Estou só

porque te perdi, perdi o olhar
perdido no teu corpo mal virado
ao meu lado adormecido
E não vejo como ficar mutilada
enferma morta-viva em silêncio
permanentemente calada ao sofrimento acostumado

Estou só
por não ver a sombra do teu rosto
Nem contra, nem a favor
Muito ao contrário do meu olhar
mutilado de lágrimas

Estou só e mal acostumada comigo apenas
E sem ver teus olhos fechados
pelo seu passado em mim vingado
Mas meu amor, me responde:
Eu que não tinha um lado
e ganhei de ti uma metade
como vou tentar depois de ser inteira
e plena como um justo revoltado
um muro solidamente construído
um fruto amadurecido
como vou fazer agora meu amor
para conseguir meu outro lado
se nos próximos dias não terei teu corpo estendido diante de mim
Apenas para ser olhado?

Não me deixe só
Menina enraivecida
criança malcriada
Adormecida
tão amada
tão vingada
tão querida
por uma pessoa tão contra-indicada
Há meia hora que te penso e
te vejo no balanço do passado
Não há nele,
como eu estou só
Quase nada que indique
Nem de leve,
que tu voltes a ser o meu outro lado

Estou só
Queria uma resposta
Contra ou a favor do meu olhar sem esperança.

No final dessas notas vou ficando
em paz e me perdoo por não ter sido

e me sinto obrigada a reproduzir
o bilhete que tenho diante de mim
Muito obrigada por tudo
por ter te conhecido
por me fazer reviver
e ao mesmo tempo morrido
Muito obrigada por ter sido o
inesperado motivo do meu
mundo insano e insensato.

ANEXO 2

Gratidão - Lúcia

Não se trata de uma despedida, porque a construção é fortalecida. Eu acredito que tudo que vivemos é muito mais forte que um alicerce de um apartamento beira-mar. Precisamos acreditar que nunca iremos ganhar uma batalha sozinhos, sempre nesta trajetória contamos com a ajuda de algumas pessoas, e vocês fazem parte desta minha guerra vencida. Gratidão é uma palavra muito forte para mim; mas hoje vejo ou enxergo ela bem pequena perto do apoio de vocês, direto ou indireto, pois cada um de vocês me surpreendeu com gestos de ajuda, às vezes só com grande sorriso.

Minha batalha ainda não se encerrou, pois vocês ainda estão aí com suas batalhas, mas tenha certeza que em cada momento meu na rua estarei lutando a favor de todas, a vencer suas batalhas. Cheguei neste lugar com 46 anos, acreditando que já havia vivido de um tudo, Quanto inocência ou burrice, na verdade eu ainda não vivi nada, pois este 1,8 meses aí, presenciei e ouvi coisas que foi muito além do meu aprendizado de 46 anos.

Algo muito importante que vivenciei aqui, é que na vida, ninguém vive/sobrevive sozinho, é necessário ter humanidade dentro de cada um, e foi com essa humanidade que consegui vencer esta jornada. Hoje, o que habita em mim é gratidão, pois pode levar comigo o melhor de cada um que há dentro de vocês. Para mim não é, e nem será um adeus, porque tudo que vivi estará em meu coração.

Força e perseverança a vocês, que de alguma forma estão em guerra constante com o universo, assim, como eu também estarei, pois todos os dias há uma nova jornada. Hoje estarei indo de volta à minha casa, com uma dívida enorme com vocês, porque dinheiro algum será possível pagar tudo que eu recebi de vocês. Muita gratidão.

Não importa o que é sua guerra constante, o importante é saber que uma guerra hoje, só se vence amanhã.